

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2025 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA – IPSJBV.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco às 09h00min (nove horas) reuniram-se na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista – IPSJBV, sito à Rua Senador Saraiva, 136 – Centro, nomeados pela Portaria nº 056/2023, estando presentes os membros efetivos: **SÉRGIO VENÍCIO DRAGÃO** (Instituto Totum CP RPPS DIRIG I; Instituto Totum CP RPPS CG INV I); **EDNÉIA RIDOLFI** (certificada pela ANBIMA CPA 10; Instituto Totum CP RPPS DIRIG I; Instituto Totum CP RPPS CG INV III); **VALDEMIR SAMONETTO** (certificado Instituto Totum CP RPPS CG INV I); **JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO** (Instituto Totum CP RPPS DIRIG I e Instituto Totum CP RPPS CG INV I); **JOÃO HENRIQUE DE SOUZA** (Instituto Totum CP RPPS COFIS I e Instituto Totum CP RPPS CG INV I) e o membro suplente **CIRONEI BORGES DE CARVALHO** (certificado pela ANBIMA CPA 10 e Instituto Totum CP RPPS CG INV I). O Superintendente observando haver quórum, iniciou a reunião: **1) CONVITE DO SINDICATO** – O Superintendente comunicou o recebimento de convite do Sindicato Municipal para a comemoração do Dia do Servidor, que será realizada no dia 01/11/2025, no CIC. **2) BOLETIM FOCUS** – O Superintendente relatou a divulgação do Boletim Focus no dia 17/10/2025 pelo Banco Central, sendo demonstrado o IPCA de 4,70% e Selic de 15% (**doc. anexo 11**). Assim como a previsão do IPCA para o mês de outubro em 0,21%. **3) COMPILADO DO CONGRESSO EM ÁGUAS DE LINDÓIA** – Foi apresentado o compilado dos relatos dos participantes do XVIII Encontro Jurídico e Financeiro, realizado em Águas de Lindóia/SP, nos dias 05, 06 e 07 de agosto de 2025. O Superintendente destacou os principais temas abordados durante o evento, tais como: Conselho Fiscal – atribuições e especificidades de sua atuação; aprovação da PEC 66/023 e a regulamentação do PASEP; CRP, Certificação Profissional e Pró-Gestão; Investimentos; Empréstimo Consignado; Inteligência Artificial; Contabilidade e Orçamento; além das pautas relacionadas ao Procurador. Ressalta-se que este compilado fará parte integrante da presente ata (**doc. anexo 12**). **4) CENÁRIO ECONÔMICO – a)** O mercado brasileiro iniciou a semana com uma forte recuperação, alinhado ao otimismo global. O Ibovespa avançou 0,77%, fechando aos 144.509,32 pontos e retornando ao patamar dos 144 mil pontos. O dólar registrou sua quarta queda seguida, recuando 0,63%. As bolsas americanas encerraram em alta expressiva, enquanto os juros futuros brasileiros (DIs) caíram ao longo de toda a curva. Esse cenário positivo foi impulsionado pela expectativa de que a paralisação do governo dos EUA possa ser superada em breve, além das projeções favoráveis para a temporada de balanços do terceiro trimestre norte-americano. Os principais índices de Nova York fecharam em alta consistente, refletindo a expectativa de que o impasse no governo americano seja resolvido nesta semana e o foco nas divulgações de resultados corporativos. O Dow Jones subiu 1,12%, o S&P 500 ganhou 1,07% e o Nasdaq teve alta de 1,37%. O presidente Donald Trump contribuiu para o clima positivo ao mencionar uma possível convergência com o presidente chinês Xi Jinping, incluindo uma possível visita à China no início de 2026. Apesar da ameaça de tarifas de até 155% em caso de desacordo, o mercado concentra-se agora em fatores mais favoráveis, como lucros empresariais e política monetária, incentivando o apetite ao risco. Dow Jones: +1,12%; S&P 500: +1,07%; Nasdaq: +1,37%. O Ibovespa fechou com alta de 0,77%, aos 144.509,32 pontos. No mês, o índice acumula baixa de 1,18%, mas mantém valorização anual de 20,14%. A principal contribuição veio da Vale (VALE3), que subiu 1,28%, impulsionando o segmento de commodities. Os principais bancos também seguiram o bom humor do mercado, com Santander (SANB11) avançando 2,48%,

Bradesco (BBDC4) crescendo 1,87%, e Itaú Unibanco (ITUB4) subindo 1,79%. A Petrobras (PETR4) teve valorização tímida de 0,07%, após reduzir o preço da gasolina. No cenário interno, a expectativa da reunião entre os presidentes Lula e Trump, marcada para a próxima semana na Malásia, também influenciou positivamente o mercado. Ibovespa no mês: -1,18%; Ibovespa no ano: +20,14%. Os contratos futuros de juros (DIs) fecharam em baixa em todos os prazos, refletindo otimismo com a economia mundial e a percepção de inflação controlada. Isso reduz a pressão para que o Banco Central mantenha a Selic em níveis muito elevados por tempo prolongado. Destaca-se o recuo nas taxas de longo prazo, como o DI para 2035, que caiu 0,075 ponto percentual, beneficiando a rentabilidade dos títulos públicos e privados atrelados à inflação (NTN-Bs), instrumentos essenciais para a estabilidade e crescimento dos RPPS. IMA-B 5+: +0,4871%; IMA-B: +0,2952%; IMA-B 5: +0,0545%; IRF-M: +0,2105%; IRF-M 1: +0,0567%; Dólar - Quarta queda seguida, cotado a R\$ 5,371. O dólar comercial recuou 0,63%, negociado a R\$ 5,371, marcando a quarta sessão consecutiva de desvalorização e atingindo o menor valor no período. Essa queda está associada à recuperação do apetite por risco global e à entrada favorável de capital estrangeiro, o que alivia a pressão sobre os preços domésticos. A agenda de indicadores para terça-feira está mais leve, o que deve permitir que o mercado mantenha o foco nas notícias corporativas nos EUA, com grandes empresas divulgando resultados e as declarações de autoridades econômicas. O evento mais aguardado será o discurso de Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu (BCE), que poderá sinalizar os próximos passos da política monetária na Europa.

Fonte: R3 Investimentos. **b) Cinco bancos, beneficiados por uma mudança na legislação cambial, movimentaram R\$ 13,4 bilhões em contratos de câmbio com quatro alvos centrais da Operação Colossus, investigação da Polícia Federal que desbaratou um esquema bilionário de evasão de divisas e lavagem de dinheiro com uso de criptoativos. Apesar do envolvimento nos negócios, as instituições financeiras negam qualquer irregularidade. A apuração está concentrada em quatro investigados que atuavam com criptoativos: o empresário José Eduardo Froes, e as empresas OWS Brasil Intermediações, ZM Consultoria Gestão e Makes Exchange Serviços Digitais Ltda. Os bancos principais sob investigação são Master, Genial, Travelex, Haitong e Santander. A Delegacia de Repressão a Corrupção e Crimes Financeiros (Delecor) enviou uma representação detalhada de 442 páginas ao juiz Diego Paes Moreira, da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, que autorizou medidas cautelares contra os bancos. Posicionamento dos bancos: **Genial** afirmou colaborar integralmente com as autoridades, mantendo postura transparente e fornecendo toda a documentação solicitada. **Banco Master** destacou sua colaboração permanente, informando que as operações de câmbio de 2019 respeitaram as normas vigentes. **Travelex** desconhece os fundamentos da investigação e afirma agir em estrita conformidade com a legislação e controles rigorosos. **Santander** afirmou que não é investigado ou acusado na operação, cumpre integralmente a legislação e está à disposição para colaborar. O **Haitong** não se manifestou até o momento da publicação. O empresário Froes também não respondeu aos contatos. Detalhes das operações: O **Travelex** firmou mais de 5,3 mil contratos de câmbio com as empresas investigadas, totalizando R\$ 4,04 bilhões, sem encaminhar à PF a documentação necessária até a deflagração da operação. Há forte indício da ciência do banco sobre as atividades ilícitas de alguns clientes. O **Genial** realizou cerca de 2,3 mil contratos movimentando R\$ 4,9 bilhões com os investigados, também sem enviar documentação suporte à PF. O **Santander** fez 462 contratos com Froes, no valor de R\$ 162 milhões, enviando documentos parcialmente; a PF acredita que o banco sabia que os valores destinados eram para compra de criptoativos, não aumento de capital social, como declarado. O **Banco Master** assinou mais de 3,2 mil contratos com o grupo Froes, totalizando R\$**

Após análise desse fluxo, os membros registrarão seus votos para a decisão definitiva. **c)** Ficou permanecida a decisão para a aquisição de R\$ 2 milhões em NTN-F de 2031, com o recurso do **BB PREV REFERENCIADO PERFIL** atrelado a conta 75.190-1 (Aporte Lei nº 5.531/2025). **d)** Os membros do Comitê de Investimentos definiram a taxa de 6% para aquisição de títulos públicos de NTN-B, nas próximas compras. **e)** O Comitê acompanha desde 2023 a performance do fundo **ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS** (5065), conforme registrado em atas anteriores. Para consolidar as informações e debates sobre esse fundo, foi instaurado o Processo Administrativo nº 1.426/2024. Inicialmente, os membros decidiram aguardar o parecer do Tribunal de Contas sobre as contas de 2024, buscando identificar eventuais apontamentos relativos aos resgates feitos com deságio nos fundos **BRASIL CAPITAL RP INSTITUCIONAL** e **RIO VERDE SMALL CAPS**. O relatório preliminar divulgado pela Corte de Contas não apresentou nenhuma ressalva ou negativa quanto aos resgates realizados com perdas. Com base nessa informação, o Comitê deliberou pelo resgate total do fundo **ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS**, considerando que todas as análises e dados relevantes foram reunidos e avaliados no processo administrativo, em conformidade com a orientação da Nota Técnica nº 296/2023/MPS. Importante dizer, que ao longo de 2025, o fundo somou o valor de R\$ 22.299,16 em rentabilidade positiva, contra R\$ 6.038,56 de rendimento negativo, ou seja, agregou para a carteira o montante de R\$ 16.260,60, tendo proporcionado uma rentabilidade de 19,53% em 2025. Ressalta-se que o Instituto tem investido neste fundo a quantia de R\$ 97.764,33 (**doc. anexo 1**). O valor resgatado será direcionado para aplicação no fundo **BB PREV PERFIL REFERENCIADO PERFIL** (3047). **7) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS** – Com a publicação da Portaria MPS nº 2.010, de 15/10/2025, foi possível estabelecer a taxa parâmetro para a meta da Política de Investimentos do São João Prev. Com base na duração do passivo, o atuário elaborou seu parecer identificando a meta atuarial em 5,60%, podendo estender-se até 5,75% (conforme documento anexo 5), em função do desempenho superior à meta obtido em 2023, considerando o histórico dos últimos cinco anos. Diante dessas informações, os membros do Comitê deliberaram fixar a meta para a Política de Investimentos de 2026 em 5,60%, levando em conta a dificuldade observada para superar a meta atual de 5,16% e a expectativa de queda da taxa Selic para o próximo ano, cenário que traz incertezas quanto ao cumprimento da meta. Durante a análise da Minuta da Política de Investimentos, o Comitê aprovou a inclusão de um dispositivo específico para o risco de imagem, prevendo a possibilidade de resgate de ativos caso seja divulgada alguma matéria que prejudique a reputação das instituições nas quais o IPSJBV venha a alocar recursos ao longo do tempo. Além disso, foi decidida a exigência de credenciamento restrito às 20 primeiras instituições classificadas na lista da ANBIMA, com o objetivo de aprimorar a governança e a qualidade das contratações para a gestão do portfólio do Instituto. Por fim, ressalta-se que as decisões tomadas visam alinhar a estratégia de investimentos ao atual cenário econômico e às exigências normativas, promovendo maior segurança e sustentabilidade para os RPPS administrados pelo São João Prev. Na próxima reunião que será dia 07/11, a LDB Consultoria participará para apresentar o estudo ALM, assim como para a análise final da minuta e auxílio no estabelecimento da estratégia alvo para 2026. **8) CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS** – A Diretora Administrativo-Financeira compartilhou na plataforma 1doc a listagem contendo os processos abertos (**doc. anexo 7**), e a documentação juntada para análise dos membros do Comitê de Investimentos. Dessa forma, cada membro ficou responsável por examinar três processos, com a recomendação de emitir despacho acerca da regularidade da documentação, bem como registrar a ausência e/ou o vencimento das certidões e demais documentos. Nesta reunião, foi debatida a análise dos processos para decisão sobre a homologação, possibilitando o

encaminhamento para aprovação pelo Conselho Administrativo. Os credenciamentos serão retomados na próxima reunião do Comitê, dia 07/11/2025. **9) MATERIAIS DE FUNDOS PARA ANÁLISE DO COMITÊ** – a) Encaminhou-se para análise dos membros do Comitê no dia 20/10/2025, através da informação técnica nº 027/2025, o relatório Macroeconômico de outubro (**doc. anexo 14**), disponibilizado na plataforma da consultoria LDB. b) Juntamente com essa informação, a consultoria e a Empire Capital disponibilizaram análises do fundo TARPON GT INSTITUCIONAL FIF (**doc. anexo 3**), conforme solicitado pelo Comitê. Os membros analisaram a documentação e decidiram não alocar recursos no fundo, baseando-se nos seguintes aspectos: baixo número de cotistas (38), o que demonstra uma baixa diversificação de risco do passivo; patrimônio líquido de R\$ 705.179.685,95; cobrança de taxa de custódia de R\$ 750,00 mensais; taxa de performance de 20% sobre o que exceder a valorização de 100% do Ibovespa; prazos de cotização em D+30 e liquidação em D+32. Também foi considerado relevante o fato de o índice Sharpe (risco/retorno) estar abaixo de 0,60 nos períodos de 12 e 24 meses. **10) RELATÓRIO ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO e PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS** – Nesta reunião, os membros do Comitê de Investimentos analisaram o Relatório Administrativo/Financeiro de setembro de 2025 (**doc. anexo 15**), que foi enviado antecipadamente pela plataforma 1Doc por meio da Informação Técnica nº 035/2025. Após análise, os membros do Comitê relataram que as informações e os dados apontados no relatório, estão em conformidade com as ocorrências. Além disso, os membros relataram não ter ressalvas ou dúvidas, sendo aprovado por unanimidade. O Parecer emitido pelo Comitê de Investimentos referente ao relatório supracitado será anexado a esta ata. **11) DEMAIS ASSUNTOS** - a) A Diretora Administrativa/Financeira, informou a abertura de nova conta Selic, sob o número 01430861-9, conforme determinação do Comitê, tendo em vista a capitalização dos recursos provenientes do aporte da Prefeitura pelo período de 60 (sessenta) meses. Com isso, na decisão pela aquisição de títulos públicos do Tesouro pelos membros, as operações serão registradas de forma segregada em relação às aquisições realizadas pelo Plano Previdenciário, o que contribuirá para o aprimoramento do acompanhamento e para a emissão de relatórios destinados à fundamentação das decisões. b) Por meio da informação supramencionada, foi disponibilizado o e-mail encaminhado pela Sra. Anete Chaves, da ITAJUBÁ INVESTIMENTOS, contendo comparativos de produtos que, em sua opinião, poderiam agregar rentabilidade à carteira do Instituto (**doc. anexo 8**), como anexo a lâmina do fundo SULAMÉRICA CRÉDITO INSTITUCIONAL ESG – CNPJ 34.525.051/0001-59. A diretora compartilhou esse material para análise do Comitê de Investimentos. c) Foi compartilhada a solicitação do Sr. Carlos Soares, assessor de investimentos da PERFORME INVESTIMENTOS (**doc. anexo 9**), para inclusão de uma data na agenda do Comitê de Investimentos, com o objetivo de apresentar produtos de sua distribuição realizados por meio de parcerias com reconhecidas instituições do mercado, tais como BEM DTVM S.A., Genial Investimentos, Inter DTVM, Constância Investimentos, Integral Investimentos, Safra Invest e Necton – BTG Pactual. Os membros do Comitê destacaram a necessidade de respeitar o prazo para o fechamento da agenda de 2025. Nada mais havendo a ser tratado na presente reunião foi a mesma encerrada no mesmo dia e local às 11h15min, e eu, Ednéia Ridolfi, na qualidade de secretária do Comitê de Investimentos, anotei e digitei a presente ata que segue assinada por mim e por todos os presentes. São João da Boa Vista – SP, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco (21/10/2025).

SÉRGIO VENÍCIO DRAGÃO
(membro presidente)

EDNÉIA RIDOLFI
(membro secretária)



VALDEMIR SAMONETTO
(membro efetivo)

JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO
(membro efetivo)

JOÃO HENRIQUE DE SOUZA
(membro efetivo)

CIRONEI BORGES DE CARVALHO
(membro suplente)

PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – 09/2025

Após o encaminhamento do Relatório Administrativo/Financeiro referente ao fechamento do mês de setembro de 2025, os membros do Comitê de Investimentos verificaram que o Instituto de Previdência registrou uma rentabilidade positiva de R\$ 2.265.180,46, fechando o mês com um Patrimônio na totalidade de **R\$ 241.921.358,57**.

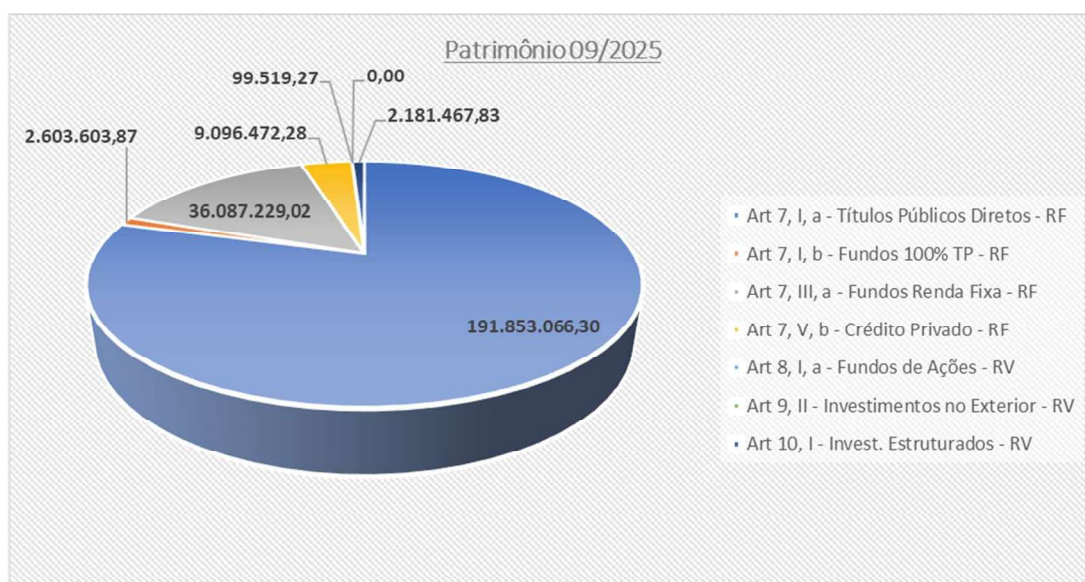
A Meta Atuarial proposta na Política de Investimentos para 2025 do Instituto de Previdência foi mantida em IPCA+5,16%, o IPSJBV obteve o rendimento/retorno positivo de 0,93% no mês de setembro, enquanto a meta mensal foi de 0,90% para toda a carteira no mês.

Com relação ao demonstrativo de 2025, foi analisado o comparativo dos Investimentos versus a Meta Atuarial (mês a mês, conforme tabela abaixo).

Mês	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)
janeiro	226.216.989,50	2.310.034,18	2.310.034,18	1,02%	1,02%	0,58%	0,58%
fevereiro	229.129.695,26	2.321.094,19	4.631.128,37	1,01%	2,03%	1,74%	2,33%
março	231.835.126,36	2.223.478,85	6.854.607,23	0,96%	3,02%	0,98%	3,33%
abril	233.227.058,55	2.478.979,37	9.333.586,60	1,05%	4,10%	0,85%	4,21%
maio	236.245.800,17	2.357.903,90	11.691.490,50	0,99%	5,13%	0,68%	4,92%
junho	238.148.685,54	1.986.518,88	13.678.009,38	0,83%	6,00%	0,66%	5,62%
julho	241.416.696,81	2.286.151,37	15.964.160,75	0,94%	7,00%	0,68%	6,34%
agosto	238.900.782,55	1.984.975,70	17.949.136,45	0,81%	7,86%	0,31%	6,66%
setembro	241.921.358,57	2.265.180,46	20.214.316,91	0,93%	8,87%	0,90%	7,63%

Na sequência foi analisada a composição da carteira do Instituto por enquadramento/artigo em valores e porcentagens, confrontada com a Política de Investimentos para 2025.

PATRIMÔNIO POR ENQUADRAMENTO x POLÍTICA DE INVESTIMENTOS						
Artigo	Patrimônio (R\$)	Rentabilidade (R\$)	Aplicado (%)	Política de Investimentos	Máximo permitido Pró Gestão	Meta Atuarial
Art 7, I, a - Títulos Públicos Diretos - RF	191.853.066,30	1.582.153,29	79,30%	66,00%	100,00%	IPCA + 5,16
Art 7, I, b - Fundos 100% TP - RF	2.603.603,87	16.059,50	1,08%	2,00%	100,00%	Meta do Mês
Art 7, III, a - Fundos Renda Fixa - RF	36.087.229,02	457.277,73	14,92%	15,00%	70,00%	0,90%
Art 7, V, b - Crédito Privado - RF	9.096.472,28	111.961,16	3,76%	2,00%	10,00%	Rentabilidade
Art 8, I, a - Fundos de Ações - RV	99.519,27	7.564,62	0,04%	5,00%	40,00%	0,93%
Art 9, II - Investimentos no Exterior - RV	0,00	0,00	0,00%	5,00%	10,00%	Acima da meta
Art 10, I - Invest. Estruturados - RV	2.181.467,83	90.164,16	0,90%	5,00%	10,00%	0,03%
TOTAL	241.921.358,57	2.265.180,46	100,00%	100,00%		



O Comitê de Investimentos procedeu à análise do demonstrativo dos ativos que compõem a carteira do São João Prev, conforme apresentado no Relatório Administrativo-Financeiro relativo ao fechamento do mês de setembro de 2025. O referido relatório contemplou informações detalhadas por segmento e classe de ativos, incluindo avaliações de riscos, movimentações e rentabilidades.

Em todas as reuniões ordinárias do Comitê, é apresentado o desempenho dos investimentos do período em curso, com acesso aos sistemas da LDB Consultoria Financeira e da plataforma Atlas Gestão de Investimentos, assegurando transparência e embasamento técnico às deliberações.

As pautas e deliberações do Comitê de Investimentos referentes ao mês de setembro encontram-se formalmente registradas nas respectivas atas, as quais estão disponibilizadas no site institucional, por meio do endereço: <https://www.saojoaoprev.sp.gov.br/estrutura-administrativa-atas/comite-de-investimentos/grupos>.

Para a conclusão do presente parecer, ressalta-se que as análises e estratégias adotadas pelo Comitê objetivam a adequada conformidade da carteira com os parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos vigente para o exercício, considerando o cenário macroeconômico e a evolução dos ativos. Tal abordagem visa o cumprimento da meta atuarial estabelecida, resguardando a carteira do IPSJBV contra exposição a riscos superiores aos permitidos pela Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, que regulamenta as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

SÉRGIO VENÍCIO DRAGÃO
(membro presidente)

EDNÉIA RIDOLFI
(membro secretária)

JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO
(membro efetivo)

VALDEMIR SAMONETTO
(membro efetivo)

JOÃO HENRIQUE DE SOUZA
(membro efetivo)

CIRONEI BORGES DE CARVALHO
(membro suplente)

LISTA DE PRESENÇA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

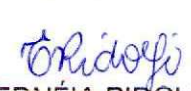
A presente lista tem por finalidade registrar as presenças e ausências dos membros do Comitê de Investimentos nas reuniões do exercício de 2025, assim como para pagamento de jeton.

Data da reunião: 21 / 10 / 25.

Hora de início: 09 : 00.

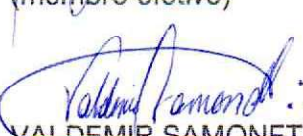
Hora de término: 11 : 15.


SÉRGIO VENÍCIO DRAGÃO
(membro presidente)


EDNÉIA RIDOLFI
(membro secretária)


JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO
(membro efetivo)


JOÃO HENRIQUE DE SOUZA
(membro efetivo)


VALDEMIR SAMONETTO
(membro efetivo)


CIRONEI BORGES DE CARVALHO
(membro suplente)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6034-8784-5437-40D7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDNÉIA RIDOLFI (CPF 300.XXX.XXX-70) em 28/10/2025 10:25:47 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VALDEMIR SAMONETTO (CPF 870.XXX.XXX-68) em 28/10/2025 11:20:23 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ SERGIO VENICIO DRAGAO (CPF 965.XXX.XXX-72) em 28/10/2025 11:29:06 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CIRONEI BORGES DE CARVALHO (CPF 016.XXX.XXX-98) em 28/10/2025 11:29:55 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ JOÃO HENRIQUE DE SOUZA (CPF 293.XXX.XXX-12) em 28/10/2025 13:12:07 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO (CPF 173.XXX.XXX-93) em 29/10/2025 15:29:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/6034-8784-5437-40D7>

Informação Técnica 46- 033/2025

De: Ednéia R. - DIR - ADMF

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 28/10/2025 às 10:21:35

Setores envolvidos:

SUP, COMINVEST, DIR - ADMF, DIR - JUR, INV

Atas do Comitê de Investimentos no ano 2025

Segue anexo para composição da ata todo o material discutido na 19ª reunião ordinária, realizada no dia 21/10/2025.

Atenciosamente.

Ednéia Ridolfi

Diretora Administrativa/Financeira

Anexos:

01_0_anexo1.pdf
01_1_INVESTIMENTOS_10_2025.pdf
02_0_anexo2.pdf
02_1_BGC_nova_conta_Selic_BB_75190.pdf
02_2_BGC_nova_conta_Selic_BB_75190.pdf
03_0_anexo3.pdf
03_1_Sao_Joao_da_Boa_Vista_Aplicacao_29_de_setembro_2025_NTN_F_2031.pdf
03_2_Sao_Joao_da_Boa_Vista_Aplicacao_29_de_setembro_2025_NTN_F_2033.pdf
04_0_anexo4.pdf
04_1_Analise_Tarpon_GT_out_25.pdf
04_2_Tarpon_GT_Institucional_FIC_FIA_30_09_2025.pdf
04_3_LDB_TARPON_GT_INSTITUCIONAL_I_FIF_OUTUBRO25.pdf
04_4_Comparativo_Tarpon_indices.pdf
05_0_anexo5.pdf
05_1_Sao_Joao_da_Boa_Vista_Parecer_Tecnico_para_Politica_de_Investimentos_2026.pdf
05_2_Politica_de_Investimentos_2026.pdf
06_0_anexo6.pdf
06_1_TAXA_NTN_F.pdf
07_0_anexo7.pdf
07_1_CREDENCIAMENTOS.pdf
07_2_CHECK_LIST_DOCTO_CREDENCIAMENTO.pdf
08_0_anexo8.pdf
08_1_EMAIL_ANETE_SULAMERICA.pdf
08_2_Informativo_Credito_ESG_Institucional.pdf
09_0_anexo9.pdf
09_1_EMAIL_PERFORME_INVESTIMENTOS.pdf
10_0_anexo10.pdf
10_1_Workshop_Limeira.pdf
11_0_anexo11.pdf
11_1_boletim_focus_17_10_2025REC.pdf

12_0_anexo12.pdf
12_1_COMPILADO_AGUAS_DE_LINDOIA.pdf
13_0_anexo13.pdf
13_1_APLICACAO_PERFIL_75190.pdf
13_2_EXTRATO_75190.pdf
14_0_anexo14.pdf
14_1_LDB_Relatorio_Cenario_Macroeconomico_Outubro_2025.pdf
15_0_anexo15.pdf
15_1_RELATORIO_ADM_FINANCEIRO_09_2025.pdf



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 869D-53FF-F85B-F7F2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDNÉIA RIDOLFI (CPF 300.XXX.XXX-70) em 28/10/2025 10:26:16 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CIRONEI BORGES DE CARVALHO (CPF 016.XXX.XXX-98) em 28/10/2025 11:28:23 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ SERGIO VENICIO DRAGAO (CPF 965.XXX.XXX-72) em 28/10/2025 11:29:51 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOÃO HENRIQUE DE SOUZA (CPF 293.XXX.XXX-12) em 28/10/2025 13:12:51 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO (CPF 173.XXX.XXX-93) em 29/10/2025 15:31:10 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VALDEMIR SAMONETTO (CPF 870.XXX.XXX-68) em 03/11/2025 11:07:48 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/869D-53FF-F85B-F7F2>

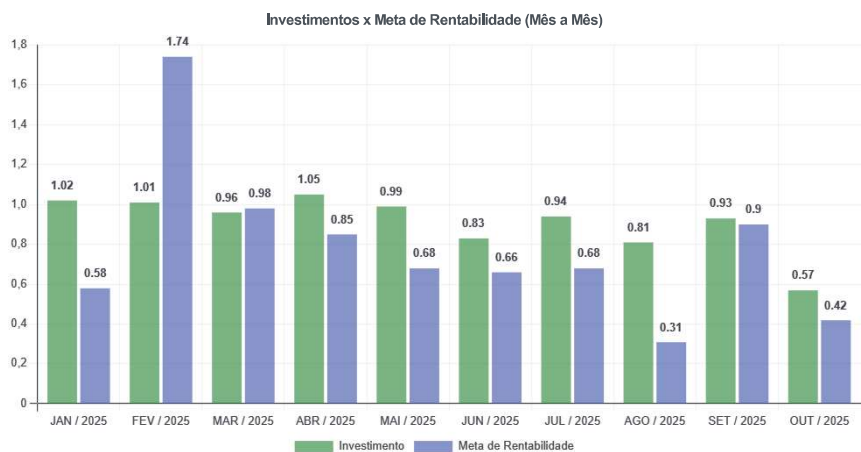
ANEXO Nº 1



Retorno - Plano Financeiro | Plano Previdenciário | Taxa de Administração | Fundo de Oscilação

A Última Posição considera a situação atual da carteira para o mês cujas movimentações estão em preenchimento. Portanto, não refletem a posição de fechamento.

Mês	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Aplicações Acumuladas (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Resgates / Amortizações Acumuladas (R\$)	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (R\$)	Meta Acum (R\$)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)	Diferença Acumulada (%)
janeiro	223.599,198,63	23.537,746,40	23.537,746,40	23.229,989,71	23.229,989,71	226,216,989,50	2,310,034,18	2,310,034,18	1,02%	1,02%	1,300,509,53	1,300,509,53	0,58%	0,58%	174,91%
fevereiro	226.216,989,50	27.848,479,87	51,386,226,27	27.256,868,30	50,486,858,01	229,129,695,26	2,321,094,19	4,631,128,37	1,01%	2,03%	3,936,620,82	5,237,130,35	1,74%	2,33%	87,41%
março	229,129,695,26	46,701,920,53	98,088,146,79	46,219,968,28	96,706,826,29	231,835,126,36	2,223,478,85	6,854,607,23	0,96%	3,02%	2,255,949,34	7,493,079,69	0,98%	3,33%	90,54%
abril	231,835,126,36	5,405,523,85	103,493,670,64	6,492,571,03	103,199,397,32	233,227,058,55	2,478,979,37	9,333,586,60	1,05%	4,10%	1,965,882,01	9,458,961,70	0,85%	4,21%	97,31%
maio	233,227,058,55	33,807,489,02	137,301,159,66	33,146,651,30	136,346,048,62	236,245,800,17	2,357,903,90	11,691,490,50	0,99%	5,13%	1,593,352,01	11,052,313,70	0,68%	4,92%	104,20%
junho	236,245,800,17	5,603,391,39	142,904,551,05	5,687,024,90	142,033,073,52	238,148,685,54	1,986,518,88	13,678,009,38	0,83%	6,00%	1,561,414,50	12,613,728,20	0,66%	5,62%	106,80%
julho	238,148,685,54	15,421,296,33	158,325,847,38	14,439,436,43	156,472,509,95	241,416,696,81	2,286,151,37	15,964,160,75	0,94%	7,00%	1,629,067,35	14,242,795,55	0,68%	6,34%	110,44%
agosto	241,416,696,81	7,236,255,62	165,562,103,00	11,737,145,58	168,209,655,53	238,900,782,55	1,984,975,70	17,949,136,45	0,81%	7,86%	733,708,02	14,976,503,57	0,31%	6,66%	117,99%
setembro	238,900,782,55	12,445,272,97	178,007,375,97	11,689,877,41	179,899,532,94	241,921,358,57	2,265,180,46	20,214,316,91	0,93%	8,87%	2,162,107,02	17,138,610,59	0,90%	7,63%	116,29%
outubro	241,921,358,57	5,150,478,12	183,157,854,09	71,002,25	179,970,535,19	248,402,148,82	1,401,314,38	21,615,631,29	0,57%	9,49%	1,037,782,97	18,176,393,56	0,42%	8,08%	117,46%



Renda Fixa

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Insituito (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês
	NTN-B 760199 20260815 / 1504837	4,366,591,47	0,00	0,00	4,389,724,33	23,132,86	0,53%	--	--
	NTN-B 760199 20260815 / 813216	6,295,810,48	0,00	0,00	6,330,493,58	34,683,10	0,55%	--	--
	NTN-B 760199 20260815 / 954557	5,158,880,73	0,00	0,00	5,193,890,42	35,009,69	0,68%	--	--
	NTN-B 760199 20280815 / 782332	5,316,342,02	0,00	0,00	5,345,106,34	28,764,32	0,54%	--	--
	NTN-B 760199 20280815 / 813217	5,245,353,65	0,00	0,00	5,274,141,34	28,787,69	0,55%	--	--
	NTN-B 760199 20280815 / 954558	5,125,665,08	0,00	0,00	5,157,753,38	32,088,30	0,63%	--	--
	NTN-B 760199 20300815 / 782331	5,307,850,92	0,00	0,00	5,336,464,77	28,613,85	0,54%	--	--
	NTN-B 760199 20300815 / 839879	5,303,302,21	0,00	0,00	5,331,496,95	28,194,74	0,53%	--	--
	NTN-B 760199 20350515 / 1295840	2,279,366,59	0,00	0,00	2,291,809,77	12,443,18	0,55%	--	--
	NTN-B 760199 20350515 / 839878	8,472,652,52	0,00	0,00	8,517,702,66	45,050,14	0,53%	--	--
	NTN-B 760199 20400815 / 1187461	11,499,146,01	0,00	0,00	11,558,837,92	59,691,91	0,52%	--	--
	NTN-B 760199 20450515 / 1387780	4,500,747,19	0,00	0,00	4,523,953,06	23,205,87	0,52%	--	--
	NTN-B 760199 20450515 / 1475617	2,207,325,21	0,00	0,00	2,218,618,79	11,293,58	0,51%	--	--
	NTN-B 760199 20450515 / 839881	4,238,892,28	0,00	0,00	4,261,496,38	22,604,10	0,53%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 1387783	5,479,336,29	0,00	0,00	5,507,592,59	28,256,30	0,52%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 1475618	2,206,648,05	0,00	0,00	2,217,965,09	11,317,04	0,51%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 839885	3,176,471,85	0,00	0,00	3,193,441,74	16,969,89	0,53%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 994217	2,503,692,85	0,00	0,00	2,518,221,87	14,529,02	0,58%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 1387784	5,635,194,88	0,00	0,00	5,664,221,77	29,026,89	0,52%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 1475619	2,207,820,16	0,00	0,00	2,219,139,28	11,319,12	0,51%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 839882	4,565,186,16	0,00	0,00	4,589,510,64	24,324,48	0,53%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 994218	2,591,154,60	0,00	0,00	2,606,172,61	15,018,01	0,58%	--	--
	NTN-F 950199 20270101 / 940553	10,309,383,00	0,00	0,00	10,382,582,50	73,199,50	0,71%	--	--
	NTN-F 950199 20290101 / 940554	10,285,046,96	0,00	0,00	10,358,469,50	73,422,54	0,71%	--	--
	NTN-F 950199 20310101 / 1017894	4,129,314,43	0,00	0,00	4,156,226,87	26,912,44	0,65%	--	--
	NTN-B 760199 20270515 / 1504838	2,181,103,24	0,00	0,00	2,192,542,89	11,439,65	0,52%	--	--

	NTN-B 760199 20270515 / 782333	5,320,349,05	0,00	0,00	5,349,107,52	28,758,47	0,54%	--	--
	NTN-B 760199 20270515 / 813219	3,240,900,85	0,00	0,00	3,258,626,28	17,725,43	0,55%	--	--
	NTN-B 760199 20270515 / 954559	5,134,179,42	0,00	0,00	5,166,935,45	32,756,03	0,64%	--	--
	NTN-B 760199 20320815 / 883914	5,402,418,55	0,00	0,00	5,433,068,26	30,649,71	0,57%	--	--
	NTN-B 760199 20320815 / 920218	5,106,761,40	0,00	0,00	5,138,729,39	31,967,99	0,63%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 1387785	5,480,550,23	0,00	0,00	5,508,796,40	28,246,17	0,52%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 1475620	2,210,634,26	0,00	0,00	2,221,960,88	11,326,62	0,51%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 839883	3,177,379,80	0,00	0,00	3,194,342,22	16,962,42	0,53%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 994219	2,502,959,00	0,00	0,00	2,517,498,26	14,539,26	0,58%	--	--
	NTN-B 760199 20330515 / 920219	10,542,069,26	0,00	0,00	10,607,529,30	65,460,04	0,62%	--	--
	NTN-F 950199 20350101 / 994220	2,467,334,82	0,00	0,00	2,483,976,80	16,641,98	0,67%	--	--
	NTN-B 760199 20290515 / 782334	5,317,209,26	0,00	0,00	5,345,931,96	28,722,70	0,54%	--	--
	NTN-B 760199 20290515 / 813220	3,237,869,76	0,00	0,00	3,255,606,95	17,737,19	0,55%	--	--
	NTN-B 760199 20290515 / 839876	2,124,171,81	0,00	0,00	2,135,643,94	11,472,13	0,54%	--	--
10756541000106	ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO LONGA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	1,157,508,30	0,00	0,00	1,148,155,15	-9,353,15	-0,81%	-0,81%	0,50
07861554000122	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO	1,115,347,81	0,00	0,00	1,111,852,88	-3,494,93	-0,31%	-0,31%	0,32
13077418000149	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO PERFIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	23,967,255,37	5,150,478,12	71,002,25	29,226,501,47	179,770,23	0,64%	0,67%	0,05
10783480000168	DAYCOVAL CLASSIC FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	4,553,342,68	0,00	0,00	4,583,455,71	30,113,03	0,66%	0,66%	0,05
03737206000197	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO	2,386,634,94	0,00	0,00	2,402,373,24	15,738,30	0,66%	0,66%	0,05
20441483000177	SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	4,543,129,60	0,00	0,00	4,576,241,35	33,111,75	0,73%	0,73%	0,05
21838150000149	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIM	1,446,095,57	0,00	0,00	1,449,693,25	3,597,68	0,25%	0,25%	0,16
03399411000190	BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREMIUM	8,617,990,90	0,00	0,00	8,680,320,19	62,329,29	0,72%	0,72%	0,05
	Total Renda Fixa	239,640,371,47	5,150,478,12	71,002,25	246,133,923,89	1,414,076,55	0,58%		

Renda Variável

CNPJ	Ativos Renda Variável	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês
08279304000141	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	99.519,27	0,00	0,00	97.764,33	-1.754,94	-1,76%	-1,76%	1,04
03394711000186	BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IBOVESPA PLUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	-2,78%	1,13
Total Renda Variável		99.519,27	0,00	0,00	97.764,33	-1.754,94	-1,76%		

Estruturados

CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês
24633818000100	SICREDI - FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO BOLSA AMERICANA LONGO PRAZO	2.181.467,83	0,00	0,00	2.170.460,60	-11.007,23	-0,50%	-0,50%	--
Total Estruturados		2.181.467,83	0,00	0,00	2.170.460,60	-11.007,23	-0,50%		

Disclaimer

As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pelo Atlas RPPS, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. O Atlas RPPS, titular desta marca ou qualquer das empresas de seu grupo empresarial não são responsáveis por tomadas de decisão e consequentes resultados. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias e Mensais.

ANEXO Nº 2

adm_financeiro@saojoaoprev.sp.gov.br

De: Oliveira, Suellen <Suellen.d.Oliveira@bgcg.com>
Enviado em: terça-feira, 14 de outubro de 2025 11:15
Para: adm_financeiro@saojoaoprev.sp.gov.br
Cc: CDD Team Brazil; Regime Proprio Previdencia Social; Middle-RendaFixa
Assunto: Nova conta Selic - São João da Boa Vista | BGC Liquidez

Bom dia, Ednéia.
Espero que esteja bem!

Conforme solicitado, foi concluído a abertura da nova conta SELIC para o São João da Boa Vista, segue nova conta Selic: 01430861-9.

Consulta de conta

[Consultar](#) | [Detalhamento](#)

Conta 01430861-9

Detalhe

Número	01430861-9	Descrição	INSTITUTO DE PREVIDEN JOAO DA BOA VISTA Livre
Participante	33862244 - BGC LIQUIDEZ	Tipo da conta	Custódia Normal Livre mov
Bloqueado	Não		

Conta de cliente

Tipo de cliente	Regime próprio de previdência social de servidor público	Cliente	05.774.894/0001-90 - INST MUNICIPIO DE SAO JOAC
Código CVM	-	Consulente	-
Identificação do cliente (ICliente)	00649937		

Obrigada!

Abs.,

Suellen Oliveira

Client Management

+ 55 11 3077- 2335

www.bgcg.com



Please note in connection with a corporate conversion, BGC has changed its name from "BGC Partners, Inc." to "BGC Group, Inc." and began trading on the Nasdaq Global Select Market under its new ticker symbol "BGC." Accordingly, BGC is in the process of updating its main website to www.bgcg.com and its email addresses to Name@bgcg.com.

DISCLAIMER

This communication may include confidential and privileged information, is for information purposes only, is not a recommendation or a trade confirmation, is not an offer to sell, or a solicitation of an offer to buy. If you are not the intended recipient, please advise the sender immediately and delete or destroy this communication and any copies. Use by other than intended recipients is prohibited.

For additional disclosures, including disclosures relevant to your region, please see <https://www.bgcg.com/disclaimers/electronic-communications-disclaimers-disclosures/>

For disclosures related to how your personal data is processed in certain please see <https://www.bgcg.com/privacy/>

adm_financeiro@saojoaoprev.sp.gov.br

De: Cadilhe, Marcelle <MARCELLE.CADILHE@bgcg.com>
Enviado em: terça-feira, 14 de outubro de 2025 11:48
Para: adm_financeiro@saojoaoprev.sp.gov.br; Investimentos - Instituto de Previdência
Cc: Lacerda, Juarez
Assunto: Contas SELIC | BGC Liquidez

Bom dia,

Conforme falamos no telefone, seguem números da conta SELIC do RPPS de São João da Boa Vista.

Antiga: 00942670-8

Nova: 01430861-9.

Obrigada,

Marcelle Cadilhe
Institutional Sales
+ 55 11 3077-2354 | + 55 21 98674-0059
www.bgcg.com



Please note in connection with a corporate conversion, BGC has changed its name from "BGC Partners, Inc." to "BGC Group, Inc." and began trading on the Nasdaq Global Select Market under its new ticker symbol "BGC." Accordingly, BGC is in the process of updating its main website to www.bgcg.com and its email addresses to Name@bgcg.com.

DISCLAIMER

This communication may include confidential and privileged information, is for information purposes only, is not a recommendation or a trade confirmation, is not an offer to sell, or a solicitation of an offer to buy. If you are not the

intended recipient, please advise the sender immediately and delete or destroy this communication and any copies. Use by other than intended recipients is prohibited.
For additional disclosures, including disclosures relevant to your region, please see
<https://www.bgcg.com/disclaimers/electronic-communications-disclaimers-disclosures/>

For disclosures related to how your personal data is processed in certain please see <https://www.bgcg.com/privacy/>

ANEXO Nº 3

Leme, 29 de setembro de 2025.

Ofício nº 049A/2025

Assunto: Aplicação de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) em NTN-F com vencimento em 2031.

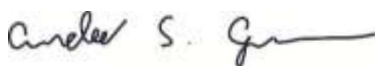
**Ao
Regime Próprio de Previdência Social do município de São João da Boa Vista**

Em atendimento à solicitação de análise da viabilidade atuarial e financeira para dispor do valor supra mencionado a ser aplicado em NTN-B com resgate em **2031**, disponibilizamos em anexo o relatório da evolução atuarial, contendo receitas e despesas, bem como o disponível financeiro ao longo dos anos, onde fica demonstrado que o Plano Previdenciário possuirá ativo financeiro no valor de **R\$ 218.826.433,65** no ano do vencimento do título, ou seja, com saldo positivo de valor muito superior aos valores investidos em títulos de longo prazo e ainda em capitalização, ou seja, com as receitas previstas maiores que as despesas previstas. Observa-se ainda que as necessidades financeiras se estendem em um período de anos maior do que o título requisitado, de forma que a liquidez do valor investido não será necessária antes do prazo de vencimento.

Na medida em que temos uma porcentagem razoável do total do ativo aplicada em fundos de longo prazo, podemos assegurar que o investimento pleiteado e objeto deste parecer não afetará a saúde financeira do Instituto.

O relatório apresentado é parte integrante do caderno da avaliação atuarial do exercício de 2025.

Certos de vossa compreensão, reiteramos nossos protestos de estima e elevada consideração, deixando-nos a disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida adicional.



**André Sablewski Grau
MIBA 2372**

Recebido em: ____/____/ 2025.

Assinatura: _____

Anexo

DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DO
REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA
(Artigo 53, §1º, Inciso II da LRF)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Exercício	Receitas	Despesas	Resultado	Saldo Financeiro do Exercício
Saldo Anterior				206.487.728,90
2025	30.202.239,91	29.111.402,88	1.090.837,03	207.578.565,93
2026	29.141.435,17	27.903.668,94	1.237.766,23	208.816.332,16
2027	28.250.698,02	26.700.899,45	1.549.798,57	210.366.130,73
2028	27.298.262,55	25.719.762,48	1.578.500,07	211.944.630,80
2029	26.391.571,76	24.533.595,56	1.857.976,20	213.802.607,00
2030	25.527.355,10	23.279.593,81	2.247.761,29	216.050.368,29
2031	24.749.837,23	21.973.771,87	2.776.065,36	218.826.433,65
2032	23.935.568,36	20.574.878,94	3.360.689,42	222.187.123,07
2033	23.297.782,26	19.525.169,93	3.772.612,33	225.959.735,40
2034	22.542.476,97	18.571.298,22	3.971.178,75	229.930.914,15
2035	21.835.333,89	17.502.549,67	4.332.784,22	234.263.698,37
2036	21.151.648,43	16.310.827,69	4.840.820,74	239.104.519,11
2037	20.543.015,41	15.389.239,27	5.153.776,14	244.258.295,25
2038	19.893.395,75	15.469.201,56	4.424.194,19	248.682.489,44
2039	19.004.639,09	15.405.514,10	3.599.124,99	252.281.614,43
2040	18.097.831,54	15.196.008,57	2.901.822,97	255.183.437,40
2041	17.319.192,59	14.763.600,21	2.555.592,38	257.739.029,78
2042	16.573.953,59	14.463.163,06	2.110.790,53	259.849.820,31
2043	15.885.700,38	14.480.337,97	1.405.362,41	261.255.182,72
2044	15.204.031,65	14.458.897,29	745.134,36	262.000.317,08
2045	14.536.137,84	14.492.417,23	43.720,61	262.044.037,69
2046	13.923.778,54	14.586.424,07	-662.645,53	261.381.392,16
2047	13.396.008,51	14.635.578,53	-1.239.570,02	260.141.822,14
2048	12.846.613,97	14.767.800,25	-1.921.186,28	258.220.635,86
2049	12.251.392,98	15.269.036,40	-3.017.643,42	255.202.992,44
2050	11.705.153,07	15.230.084,34	-3.524.931,27	251.678.061,17
2051	11.192.305,66	15.115.067,04	-3.922.761,38	247.755.299,79
2052	10.683.967,21	14.624.518,68	-3.940.551,47	243.814.748,32
2053	10.206.619,57	14.554.340,82	-4.347.721,25	239.467.027,07
2054	9.716.808,72	14.458.122,65	-4.741.313,93	234.725.713,14
2055	9.247.509,61	14.099.011,84	-4.851.502,23	229.874.210,91
2056	8.754.040,56	13.565.468,70	-4.811.428,14	225.062.782,77
2057	8.242.672,40	12.960.869,36	-4.718.196,96	220.344.585,81
2058	7.794.606,42	12.340.741,23	-4.546.134,81	215.798.451,00
2059	7.310.647,22	11.767.487,52	-4.456.840,30	211.341.610,70
2060	6.837.356,83	11.158.117,15	-4.320.760,32	207.020.850,38
2061	6.356.487,11	10.601.469,30	-4.244.982,19	202.775.868,19
2062	5.864.859,15	10.105.349,86	-4.240.490,71	198.535.377,48
2063	5.367.311,61	9.581.808,82	-4.214.497,21	194.320.880,27
2064	4.855.405,63	9.220.386,86	-4.364.981,23	189.955.899,04
2065	4.413.372,98	8.742.593,86	-4.329.220,88	185.626.678,16
2066	3.990.508,93	8.195.761,15	-4.205.252,22	181.421.425,94

2067	3.652.701,58	7.666.164,69	-4.013.463,11	177.407.962,83
2068	3.291.331,10	7.198.956,79	-3.907.625,69	173.500.337,14
2069	2.960.280,52	6.774.948,98	-3.814.668,46	169.685.668,68
2070	2.693.413,09	6.328.277,55	-3.634.864,46	166.050.804,22
2071	2.437.260,29	5.934.070,43	-3.496.810,14	162.553.994,08
2072	2.182.680,79	5.616.730,35	-3.434.049,56	159.119.944,52
2073	1.969.775,31	5.316.648,03	-3.346.872,72	155.773.071,80
2074	1.746.144,56	5.085.387,95	-3.339.243,39	152.433.828,41
2075	1.496.635,89	4.948.313,54	-3.451.677,65	148.982.150,76
2076	1.296.537,02	4.802.273,91	-3.505.736,89	145.476.413,87
2077	1.146.165,02	4.585.261,41	-3.439.096,39	142.037.317,48
2078	1.010.041,72	4.385.014,71	-3.374.972,99	138.662.344,49
2079	877.552,47	4.234.574,95	-3.357.022,48	135.305.322,01
2080	758.251,97	4.103.388,12	-3.345.136,15	131.960.185,86
2081	658.356,73	3.948.514,38	-3.290.157,65	128.670.028,21
2082	550.474,37	3.849.355,39	-3.298.881,02	125.371.147,19
2083	466.917,35	3.721.212,30	-3.254.294,95	122.116.852,24
2084	374.790,93	3.634.338,33	-3.259.547,40	118.857.304,84
2085	287.258,10	3.542.473,80	-3.255.215,70	115.602.089,14
2086	236.035,58	3.368.855,41	-3.132.819,83	112.469.269,31
2087	195.152,07	3.166.687,16	-2.971.535,09	109.497.734,22
2088	167.162,26	2.968.298,83	-2.801.136,57	106.696.597,65
2089	143.155,23	2.744.090,12	-2.600.934,89	104.095.662,76
2090	119.716,92	2.526.714,96	-2.406.998,04	101.688.664,72
2091	94.284,78	2.338.300,01	-2.244.015,23	99.444.649,49
2092	75.597,34	2.133.635,36	-2.058.038,02	97.386.611,47
2093	58.603,06	1.944.430,12	-1.885.827,06	95.500.784,41
2094	38.815,31	1.752.611,62	-1.713.796,31	93.786.988,10
2095	24.891,05	1.584.142,92	-1.559.251,87	92.227.736,23
2096	13.157,50	1.424.956,34	-1.411.798,84	90.815.937,39
2097	5.049,25	1.269.806,19	-1.264.756,94	89.551.180,45
2098	2.033,53	1.121.224,56	-1.119.191,03	88.431.989,42
2099	1.147,59	982.885,29	-981.737,70	87.450.251,72
2100	0,00	0,00	0,00	87.450.251,72
2101	0,00	0,00	0,00	87.450.251,72
2102	0,00	0,00	0,00	87.450.251,72

Leme, 29 de setembro de 2025.

Ofício nº 050A/2025

Assunto: Aplicação de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em NTN-F com vencimento em 2033.

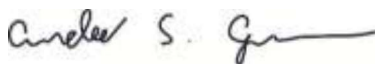
**Ao
Regime Próprio de Previdência Social do município de São João da Boa Vista**

Em atendimento à solicitação de análise da viabilidade atuarial e financeira para dispor do valor supra mencionado a ser aplicado em NTN-B com resgate em **2033**, disponibilizamos em anexo o relatório da evolução atuarial, contendo receitas e despesas, bem como o disponível financeiro ao longo dos anos, onde fica demonstrado que o Plano Previdenciário possuirá ativo financeiro no valor de **R\$ 225.959.735,40** no ano do vencimento do título, ou seja, com saldo positivo de valor muito superior aos valores investidos em títulos de longo prazo e ainda em capitalização, ou seja, com as receitas previstas maiores que as despesas previstas. Observa-se ainda que as necessidades financeiras se estendem em um período de anos maior do que o título requisitado, de forma que a liquidez do valor investido não será necessária antes do prazo de vencimento.

Na medida em que temos uma porcentagem razoável do total do ativo aplicada em fundos de longo prazo, podemos assegurar que o investimento pleiteado e objeto deste parecer não afetará a saúde financeira do Instituto.

O relatório apresentado é parte integrante do caderno da avaliação atuarial do exercício de 2025.

Certos de vossa compreensão, reiteramos nossos protestos de estima e elevada consideração, deixando-nos a disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida adicional.



**André Sablewski Grau
MIBA 2372**

Recebido em: ____/____/ 2025.

Assinatura: _____

Anexo

DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DO
REGIME DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA
(Artigo 53, §1º, Inciso II da LRF)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Exercício	Receitas	Despesas	Resultado	Saldo Financeiro do Exercício
Saldo Anterior				206.487.728,90
2025	30.202.239,91	29.111.402,88	1.090.837,03	207.578.565,93
2026	29.141.435,17	27.903.668,94	1.237.766,23	208.816.332,16
2027	28.250.698,02	26.700.899,45	1.549.798,57	210.366.130,73
2028	27.298.262,55	25.719.762,48	1.578.500,07	211.944.630,80
2029	26.391.571,76	24.533.595,56	1.857.976,20	213.802.607,00
2030	25.527.355,10	23.279.593,81	2.247.761,29	216.050.368,29
2031	24.749.837,23	21.973.771,87	2.776.065,36	218.826.433,65
2032	23.935.568,36	20.574.878,94	3.360.689,42	222.187.123,07
2033	23.297.782,26	19.525.169,93	3.772.612,33	225.959.735,40
2034	22.542.476,97	18.571.298,22	3.971.178,75	229.930.914,15
2035	21.835.333,89	17.502.549,67	4.332.784,22	234.263.698,37
2036	21.151.648,43	16.310.827,69	4.840.820,74	239.104.519,11
2037	20.543.015,41	15.389.239,27	5.153.776,14	244.258.295,25
2038	19.893.395,75	15.469.201,56	4.424.194,19	248.682.489,44
2039	19.004.639,09	15.405.514,10	3.599.124,99	252.281.614,43
2040	18.097.831,54	15.196.008,57	2.901.822,97	255.183.437,40
2041	17.319.192,59	14.763.600,21	2.555.592,38	257.739.029,78
2042	16.573.953,59	14.463.163,06	2.110.790,53	259.849.820,31
2043	15.885.700,38	14.480.337,97	1.405.362,41	261.255.182,72
2044	15.204.031,65	14.458.897,29	745.134,36	262.000.317,08
2045	14.536.137,84	14.492.417,23	43.720,61	262.044.037,69
2046	13.923.778,54	14.586.424,07	-662.645,53	261.381.392,16
2047	13.396.008,51	14.635.578,53	-1.239.570,02	260.141.822,14
2048	12.846.613,97	14.767.800,25	-1.921.186,28	258.220.635,86
2049	12.251.392,98	15.269.036,40	-3.017.643,42	255.202.992,44
2050	11.705.153,07	15.230.084,34	-3.524.931,27	251.678.061,17
2051	11.192.305,66	15.115.067,04	-3.922.761,38	247.755.299,79
2052	10.683.967,21	14.624.518,68	-3.940.551,47	243.814.748,32
2053	10.206.619,57	14.554.340,82	-4.347.721,25	239.467.027,07
2054	9.716.808,72	14.458.122,65	-4.741.313,93	234.725.713,14
2055	9.247.509,61	14.099.011,84	-4.851.502,23	229.874.210,91
2056	8.754.040,56	13.565.468,70	-4.811.428,14	225.062.782,77
2057	8.242.672,40	12.960.869,36	-4.718.196,96	220.344.585,81
2058	7.794.606,42	12.340.741,23	-4.546.134,81	215.798.451,00
2059	7.310.647,22	11.767.487,52	-4.456.840,30	211.341.610,70
2060	6.837.356,83	11.158.117,15	-4.320.760,32	207.020.850,38
2061	6.356.487,11	10.601.469,30	-4.244.982,19	202.775.868,19
2062	5.864.859,15	10.105.349,86	-4.240.490,71	198.535.377,48
2063	5.367.311,61	9.581.808,82	-4.214.497,21	194.320.880,27
2064	4.855.405,63	9.220.386,86	-4.364.981,23	189.955.899,04
2065	4.413.372,98	8.742.593,86	-4.329.220,88	185.626.678,16
2066	3.990.508,93	8.195.761,15	-4.205.252,22	181.421.425,94

2067	3.652.701,58	7.666.164,69	-4.013.463,11	177.407.962,83
2068	3.291.331,10	7.198.956,79	-3.907.625,69	173.500.337,14
2069	2.960.280,52	6.774.948,98	-3.814.668,46	169.685.668,68
2070	2.693.413,09	6.328.277,55	-3.634.864,46	166.050.804,22
2071	2.437.260,29	5.934.070,43	-3.496.810,14	162.553.994,08
2072	2.182.680,79	5.616.730,35	-3.434.049,56	159.119.944,52
2073	1.969.775,31	5.316.648,03	-3.346.872,72	155.773.071,80
2074	1.746.144,56	5.085.387,95	-3.339.243,39	152.433.828,41
2075	1.496.635,89	4.948.313,54	-3.451.677,65	148.982.150,76
2076	1.296.537,02	4.802.273,91	-3.505.736,89	145.476.413,87
2077	1.146.165,02	4.585.261,41	-3.439.096,39	142.037.317,48
2078	1.010.041,72	4.385.014,71	-3.374.972,99	138.662.344,49
2079	877.552,47	4.234.574,95	-3.357.022,48	135.305.322,01
2080	758.251,97	4.103.388,12	-3.345.136,15	131.960.185,86
2081	658.356,73	3.948.514,38	-3.290.157,65	128.670.028,21
2082	550.474,37	3.849.355,39	-3.298.881,02	125.371.147,19
2083	466.917,35	3.721.212,30	-3.254.294,95	122.116.852,24
2084	374.790,93	3.634.338,33	-3.259.547,40	118.857.304,84
2085	287.258,10	3.542.473,80	-3.255.215,70	115.602.089,14
2086	236.035,58	3.368.855,41	-3.132.819,83	112.469.269,31
2087	195.152,07	3.166.687,16	-2.971.535,09	109.497.734,22
2088	167.162,26	2.968.298,83	-2.801.136,57	106.696.597,65
2089	143.155,23	2.744.090,12	-2.600.934,89	104.095.662,76
2090	119.716,92	2.526.714,96	-2.406.998,04	101.688.664,72
2091	94.284,78	2.338.300,01	-2.244.015,23	99.444.649,49
2092	75.597,34	2.133.635,36	-2.058.038,02	97.386.611,47
2093	58.603,06	1.944.430,12	-1.885.827,06	95.500.784,41
2094	38.815,31	1.752.611,62	-1.713.796,31	93.786.988,10
2095	24.891,05	1.584.142,92	-1.559.251,87	92.227.736,23
2096	13.157,50	1.424.956,34	-1.411.798,84	90.815.937,39
2097	5.049,25	1.269.806,19	-1.264.756,94	89.551.180,45
2098	2.033,53	1.121.224,56	-1.119.191,03	88.431.989,42
2099	1.147,59	982.885,29	-981.737,70	87.450.251,72
2100	0,00	0,00	0,00	87.450.251,72
2101	0,00	0,00	0,00	87.450.251,72
2102	0,00	0,00	0,00	87.450.251,72

ANEXO Nº 4

09-08 Análise de Fundo: Cenário Macroeconómico e Estratégia de Investimento

Cenário Macroeconómico e Político

Desempenho dos Mercados e Fluxo de Capital

O ano apresenta um bom desempenho para os mercados emergentes, incluindo o Brasil. O principal motivo para a valorização da bolsa brasileira é o fluxo de investimentos estrangeiros. Desde a posse de Trump, investidores têm procurado diversificar o risco para além dos Estados Unidos (especialmente das “sete grandes” de tecnologia), o que, somado à desvalorização do dólar, tem beneficiado mercados como o brasileiro com um grande fluxo de capital. Embora o capital alocado no Brasil seja pequeno para os estrangeiros, é relevante para o mercado local e impulsionou a valorização dos ativos. Em contrapartida, investidores locais estão a retirar capital da bolsa, sofrendo resgates e realocando os recursos em títulos de renda fixa para aproveitar a taxa de juro real de 10,5% (com CDI a 15% e inflação a 4,5%).

Contexto Brasileiro: Juros e Política

O custo de oportunidade de investir em ações no Brasil é muito elevado, dado o rendimento competitivo e de baixo risco do CDI a 15%. Este cenário de juros altos, que visa arrefecer a atividade económica para controlar a inflação, eleva o custo de dívida para as empresas (captando a CDI + 2/3%) e aumenta o número de recuperações judiciais.

O cenário eleitoral dominará o mercado, gerando volatilidade, com a disputa a tornar-se mais competitiva. O mercado de futuros já antecipa quedas na taxa de juros para o início do próximo ano, mas o relatório Focus ainda projeta juros de 12% para o final de 2026, um nível considerado alto.

Política Monetária e Banco Central

A “ancoragem” das expectativas de inflação é o fator mais crucial para o Banco Central iniciar um ciclo de corte de juros, seguido por uma “piora” nos dados de emprego, que continua muito aquecido. Um risco seria um corte de juros precipitado por motivações políticas, o que historicamente resultou em ajustes mais severos. No entanto, a percepção atual é que a nova diretoria do BC (Galípolo) tem uma abordagem técnica, o que é positivo para o mercado, mesmo que signifique juros altos por mais tempo.

Desempenho do Fundo e Estratégia

Rentabilidade Histórica e Atual

****Desempenho no Ano:****O fundo apresenta uma rentabilidade de aproximadamente 22%, ligeiramente acima do Ibovespa.

****Rentabilidade em 13 Anos (desde 2013):****Quem investiu e manteve a posição obteve uma rentabilidade média líquida de 20% ao ano.

****Rentabilidade nos Últimos 10 Anos (desde 2016):****Para este período, a rentabilidade média líquida sobe para 29% ao ano. Esta taxa é considerada excepcionalmente alta e não deve ser usada como expectativa futura.

Filosofia de Investimento

A estratégia foca-se em construir um portfólio equilibrado, capaz de navegar em diferentes cenários, em vez de tentar prever movimentos de mercado. A filosofia é

marcadamente contrária, buscando as melhores oportunidades em cenários de dificuldade e escassez de capital (“sangue na rua”) e evitando investir onde “todo o mundo está a investir”. A principal estratégia é a “arbitragem temporal”: aproveitar a visão de curto prazo do mercado para investir com um horizonte de 3 a 5 anos, acreditando que a maturação dos investimentos gerará retornos superiores. O fundo busca negócios com baixa discricionariedade, baixa dependência do ciclo económico e crescimento impulsionado por fatores sob controle da gestão (como sinergias de M&A), evitando “armadilhas de valor” (empresas baratas, mas sem crescimento). Uma nova empresa só entra no portfólio se melhorar a qualidade média geral da carteira.

Estrutura dos Fundos e Vantagem Estratégica

Os fundos da gestora partilham a mesma estratégia e portfólio, diferindo no prazo de resgate: o fundo antigo (fechado) tem prazo de 30 dias, e o novo (aberto), de 90 dias. Há planos de fechar o fundo D90 e abrir um novo veículo (D180) para alinhar o passivo com a visão de longo prazo.

Os sócios da gestora detêm 20% do património do fundo, com capital bloqueado (lock-up) que nunca foi resgatado em 23 anos, garantindo alinhamento de interesses. Além disso, o fundo é um dos poucos de ações independentes com captação líquida nos últimos 12-18 meses (cerca de R\$ 700 milhões este ano). Estar capitalizado num ambiente onde outros são forçados a vender é uma vantagem estratégica.

Análise do Portfólio

Visão Agregada e Fundamentos

O portfólio consolidado é negociado a um múltiplo de 5x o EBITDA do próximo ano, considerado muito descontado. É composto por empresas de alta qualidade, líderes nos seus setores, com alto crescimento e baixa alavancagem. O ROIC médio da carteira é de quase 20%, e o fundo espera receber R\$ 250 milhões em dividendos este ano, proporcionando liquidez.

Apesar do cenário desafiador, as projeções de crescimento para as empresas do portfólio no ano corrente são fortes: Receita +28-29%, **EBITDA +24%** e Lucro Líquido +4% (o menor crescimento do lucro deve-se ao aumento das despesas financeiras por aquisições). A tese central é que o portfólio cresce significativamente mais que a média do mercado, mas negocia a múltiplos mais baixos, acreditando que o preço da ação convergirá para o crescimento dos fundamentos.

Composição e Principais Posições

O portfólio é estruturado com: **Posições Defensivas (“Zagueiros”):** Empresas com baixa exposição à atividade

económica, como Fras-le (reposição de autopeças) e Orizon (gestão de resíduos).

Posições Cíclicas e de Crescimento: Empresas mais expostas à economia, mas compradas a um valuation muito baixo para mitigar o risco.

Várias empresas (Fras-le, Mills, Orizon, Randon) estão em processo de consolidação via aquisições, tornando-as menos dependentes do crescimento orgânico da economia.

Maior Posição: Fras-le, cujo valor multiplicou por quatro nos últimos anos.

Outras Posições Relevantes: Lavi (valorização de 120% no ano), Tegma, Mills, Orizon, Trisul, Tissu (6,5% do fundo) e Randon (5,5% do fundo).

Desinvestimentos Notáveis: Wilson Sons (vendida para a MSC após retorno anual de quase 30% em sete anos) e Kepler (saída em momento oportuno em 2022).

Análise Aprofundada: Fras-le (Maior Posição)

Aquisição da Empresa Mexicana

A Fras-le adquiriu um grupo industrial mexicano por R\$ 2,1 bilhões (7x EBITDA de R\$ 300 milhões). A integração e obtenção de sinergias é um processo de 3 a 5 anos, com potencial estimado entre R\$ 300 a R\$ 400 milhões, podendo ser ainda maior. Com as sinergias, o EBITDA da empresa adquirida pode saltar para R\$ 600-700 milhões. Se bem-sucedida, a aquisição pode gerar um retorno de R\$ 2,1 bilhões, cerca de 40% do valor de mercado atual da Fras-le. Em 3-4 anos, a empresa poderia negociar a um múltiplo de 3x EBITDA.

Modelo de Negócio e Resiliência

93% da receita da Fras-le provém do mercado de reposição de peças, um consumo não discricionário (troca de freios é item de segurança). Isso confere à empresa resiliência e baixa dependência do ciclo económico. A valorização dos carros seminovos também impulsiona a demanda por manutenção.

Impacto da Eletrificação da Frota

A eletrificação é considerada um fator neutro para o negócio de freios. Embora o desgaste seja menor em veículos elétricos, os componentes são mais caros, resultando num efeito “elas por elas”. Além disso, a penetração de veículos eletrificados na frota brasileira é inferior a 1% e a renovação é muito lenta (idade média da frota de 11 anos), tornando o impacto económico atual imaterial.

Orizon, Trisul, Tissu(6,5% do fundo) e Randon(5,5% do fundo).

****Desinvestimentos Notáveis:****Wilson Sons(vendida para a MSC após retorno anual de quase 30% em sete anos) e Kepler(saída em momento oportuno em 2022).

Análise Aprofundada: Fras-le (Maior Posição)

Aquisição da Empresa Mexicana

A Fras-le adquiriu um grupo industrial mexicano por R\$ 2,1 bilhões (7x EBITDA de R\$ 300 milhões). A integração e obtenção de sinergias é um processo de 3 a 5 anos, com potencial estimado entre R\$ 300 a R\$ 400 milhões, podendo ser ainda maior. Com as sinergias, o EBITDA da empresa adquirida pode saltar para R\$ 600-700 milhões. Se bem-sucedida, a aquisição pode gerar um retorno de R\$ 2,1 bilhões, cerca de 40% do valor de mercado atual da Fras-le. Em 3-4 anos, a empresa poderia negociar a um múltiplo de 3x EBITDA.

Modelo de Negócio e Resiliência

93% da receita da Fras-le provém do mercado de reposição de peças, um consumo não discricionário (troca de freios é item de segurança). Isso confere à empresa resiliência e baixa dependência do ciclo económico. A valorização dos carros seminovos também impulsiona a demanda por manutenção.

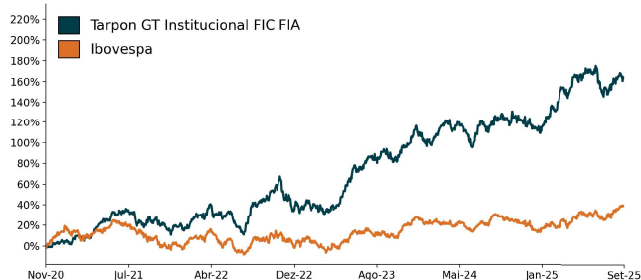
Impacto da Eletrificação da Frota

A eletrificação é considerada um fator neutro para o negócio de freios. Embora o desgaste seja menor em veículos elétricos, os componentes são mais caros, resultando num efeito “elas por elas”. Além disso, a penetração de veículos eletrificados na frota brasileira é inferior a 1% e a renovação é muito lenta (idade média da frota de 11 anos), tornando o impacto económico atual imaterial.

Relatório de Performance de 30 de Setembro de 2025

Performance Líquida	Carteira	Ibovespa
Retorno do Último Mês	0,50%	3,40%
Retorno Acumulado do Ano	22,49%	21,58%
Retorno dos Últimos 12 meses	18,02%	10,94%
Retorno Desde o Início	162,91%	39,53%
Média de Retorno Mensal	1,81%	0,69%
Maior Retorno Mensal	13,33%	12,54%
Menor Retorno Mensal	-10,77%	-11,50%
Retorno Anualizado	21,73%	7,01%
Patrimônio Líquido Fundo	BRL Bilhões	
Em setembro	1,00	
Patrimônio Líquido Estratégia	BRL Bilhões	
Em setembro	3,29	

Performance Histórica



Rentabilidade Mensal

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
2020											-0,95%	6,51%	5,50%
2021	-3,32%	4,86%	3,04%	11,09%	5,49%	3,10%	-1,18%	-6,56%	0,35%	-3,34%	-6,14%	8,49%	15,11%
2022	1,38%	5,42%	7,99%	-6,50%	0,07%	-10,77%	9,46%	10,87%	3,60%	11,12%	-10,29%	-4,77%	15,01%
2023	2,35%	-2,52%	-4,09%	4,60%	13,33%	10,09%	5,89%	-2,14%	7,62%	-6,02%	8,02%	9,84%	55,29%
2024	-6,11%	2,20%	6,72%	-2,27%	-3,48%	0,20%	2,08%	4,06%	-0,10%	0,56%	-3,01%	-1,21%	-1,04%
2025	4,78%	2,53%	7,46%	7,43%	0,35%	1,59%	-6,94%	3,58%	0,50%				22,49%

*Início do fundo em 11/11/2020.

Outras Informações Relevantes

Exposição	%	Número de Posições	#	Liquidez dos Ativos	%
Investimentos de Bolsa	98,78%	Investimentos de Bolsa	11	Investimentos de Bolsa	98,78%
Caixa/Provisões/Outros	1,22%			VMDT* < R\$2MM	1,53%
				R\$2MM < VMDT < R\$20MM	83,06%
				VMDT > R\$20MM	14,19%
				Caixa/Provisões/Outros	1,22%

*Volume Médio Diário de Transações nos últimos 3 meses.

Informações Gerais

Objetivo	O objetivo do fundo é proporcionar ganhos de capital acima da média do mercado por meio de investimentos em empresas de capital aberto.	Classificação ANBIMA	Ações Livre
		Taxa de Administração	2% ao ano
		Taxa de Performance	20% do que exceder o benchmark
Dados Bancários	Nome: Tarpon GT Institucional FIC FIA CNPJ: 39.346.123/0001-14 Banco: 707 Agência: 0001 C/c: 744562-0	Benchmark	Ibovespa
		Administrador	Banco Daycoval S.A.
		Auditoria	Ernst & Young
Patrimônio Médio*	R\$ 776.215.811,60	Cotizações	Aplicação: D+1 · Resgate: D+90/D+92

*Corresponde à média dos últimos 12 meses.

Relacionamento com Investidores

ir@tarpon.com.br

Gestor de carteiras

TPE Gestora de Recursos LTDA

Brasil: +55 (11) 3074-5800

http://www.tarpon.com.br

TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF
OUTUBRO/2025

AO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Prezados(as) Senhores(as),

Este documento tem por objetivo analisar e apresentar as principais características e impressões referentes ao fundo de investimento **TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF**, conforme solicitação do cliente, na intenção de ajudá-lo na tomada de decisão e acompanhamento da carteira de investimentos.

As informações contidas neste documento se destinam somente à orientação de caráter geral e fornecimento de informações sobre o tema de interesse. Nossos estudos são baseados em informações disponíveis ao público, consideradas confiáveis na data de publicação. Dado que as opiniões nascem de julgamentos e estimativas, estão sujeitas a mudanças. Nossos relatórios não representam oferta de negociação de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros.

O presente relatório apresenta informações qualitativas disponíveis até o dia 17/10/2025, e, informações quantitativas até o dia 30/09/2025, data de fechamento do mês anterior mais próxima, considerando a disponibilidade do IPCA/INPC.

Não é permitido a divulgação e a utilização deste e de seu respectivo conteúdo por pessoas não autorizadas pela I9 ADVISORY.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e muito obrigado,

Equipe i9 Advisory.

TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF
CNPJ: 35.726.741/0001-39

INFORMAÇÕES ESSENCIAIS DO FUNDO DE INVESTIMENTO

- **Gestor:** TPE GESTORA DE RECURSOS LTDA.;
- **Administrador:** BANCO DAYCOVAL S.A.;
- **Data de início:** 16/01/2020;
- **Data do regulamento:** 02/12/2024;
- **Classes de Cotas:** Classe única;

INFORMAÇÕES ESSENCIAIS DA CLASSE

- **Denominação:** CLASSE TARPON GT INSTITUCIONAL I FIC FIA RESPONSABILIDADE LIMITADA;
- **Responsabilidade do cotista:** Limitada ao valor subscrito;
- **Constituição:** Condomínio Aberto;
- **Custódia:** BANCO DAYCOVAL S.A.;
- **Patrimônio Líquido (15/10/2025):** R\$ 705.179.685,95, conforme consulta ao portal CVM;
- **Número de cotistas (15/10/2025):** 38, conforme consulta ao portal CVM;
- **Benchmark:** IBOVESPA;
- **Enquadramento RS CMN nº 4.963/21:** Artigo 8º I;
- **Objetivo:** Busca proporcionar a valorização, no longo prazo, preponderantemente, por meio de aplicação de, no mínimo, 95% do seu Patrimônio Líquido em cotas do TARPON GT MASTER FIA, CNPJ nº 27.389.566/0001-03;
- **Subclasses de Cotas:** Não possui subclasse;
- **Público Alvo:** A Classe é destinada a investidores em geral;
- **Taxa Global:** 2,00% até 2,015% ao ano sobre o patrimônio líquido;

TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF
CNPJ: 35.726.741/0001-39

INFORMAÇÕES ESSENCIAIS DA CLASSE - CONTINUAÇÃO

- **Taxa de Custódia:** R\$ 750,00 mensais;
- **Taxa de Performance:** 20% do que exceder a valorização de 100% do Ibovespa;
- **Taxa de Saída:** Não possui;
- **Derivativos:**
 - i. A estratégia do fundo permite o uso de derivativos para posicionamento? Sim;
 - ii. O fundo pode gerar exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido? Não;
- **Emissão de cotas:** D+1 da disponibilização dos recursos;
- **Resgate de cotas:**
 - **Data da conversão da cota:** D+30 da solicitação;
 - **Data da Liquidação Financeira:** D+2 da conversão.

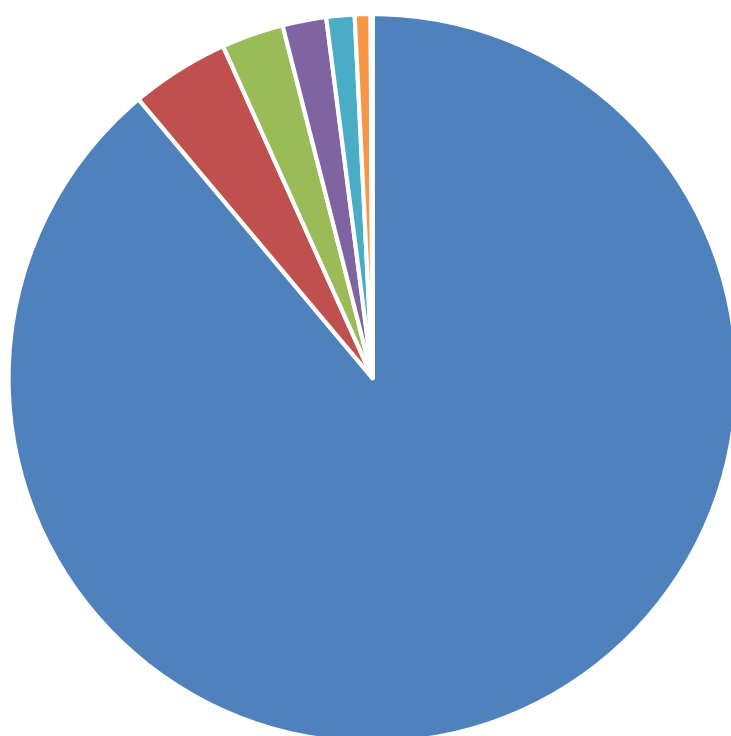
TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF
CNPJ: 35.726.741/0001-39

DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA DE ATIVOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO

Foi procedida a consulta e abertura da carteira de ativos do fundo de investimento no portal da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br>) em 17/10/2025. A carteira de ativos do fundo de investimento se refere à posição consolidada no último dia útil de março/2025.

Observação: O fundo aloca no mínimo 95% dos seus recursos em cotas do TARPON GT MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO, CNPJ nº 27.389.566/0001-03, com patrimônio líquido de R\$ 2.221.475.068,26 em 15/10/2025. Este fundo iniciou as atividades em 04/01/2018. A carteira de ativos por fatores de risco, apresentada abaixo, bem como a composição da carteira de ativos, apresentada na página 5, se refere à posição consolidada do FIC (FIC + Fundo Master).

CARTEIRA DE ATIVOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO POR FATORES DE RISCO



- Ações
- Valores a pagar
- Operações Compromissadas
- Obrigações por ações e outros TVM recebidos em empréstimo
- Títulos Públicos
- Valores a receber
- Outros valores mobiliários ofertados privadamente

TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF
CNPJ: 35.726.741/0001-39

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE ATIVOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO

Tipo do Ativo	Nome do Ativo	Participação do Ativo
Ações	FRAS-LE ON N1 - FRAS3	40.31%
Ações	WILSON SONS ON NM - PORT3	15.14%
Ações	LAVVI ON NM - LAVV3	11.68%
Ações	MILLS ON NM - MILS3	8.64%
Ações	TEGMA ON NM - TGMA3	8.22%
Ações	RANDON PART PN N1 - RAPT4	6.06%
Ações	TRISUL ON NM - TRIS3	5.83%
Ações	ORIZON ON NM - ORVR3	4.21%
Valores a pagar	PFee Calculad - BANCO DAYCOVAL S.A.	-3.74%
Operações Compromissadas	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO - 09/2029	2.13%
Obrigações por ações e outros TVM recebidos em empréstimo	FRAS-LE ON N1 - FRAS3	1.63%
Valores a pagar	ORD. COMPRA BOLSAS - CBLIC - CIA BRAS LIQ CUSTODIA	-1.05%
Operações Compromissadas	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO - 03/2030	1.03%
Valores a receber	ORD. VENDA BOLSAS - CBLIC - CIA BRAS LIQ CUSTODIA	0.80%
Ações	SERENA ON NM - SRNA3	0.68%
Obrigações por ações e outros TVM recebidos em empréstimo	TEGMA ON NM - TGMA3	0.59%
Ações	LOG-IN ON NM - LOGN3	0.54%
Ações	RNI ON NM - RDNI3	0.39%
Títulos Públicos	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO - 09/2029	0.20%
Títulos Públicos	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO - 03/2030	0.19%
Títulos Públicos	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO - 03/2029	0.19%
Títulos Públicos	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO - 06/2030	0.17%
Títulos Públicos	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO - 09/2028	0.17%
Títulos Públicos	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO - 03/2028	0.15%
Valores a pagar	TXGESTAO A PAGAR - BANCO DAYCOVAL S.A.	-0.15%
Títulos Públicos	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO - 09/2027	0.11%
Títulos Públicos	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO - 09/2030	0.09%
Outros valores mobiliários ofertados privadamente	HBSA DIR O - HIDROVIAS DO BRASIL SA	0.09%
Títulos Públicos	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO - 03/2027	0.08%
Valores a pagar	COTAS A RESGATAR - BANCO DAYCOVAL S.A.	-0.04%
Títulos Públicos	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO - 09/2026	0.02%
Títulos Públicos	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO - 03/2026	0.02%
Ações	Ativo cedido para empréstimo - LOG-IN ON NM - LOGN3	0.02%
Títulos Públicos	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO - 09/2025	0.02%
Valores a pagar	PROVISÃO TOMADO - BANCO DAYCOVAL S.A.	-0.01%
Outros valores mobiliários ofertados privadamente	HBSA DIR O - 10/04/2025 - HIDROVIAS DO BRASIL SA	0.01%
Valores a receber	TFCO DIV/JRS - TRACK & FIELD CO S.A	0.01%
Valores a pagar	Despesa Provisão - BANCO DAYCOVAL S.A.	-0.00%
Valores a pagar	CORRET/EMPRE RVEMPR - CBLIC - CIA BRAS LIQ CUSTODIA	-0.00%
Valores a pagar	TAXA CVM PROVISAO - BANCO DAYCOVAL S.A.	-0.00%
Ações	HIDROVIAS ON NM - HBSA3	0.00%
Valores a pagar	TXCUST A PAGAR - BANCO DAYCOVAL S.A.	-0.00%
Valores a pagar	CORRETAGEM BOLSAS - BANCO DAYCOVAL S.A.	-0.00%
Data da Carteira: 31/03/2025		

TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF
CNPJ: 35.726.741/0001-39

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE ATIVOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO

Tipo do Ativo	Nome do Ativo	Participação do Ativo
Valores a pagar	TXADM A PAGAR - BANCO DAYCOVAL S.A.	-0.00%
Valores a pagar	VL A PG VL A PG - BANCO DAYCOVAL S.A.	-0.00%
Valores a pagar	IR S/RESGATE IR - BANCO DAYCOVAL S.A.	-0.00%
Disponibilidades	TITULO DE CAIXA - BANCO DAYCOVAL S.A.	0.00%
Valores a receber	ANBIMA DIFERIDO - BANCO DAYCOVAL S.A.	0.00%
Valores a receber	DESVALORIZAÇ RVEMPR - BANCO DAYCOVAL S.A.	0.00%
Valores a pagar	AJUSTE DE COTAS - BANCO DAYCOVAL S.A.	-0.00%
Valores a pagar	PROV GALGO GALGO - BANCO DAYCOVAL S.A.	-0.00%
Ações	OPCTON - OPCT3	0.00%
Ações	TRACK FIELD PN N2 - TFC04	0.00%
Títulos Públicos	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO - 03/2025	0.00%
Data da Carteira: 31/03/2025		

TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF
CNPJ: 35.726.741/0001-39

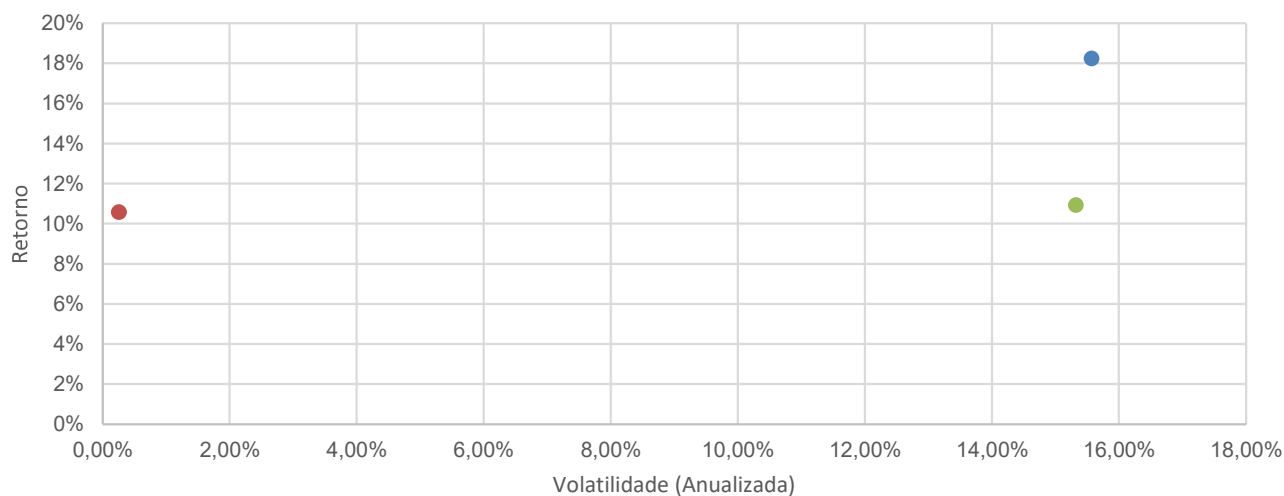
DEMONSTRATIVO DA RENTABILIDADE E RISCO DO FUNDO DE INVESTIMENTO

Nome	Retorno				Sharpe - CDI	Drawdown	Value-at-Risk	BVaR
	Set-2025	3 meses	2025	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses
TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF 	0.59%	-3.04%	22.17%	18.24%	0.32%	-10.91%	7.39%	4.83%
IBOVESPA 	3.40%	5.32%	21.58%	10.94%	-0.15%	-11.22%	7.27%	0.00%
IPCA + 5,16% 	0.92%	1.97%	7.61%	10.58%	-10.67%	0.12%	0.00%	0.12%

RENTABILIDADE DO FUNDO X BENCHMARK X IPCA + 5,16% - 12 Meses



RISCO/RETORNO DO FUNDO X BENCHMARK X IPCA + 5,16% - 12 Meses

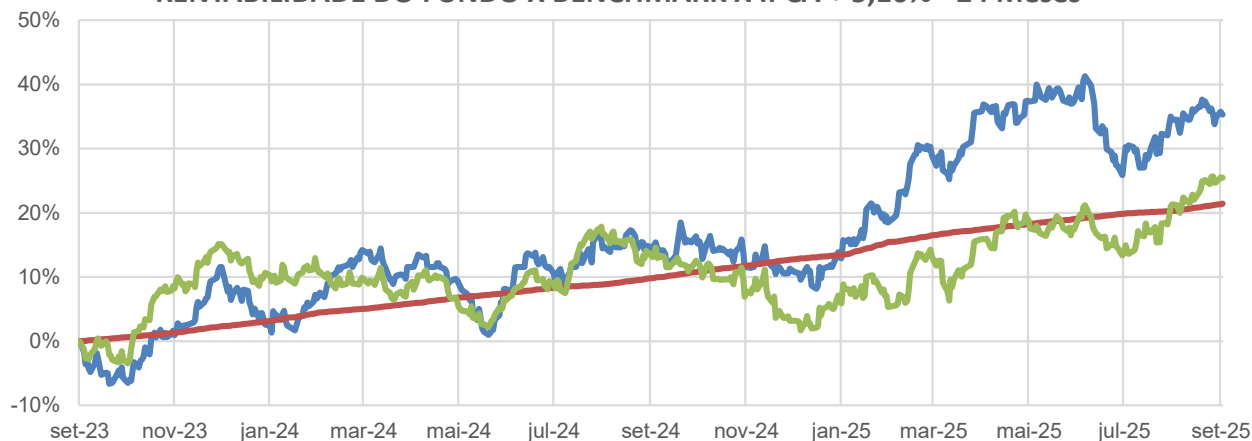


TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF
CNPJ: 35.726.741/0001-39

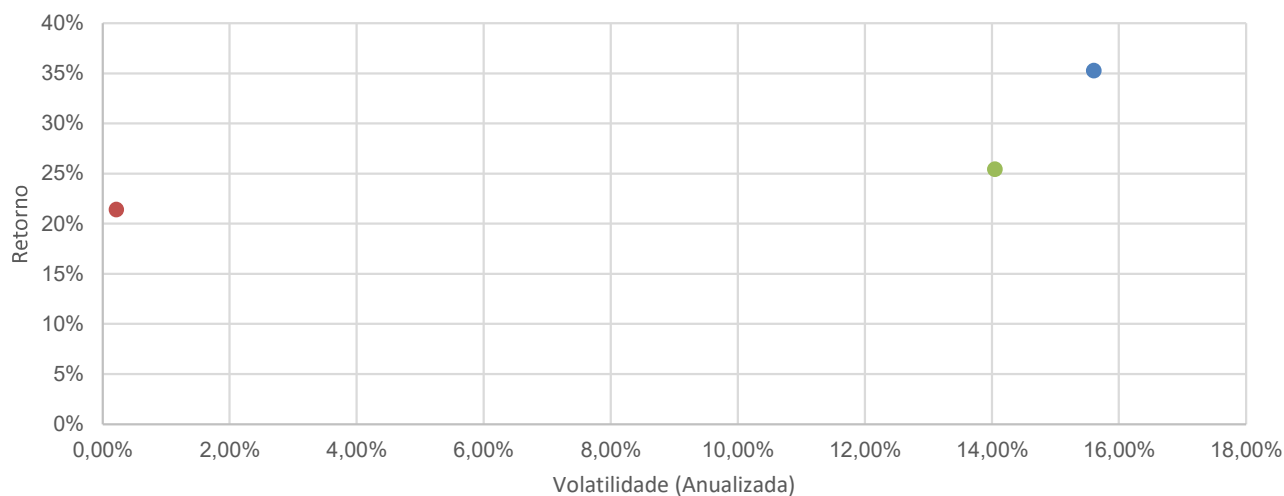
DEMONSTRATIVO DA RENTABILIDADE E RISCO DO FUNDO DE INVESTIMENTO

Nome	Retorno				Sharpe - CDI	Drawdown	Value-at-Risk	BVaR
	Set-2025	3 meses	2025	24 meses	24 meses	24 meses	24 meses	24 meses
TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF 	0.59%	-3.04%	22.17%	35.28%	0.61%	-11.78%	7.39%	5.12%
IBOVESPA 	3.40%	5.32%	21.58%	25.46%	-0.03%	-13.70%	6.65%	0.00%
IPCA + 5,16% 	0.92%	1.97%	7.61%	21.40%	-20.49%	0.10%	0.00%	0.10%

RENTABILIDADE DO FUNDO X BENCHMARK X IPCA + 5,16% - 24 Meses



RISCO/RETORNO DO FUNDO X BENCHMARK X IPCA + 5,16% - 24 Meses



TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF
CNPJ: 35.726.741/0001-39

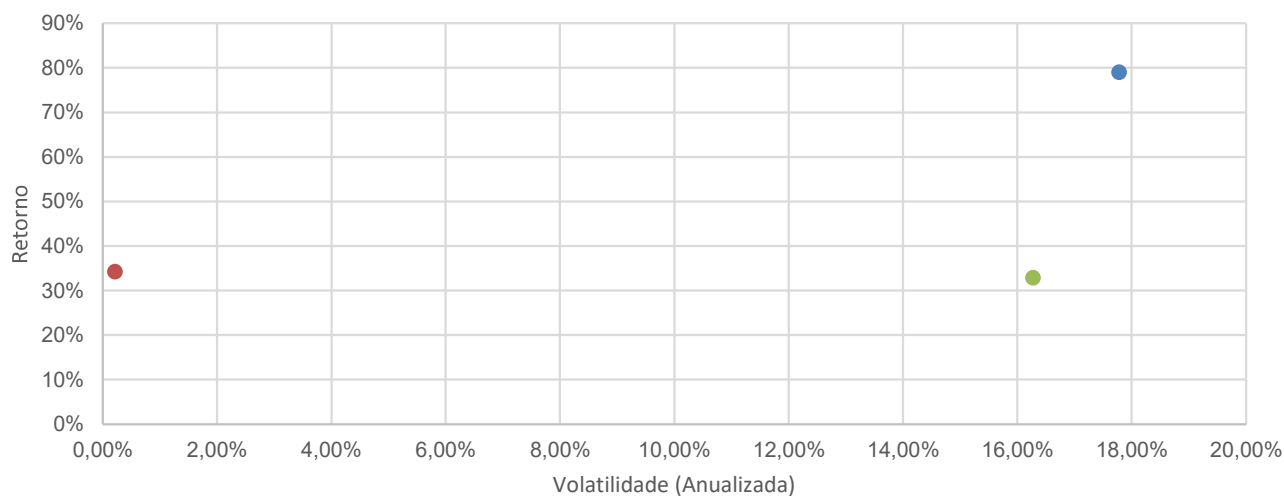
DEMONSTRATIVO DA RENTABILIDADE E RISCO DO FUNDO DE INVESTIMENTO

Nome	Retorno				Sharpe - CDI	Drawdown	Value-at-Risk	BVaR
	Set-2025	3 meses	2025	36 meses	36 meses	36 meses	36 meses	36 meses
TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF 	0.59%	-3.04%	22.17%	79.02%	2.04%	-21.71%	8.39%	5.86%
IBOVESPA 	3.40%	5.32%	21.58%	32.90%	-0.60%	-18.35%	7.58%	0.00%
IPCA + 5,16% 	0.92%	1.97%	7.61%	34.23%	-39.71%	0.10%	0.00%	0.10%

RENTABILIDADE DO FUNDO X BENCHMARK X IPCA + 5,16% - 36 Meses



RISCO/RETORNO DO FUNDO X BENCHMARK X IPCA + 5,16% - 36 Meses



TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF
CNPJ: 35.726.741/0001-39

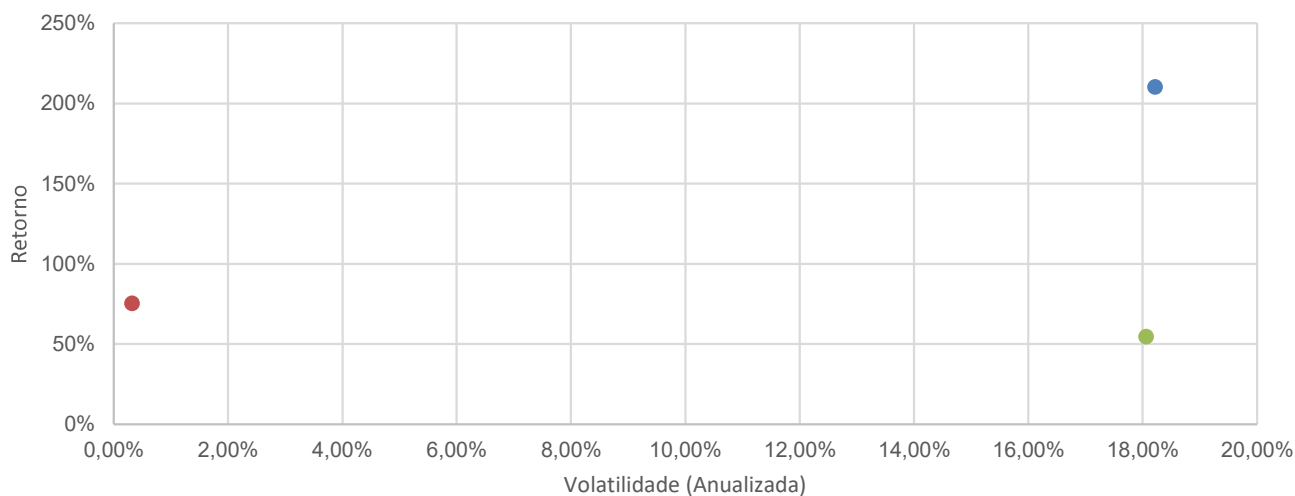
DEMONSTRATIVO DA RENTABILIDADE E RISCO DO FUNDO DE INVESTIMENTO

Nome	Retorno				Sharpe - CDI	Drawdown	Value-at-Risk	BVaR
	Set-2025	3 meses	2025	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses
TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF 	0.59%	-3.04%	22.17%	210.24%	8.08%	-21.71%	8.64%	6.73%
IBOVESPA 	3.40%	5.32%	21.58%	54.58%	-0.47%	-26.50%	8.57%	0.00%
IPCA + 5,16% 	0.92%	1.97%	7.61%	75.35%	38.14%	0.15%	-0.26%	0.15%

RENTABILIDADE DO FUNDO X BENCHMARK X IPCA + 5,16% - 60 Meses



RISCO/RETORNO DO FUNDO X BENCHMARK X IPCA + 5,16% - 60 Meses



TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF
CNPJ: 35.726.741/0001-39

QUESTIONÁRIO DAIR – EMISSORES PRIVADOS

- 1- Fundo possui ativos de emissores privados como ativo final na carteira: **Não**
- 2- Há ativos financeiros não emitidos por instituições financeiras: **Não**
- 3- Há ativos financeiros não emitidos por companhias abertas, operacionais e registradas na CVM: **Não**
- 4- Há ativos financeiros emitidos por securitizadoras (CRI ou CRA): **Não**
- 5- Há ativos financeiros emitidos que não são cotas de classe sênior? **Não**
- 6- Há ativos financeiros ou que os respectivos emissores não são considerados de baixo risco de crédito? **Não**

TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF
CNPJ: 35.726.741/0001-39

ANÁLISE E PARECER CONCLUSIVO

1. SOBRE A GESTORA

- A instituição TPE GESTORA DE RECURSOS LTDA. (e suas subsidiárias) ocupa a posição número 99º no ranking de gestores da ANBIMA (dados referente competência agosto/2025) com R\$ 8.894,39 milhões de recursos sob gestão;
- Conforme dados divulgados no ranking de gestores da ANBIMA (dados referente competência agosto/2025), a GESTORA possui R\$ N/A milhões de recursos de RPPS sob gestão;
- Conforme dados divulgados no ranking de gestores da ANBIMA (dados referente competência agosto/2025), a GESTORA teve captação líquido de recursos no valor de R\$ 87,52 milhões no mês e captação de R\$ 172,23 milhões em 12 meses.

2. SOBRE A LIQUIDEZ DO FUNDO DE INVESTIMENTO

- O fundo possui 38 cotistas. Isoladamente, este fato demonstra que o fundo apresenta uma baixa diversificação de risco de passivo do fundo. Em conjunto com o Fundo Master, o FUNDO apresenta uma boa diversificação de risco de passivo do fundo, possibilitando assim ao Gestor maior tranquilidade para gestão de liquidez em um possível cenário de stress;
- Para analisar a real concentração do fundo de investimento por cotista, deve-se verificar o questionário DDQ da ANBIMA (Seção II), apresentado pelo Gestor do Fundo no processo de credenciamento. Este documento apresenta a concentração dos 10 maiores cotistas do fundo;
- Importante ainda atentar que o número apresentado acima representa uma garantia para os cotistas contra possíveis desenquadramentos passivos de sua posição derivado de resgate dos demais cotistas;
- A carteira de ativos do fundo de investimento é composta por ativos líquidos (Ações, Operações Compromissadas e Títulos Públicos). Os ativos possuem liquidez de negociação nos mercados de bolsa e/ou balcão, o que confere liberdade para o gestor realizar uma gestão ativa e, caso necessário, trocar posições e reenquadrar o fundo de investimento, na possibilidade de algum desenquadramento legal da Política de Investimento.

TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF
CNPJ: 35.726.741/0001-39

ANÁLISE E PARECER CONCLUSIVO - CONTINUAÇÃO

3. SOBRE O ENQUADRAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO E LIMITES DE APLICAÇÃO

- O fundo analisado foi enquadrado utilizando como base a nova redação dada pela Resolução CMN nº 4.963/21 do Ministério da Fazenda;
- O Administrador e/ou o Gestor desse fundo atendem às condições estabelecidas pelo inciso I do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/21, estando um ou ambos contidos na Lista Exaustiva divulgada pela SPREV? Sim;
- A Resolução CMN nº 4.963/21, estabelece que o limite máximo para aplicação no Artigo 8º, incisos I e II, cumulativamente, é de 30% do Patrimônio Líquido (PL) do RPPS. Esses limites poderão ser majorados para os Institutos que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, da Resolução CMN nº 4.963/21, a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária, em até 5 (cinco) pontos percentuais a cada nível de governança comprovado, conforme os limites definidos para os seguintes Níveis de Gestão: Nível I (35%), Nível II (40%), Nível III (45%) e Nível IV (50%), em relação ao PL do RPPS. De acordo com o Artigo 18 o valor alocado em um único fundo de investimento não poderá superar 20% PL do RPPS, e, conforme disposto no artigo 19º da Resolução, o RPPS poderá ter aplicado, no máximo, 15% do patrimônio líquido do fundo para esse enquadramento legal;

4. SOBRE A CARTEIRA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

- O Fundo possui em sua carteira ativos líquidos e padronizados, negociados em mercado de bolsa e/ou balcão, não possuindo na data desta análise nenhum ativo que mereça considerações adicionais;
- Sem representar juízo de valor e em termos relativos, tendo como referência a carteira teórica do Ibovespa, a carteira do fundo de Investimento apresenta uma maior concentração em um número menor de papéis. Conceitualmente, uma maior concentração pode aumentar o potencial de risco e de retorno de uma dada carteira de investimentos, sem que isso desabone a estratégia do fundo.

5. OBSERVAÇÕES E PONTOS DE ATENÇÃO

- O Fundo possui uma estrutura Master-Feeder. Dessa forma, conforme Art. 118 da Portaria MTP 1.467/22, os limites em relação ao patrimônio líquido do Fundo deverão ser verificados com base no patrimônio do Fundo Master;

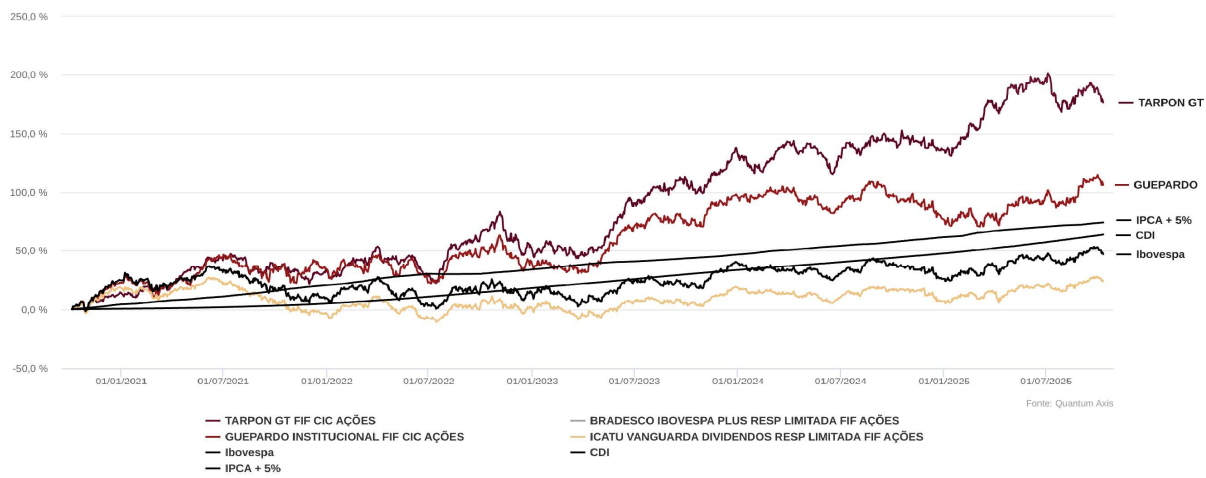
TARPON GT INSTITUCIONAL I FIF
CNPJ: 35.726.741/0001-39

ANÁLISE E PARECER CONCLUSIVO - CONTINUAÇÃO

6. CONCLUSÃO

- Conforme análise efetuada acima e dentro dos limites demonstrados neste relatório, podemos concluir que o fundo está **APTO** a receber aplicações, respeitados os limites e observações constantes neste documento, e, os limites e observações vigentes na Política de Investimentos do Instituto;
- Tendo em vista a dinâmica do mercado financeiro e seus agentes, esta conclusão, bem como os demais pontos deste relatório, poderão ser alterados a qualquer tempo.

Retorno acumulado - 07/10/2020 até 10/10/2025 (diária)



ANEXO Nº 5

Leme, 18 de outubro de 2025.

Assunto: Parecer técnico para elaboração da política de investimentos do exercício 2026.

**Ao
Regime Próprio de Previdência Social do município de São João da Boa Vista**

A taxa de juros utilizada na avaliação atuarial e consequentemente como parâmetro para definição da Meta Atuarial para a Política de Investimentos do exercício de 2025 deve seguir a definição trazida pela Portaria MTP n.º 1.467/2022 e pela Portaria MPS n.º. 2.010/2025, as quais adotam como critério a duração do passivo do RPPS.

Após análise atuarial do passivo, o resultado aponta para uma Duration de 23,35 anos, portanto a taxa de juros parâmetro indicada, segundo a Portaria MPS n.º. 2.010/2025 é 5,60% a.a. Para se determinar a taxa de juros parâmetro final para o exercício de 2025, é **PERMITIDO** adicionar ao valor encontrado 0,15% para cada ano em que o RPPS bateu a meta atuarial no período de 2020 até 2024. Assim, como a meta atuarial foi batida no ano de 2023, no período mencionado, podemos adicionar 0,15% a.a. na taxa de juros parâmetro apurada, para obtermos a meta atuarial final para **2026 em 5,75% a.a.**

Certos de vossa compreensão, reiteramos nossos protestos de estima e elevada consideração, deixando-nos a disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida adicional.



**André Sablewski Grau
MIBA 2372**

Recebido em: ____/____/ 2025.

Assinatura: _____

Política de Investimentos

2026

*Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de São João da Boa Vista*

Sumário

1	Introdução.....	4
2	Definições.....	4
3	Diretrizes Gerais	4
4	Governança	6
5	Comitê de Investimentos.....	7
6	Consultoria de Investimentos.....	8
7	Modelo de Gestão	8
8	Segregação de Massa.....	9
9	Credenciamento.....	10
10	Meta de Retorno Esperado.....	10
11	Aderência das Metas de Rentabilidade	12
12	Carteira Atual.....	12
13	Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.....	13
14	Cenário	14
15	Alocação Objetivo.....	15
16	Apreçamento de ativos financeiros.....	15
17	Gestão de Risco.....	17
17.1	Risco de Mercado	17
17.1.1	VaR.....	17
17.2	Risco de Crédito.....	18
17.2.1	Abordagem Qualitativa	19
17.2.2	Abordagem Quantitativa	20
17.2.3	Exposição a Crédito Privado.....	21
17.3	Risco de Liquidez	22
17.4	Risco Operacional	23
17.5	Risco de Terceirização	24
17.6	Risco Legal	25
17.7	Risco Sistêmico	25
17.8	Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento.....	26

18	Considerações Finais.....	26
----	---------------------------	----

1 Introdução

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, IPSJBV, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei nº 4.207 de 24 de outubro de 2017, a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista. A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista na reunião **ordinária/extraordinária** nº **_____**, que ocorreu em **____/____/_____**.

2 Definições

Ente Federativo: Município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista

CNPJ: 05.774.894/0001-90

Meta de Retorno Esperada: IPCA+ **5,16% a.a.**

Categoria do Investidor: Qualificado

3 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimentos buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos através de critérios estabelecidos.



Esta Política de Investimentos entrará em vigor em 01 de janeiro de 2026. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2026.

O referido documento está de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 que dispõem sobre as aplicações e sobre o monitoramento dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como estabelece os parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites utilizados, sejam eles de concentração por veículo, emissor e ou segmento; o modelo de gestão a ser utilizado; a meta de rentabilidade perseguida e seus acompanhamentos.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o aprelçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política de Investimentos e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o **Instituto de Previdência dos**

Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

4 Governança

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e o Manual do Pró-Gestão versão 3.5/24, tem por objetivo incentivar o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório de alocação dos recursos garantidores cumpram seus códigos de conduta pré acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres, e, visem à promoção de elevados padrões éticos na condução das operações.

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete ao Superintendente, com o assessoramento do Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimentos, que deve ser submetida à aprovação do Conselho de Administração.

Ainda de acordo com os normativos, este documento estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos garantidores correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

5 Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, especificamente a Seção I do Capítulo VI, combinado com a Lei Complementar nº 4.207 de 24 de outubro de 2017, artigo 20 e seguintes, o Comitê de Investimento do IPSJBV é formado por 05 (cinco) membros titulares e 01 (um) suplente, sendo formado 05 (cinco) membros titulares e 01 (um) suplente no Conselho Fiscal e Conselho de Administração 07 (sete) membros titulares e 02 (dois) suplentes.

O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o colegiado seja responsável por zelar pela implementação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. Neste colegiado, podem ainda participar especialistas externos para auxiliar em decisões mais complexas ou de volumes mais representativos.

Todos os membros do comitê possuem certificação profissional, conforme disposto a seguir:

Tipo de Certificação	Quantidade de Membros	Vencimentos das Certificações
CPA - 10	2	29/06/2026 e 11/12/2026
CPA - 20	-	-
CEA	-	-
CG RPPS	-	-
CP RPPS	6	24/11/2026, 20/07/2027, 15/08/2028, 11/10/2028, 29/10/2028 e 11/12/2028

6 Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado, do enquadramento das aplicações dos recursos e do confronto do retorno observado vis a vis o seu retorno esperado.

Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários.

O contrato firmado com a Consultoria de Investimentos deverá obrigatoriamente observar as seguintes Cláusulas:

6.1 - que o objeto do contrato será executado em estrita observância das normas da CVM, inclusive da Resolução CVM nº 19/2021;

6.2 - que as análises fornecidas serão isentas e independentes; e

6.3. - que a contratada não percebe remuneração, direta ou indireta, advinda dos estruturadores dos produtos sendo oferecidos, adquiridos ou analisados, em perfeita consonância ao disposto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021:

Art. 24. Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social: (...) III - a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que: a) não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço; b) não figurem como emissores dos ativos ou atuem na origem e estruturação dos produtos de investimento.

7 Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, de acordo com o Artigo 95, da Portaria



MTP nº 1.467/2022, será própria, ou seja, o IPSJBV realizará diretamente a execução de sua Política de Investimentos, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitando os parâmetros da legislação vigente, Resolução CMN nº 4.963/2021.

8 Segregação de Massa

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista possui segregação de massa do seu plano de benefícios Lei Complementar nº 5.531, de 16 de setembro de 2025 e alterações.

A Segregação de Massa de segurados do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista é uma separação desses segurados em dois grupos distintos, a partir da definição de uma data de corte, sendo um grupo intitulado de **plano financeiro** e o outro de **plano previdenciário**. Essa data de corte não poderá ser superior a data de implementação da segregação.

O Plano Financeiro é um sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, onde as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de Fundo Financeiro.

O Plano Previdenciário é um sistema estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, sendo o seu plano de custeio calculado atuarialmente segundo conceitos dos regimes financeiros de Capitalização, Repartição de Capitais de Cobertura e Repartição Simples.

9 Credenciamento

As aplicações dos recursos do RPPS deverão observar os parâmetros de mercado e poderão ser realizadas por meio de instituições públicas ou privadas, desde que registradas, autorizadas ou credenciadas pela CVM ou pelo Banco Central do Brasil.

Os critérios para o credenciamento das Instituições deverão estar relacionados à boa qualidade de gestão, ao ambiente de controle interno, ao histórico e experiência de atuação, à solidez patrimonial, ao volume de recursos sob administração, à exposição ao risco reputacional, ao padrão ético de conduta e à aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos e ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira, assim como está parametrizado na Minuta / Edital do RPPS.

De acordo com a Minuta / Edital, após a análise realizada, a conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, e, este deverá ser atualizado a cada 2 (dois) anos.

10 Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2026 o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista prevê que o seu retorno esperado será no mínimo IPCA acrescido de uma taxa de juros de % a.a.

Essa pode ser balizada de acordo com a taxa da avaliação atuarial de acordo com a Portaria MPS nº 2.010/2025 que alterou a Portaria MTP nº 1.467/2022, observando que o limite máximo de fixação da taxa de juros é de 5,74% a.a., podendo ser acrescida em 0,15 pontos percentuais para cada ano em que a taxa de juros utilizada nas avaliações

atuariais dos últimos 5 (cinco) exercícios antecedentes à data focal da avaliação tiverem sido alcançados pelo RPPS, limitada a 0,6 pontos percentuais}.

A escolha do {índice de inflação escolhido}, justifica-se devido – nesse ponto o RPPS deverá colocar a justificativa do porquê escolheu o índice de preços especificado acima. Sugerimos que o RPPS escolha o mesmo índice de preços que a Prefeitura utiliza para conceder a reposição inflacionária anual do salário dos servidores, como forma de coerência para evitar descasamento entre o crescimento do passivo atuarial e do ativo atuarial. O RPPS poderá também solicitar ao atuário contratado uma justificativa técnica com base no perfil do seu passivo atuarial para a inclusão do índice de inflação.

A escolha da taxa de juros real de {taxa de juros escolhida} justifica-se devido – nesse ponto o RPPS deverá colocar a justificativa do porquê escolheu a taxa de juros especificada acima. Sugerimos que o RPPS escolha uma taxa de juros compatível com o crescimento do seu passivo atuarial, como forma de coerência para evitar descasamento entre o crescimento do ativo e do passivo atuarial. Nesse ponto o RPPS deve considerar além do crescimento do passivo atuarial os seguintes pontos: 1- A diminuição da taxa de juros estrutural da economia brasileira, o que, dependendo da taxa escolhida, tornará o atingimento da taxa proposta mais difícil; 2- Quanto menor a taxa de juros escolhida maior será o Passivo Atuarial trazido a valor presente, o que poderá acarretar um aumento do déficit atuarial. O RPPS poderá solicitar ao atuário contratado uma simulação de como a taxa de juros escolhida afeta o seu passivo atuarial para uma melhor definição da sua taxa de juros.

A escolha do ____ %, justifica-se pelo fato da empresa de atuária MAGMA ASSESSORIA LTDA EPP, ter apresentado a meta mínima para a duração do passivo no Plano Previdenciário é de ____ % a.a. e a máxima ____ % a.a.

Após debates e explanações, de forma consensual na 20ª reunião ordinária, realizada em 07 de novembro de 2025, os membros do Comitê de Investimentos deliberaram e aprovaram a meta de ____ % para 2025.

O Comitê ponderou que a taxa estabelecida influencia na provisão matemática do cálculo atuarial e, considerou ainda o fato de que as incertezas do mercado financeiro estão causando dificuldades para o atingimento da meta atuarial estabelecida para este exercício, porém acreditando, em virtude do posicionamento atual da carteira que conseguiremos atingir esta mesma meta no exercício de 2026, com crescimento patrimonial aceitável para a sustentabilidade do plano previdenciário.

11 Aderência das Metas de Rentabilidade

As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano.

Verificamos que as rentabilidades do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista cresceram nos últimos cinco anos às seguintes taxas, aderentes às metas de rentabilidade:

ANO	RENTABILIDADE	META DE RENTABILIDADE
2020	4,58%	10,65%
2021	-0,91%	16,06%
2022	7,18%	11,09%
2023	19,02%	9,92%
2024	8,97%	10,26%

12 Carteira Atual



A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data **30/09/2025**.

ANO	LIMITE LEGAL	CARTEIRA
Renda Fixa	100%	99,06%
Renda Variável	30%	0,04%
Investimentos no Exterior	10%	0%
Investimentos Estruturados	15%	0,90%
Fundos Imobiliários	5%	0%
Empréstimos Consignados	5%	0%

13 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários atuais e futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades, imposições legais e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

- A alocação dos recursos nos diversos segmentos permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 (Artigos 7º, 8º, 9º, 10,11 e 12);
- Os limites mínimos, objetivos e máximos de aplicação em cada segmento;
- A seleção de ativos e/ou de fundos de investimentos;

- Os respectivos limites de diversificação e concentração conforme estabelecidos Resolução CMN nº 4.963/2021, especificamente no item IV do Art. 4º, e, na Seção III, dos Limites Gerais à Gestão, em especial à Subseção I, dos Limites Gerais (Arts. 13 a 20).

14 Cenário

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer.

Para maior assertividade, o cenário utilizado corresponde ao apresentado no último Boletim Focus, conforme tabela apresentada abaixo, de 10/10/2025, que antecede a aprovação dessa Política de Investimentos. O Boletim Focus é elaborado pelo GERIN - Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais, do Banco Central do Brasil, e apresenta o resumo das expectativas do mercado financeiro para a economia.

 BANCO CENTRAL DO BRASIL	Focus Relatório de Mercado	 			
Expectativas de Mercado		10 de outubro de 2025			
		 Aumento  Diminuição  Estabilidade			
Mediana - Agregado	2025	2026	2027	2028	
	Há 4 semanas	Há 4 semanas	Há 4 semanas	Há 4 semanas	
	Há 1 semana	Há 1 semana	Há 1 semana	Há 1 semana	
	Hoje	Hoje	Hoje	Hoje	
	Comp. semanal *	Comp. semanal *	Comp. semanal *	Comp. semanal *	
	Resp. **	Resp. **	Resp. **	Resp. **	
	5 dias úteis	5 dias úteis	5 dias úteis	5 dias úteis	
	Resp. ***	Resp. ***	Resp. ***	Resp. ***	
	IPCA (variação %)	4,83 4,80 4,72 ▼ (3) 152 4,70 67	4,30 4,28 4,28 = (2) 149 4,20 66	3,90 3,90 3,90 = (4) 129	3,70 3,70 3,68 ▼ (1) 113
	PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,16 2,16 2,16 = (5) 114 2,17 39	1,80 1,80 1,80 = (4) 110 1,81 38	1,99 1,90 1,83 ▼ (1) 79	2,00 2,00 2,00 = (83) 74
	Câmbio (R\$/US\$)	5,50 5,45 5,45 = (1) 128 5,40 46	5,60 5,53 5,50 ▼ (3) 122 5,50 44	5,60 5,56 5,51 ▼ (1) 95	5,54 5,56 5,56 = (2) 87
	Selic (% a.a.)	15,00 15,00 15,00 = (16) 146 15,00 49	12,38 12,25 12,25 = (3) 145 12,50 49	10,56 10,50 10,50 = (35) 119	10,00 10,00 10,00 = (47) 104
	IGP-M (variação %)	1,10 0,96 0,95 ▼ (5) 74 1,80 28	4,20 4,20 4,20 = (2) 71 4,20 28	4,00 4,00 4,00 = (39) 62	3,96 3,98 3,98 = (1) 57
	IPCA Administrados (variação %)	4,66 4,81 4,96 ▲ (4) 100 4,91 38	4,00 3,97 3,97 = (3) 98 4,00 37	4,00 4,00 3,84 ▼ (1) 64	3,65 3,70 3,70 = (1) 59
	Conta corrente (US\$ bilhões)	-67,01 -68,16 -69,04 ▼ (1) 33 -68,00 9	-62,74 -65,00 -65,35 ▼ (1) 32 -65,00 9	-53,20 -58,00 -59,50 ▼ (3) 22	-57,50 -60,00 -60,00 = (2) 18
Balança comercial (US\$ bilhões)	64,81 64,40 62,00 ▼ (3) 35 61,15 10	68,38 67,35 65,72 ▼ (2) 32 65,72 10	75,51 75,45 75,00 ▼ (3) 24	73,94 73,94 75,00 ▲ (1) 17	
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	70,00 70,00 70,00 = (43) 31 70,00 9	70,00 70,00 70,00 = (29) 31 70,00 9	71,60 71,20 71,30 ▲ (1) 24	75,00 75,00 75,00 = (6) 19	
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	65,80 65,76 65,76 = (1) 52 65,77 15	70,10 70,08 70,08 = (1) 51 70,08 15	73,90 73,90 73,90 = (6) 43	76,06 76,03 76,02 ▼ (2) 40	
Resultado primário (% do PIB)	-0,52 -0,50 -0,50 = (1) 62 -0,50 17	-0,60 -0,60 -0,60 = (8) 61 -0,60 17	-0,39 -0,40 -0,40 = (2) 40	-0,10 -0,15 -0,15 = (1) 43	
Resultado nominal (% do PIB)	-8,50 -8,50 -8,50 = (5) 49 -8,60 13	-8,40 -8,40 -8,40 = (1) 48 -8,30 13	-7,30 -7,40 -7,46 ▼ (1) 40	-7,00 -7,00 -7,00 = (4) 36	
* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis					
					

15 Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

INSERIR AQUI A TABELA ANEXA DO EXCEL

Importante aqui o RPPS relatar se a definição dessa alocação objetivo irá alterar ou não a forma de investimento praticada e quais os impactos esperados com essa mudança de alocação objetivo (caso haja). Importante ainda relatar aqui quais os objetivos do RPPS no exercício de 2023 com a alocação objetivo que foi definida acima. Importante ainda, dizer se a alocação objetivo é resultante do Estudo de ALM (*Asset Liability Management*) que foi realizado previamente... Lembrar que somente ele (estudo) possui legitimade para a definição dos limites estipulados na alocação objetivo, evita subjetividade !!!

Importante mencionar aqui caso o RPPS possua limites de diversificação / concentração...

Os percentuais definidos como alocação estratégica para o exercício de 2024, respeitados os limites previstos na normatização vigente, levou em consideração, além do estudo *Asset Liability Management* – ALM apresentado pela empresa de consultoria contratada pelo IPSJBV – LDB Consultoria Financeira Ltda, também, o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado, onde houve entendimento por manter a diversificação dos investimentos, contudo diminuindo o risco da carteira.

16 Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista aplica seus recursos devem estar de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MTP nº 1.467/2022.

O método e as fontes de referência adotados para apuração dos ativos pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apuração do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federais, é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos preços unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA.

Ainda, além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e consequentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), não esquecer de fazer, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, pela sua taxa de aquisição.

Da mesma maneira, os ativos financeiros emitidos com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras permitidas deverão possuir seu registro junto ao CETIP e o critério contábil que este título será registrado. Se o Instituto de Previdência dos

Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista tiver efetuado o Estudo de ALM, é recomendável que estes títulos sejam marcados na curva.

17 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

17.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

17.1.1 VaR

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do *VaR* por cota, com o objetivo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

Para o cálculo do Value-at-Risk (*VaR*), será adotado o modelo paramétrico, que considera que os retornos dos ativos seguem uma distribuição normal. O intervalo de confiança para o cálculo do *VaR* será de 95%, com horizonte de tempo de 21 dias úteis. Nesta metodologia, o *VaR* estima que, com 95% de confiança, as perdas não excederão o valor calculado ao longo do período especificado.

O Estimador de Volatilidade utilizado será EWMA (Exponentially Weighted Moving Average). Neste método, a volatilidade é calculada aplicando um fator de decaimento lambda 95%. Serão utilizados os 100 dados históricos mais recentes, o que é suficiente para capturar as condições atuais do mercado e dar maior peso às observações mais recentes. Um lambda mais próximo de 1 atribui maior peso aos dados recentes, enquanto um lambda menor distribui os pesos de forma mais uniforme ao longo dos dados históricos.

O controle de riscos (*VaR*) será feito de acordo com os seguintes limites:

SEGMENTO	LIMITE
Renda Fixa	5,00%
Renda Variável	20,00%
Investimentos no Exterior	20,00%
Investimentos Estruturados	20,00%
Fundos Imobiliários	20,00%

17.2 Risco de Crédito

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos. Esse risco pode impactar a carteira de duas formas:

- Diminuição do valor de determinado título, em função da piora da percepção sobre o risco de a contraparte emissora realizar o pagamento;
- Perda do valor investido e dos juros incorridos e ainda não pagos.

A gestão do risco de crédito será realizada considerando aspectos quantitativos como os ratings dos títulos de dívida bancária ou corporativa, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises qualitativas realizadas em relação à estrutura dos ativos.

17.2.1 Abordagem Qualitativa

Com relação aos investimentos diretos em ativos com risco de crédito, a avaliação dos investimentos deve adotar critérios de análise que não se limitem à classificação de risco (rating) atribuído por agência classificadora, mas que abordem adicionalmente pelo menos os pontos apresentados a seguir:

- **Análise dos emissores;**

Nos investimentos em que a contraparte seja o principal pilar para a análise do risco da operação, é importante analisar aspectos financeiros (capacidade de pagamento), histórico de atuação, governança, controle acionário, setoriais, impactos políticos (se existir), aspectos legais da emissão como índices financeiros (cobertura, alavancagem e outros).

- **Análise de prospectos e outras documentações;**

Em uma operação estruturada é necessária a análise das documentações que competem à operação (prospecto, regulamento e outras), entendendo-se quais as garantias, seus vínculos e/ou lastros, responsabilidades, estrutura de gerenciamento de fluxo de caixa, custos, volume de emissão, prazo do investimento etc.

- **Monitoramento de operações de crédito;**

A decisão de investir em um ativo de crédito traz consigo a necessidade de um acompanhamento contínuo do desempenho das operações. Nesse sentido, é necessário acompanhar a classificação de risco das agências de rating e os dados da operação disponíveis no mercado. A contraparte também deve ser periodicamente acompanhada.

17.2.2 Abordagem Quantitativa

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* e se a nota é, de acordo com a escala, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir:

FAIXAS	RATING	GRAU
FAIXA 1	AAA	INVESTIMENTO
FAIXA 2	AA	
FAIXA 3	A	
FAIXA 4	BBB	ESPECULATIVO
FAIXA 5	BB	

FAIXA 6	B	
FAIXA 7	C	
FAIXA 8	D	

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior à FAIXA 3 determinada na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que observadas as seguintes condições:

- Os títulos que não possuem *rating* devem ser enquadrados na categoria grau especulativo;
- Caso haja duas ou mais classificações para o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à Política de Investimentos;
- O monitoramento dos ratings dos ativos de crédito será realizado de forma contínua, com o acompanhamento realizado por faixa de classificação conforme demonstrado na tabela acima.

17.2.3 Exposição a Crédito Privado

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis de acordo com os critérios estabelecidos no tópico anterior. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites:

CATEGORIA DE RISCO	LIMITE
--------------------	--------

Grau de Investimento + Grau Especulativo	60%
Grau Especulativo	5%

O limite para títulos classificados na categoria Grau Especulativo visa comportar eventuais rebaixamentos de ratings de papéis e eventuais ativos presentes em fundos de investimentos condominiais, dos quais o RPPS não tem controle sobre o regulamento. Nesse sentido, o limite acima previsto não deve ser entendido como aval para aquisição de títulos que se enquadrem na categoria “Grau Especulativo”.

17.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- A. Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);**
- B. Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).**

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano.

A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

B. Redução de demanda de mercado

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL ATUAL ACUMULADO DA CARTEIRA	PERCENTUAL MÍNIMO ACUMULADO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	X%	15%
Até 365 dias	X%	25%
Acima de 365 dias	X%	100%

{OBS: O RPPS deve ajustar a tabela acima como melhor convier para realizar o controle de liquidez dos seus fundos de investimento.}

17.4 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.

Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

17.5 Risco de Terceirização

Na administração/gestão dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos prestadores de serviços externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus prestadores de serviços, conforme definições na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

A observância do ato de credenciamento e do estabelecimento mínimo dos dispositivos legais não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, conforme já estabelecido nesse documento.

17.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- Da realização de relatórios de *compliance* que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelos Conselhos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista;
- Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

17.7 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

17.8 Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento

Mesmo com todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartado. Em caso de ocorrência de desenquadramento, o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista se reunirá para analisar, caso a caso, com intuito de encontrar a melhor solução e o respectivo plano de ação, sempre pensando na preservação do Patrimônio do IPSJBV.

18 Considerações Finais

Este documento, será disponibilizado por meio na Imprensa Oficial do Município, bem como, no site institucional do IPSJBV com pleno acesso a todos os servidores, participantes e interessados.

De acordo com os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do Art. 101º, da MTP nº 1.467/2022, o relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento e deverão ser encaminhadas à SPREV por meio Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN.

A presente Política de Investimentos (P.I.), proposta pelo Comitê de Investimentos do IPSJBV, nos termos do art. 21, da Lei Complementar nº 4.207, de 24 de outubro de 2017, fica submetida ao Superintendente, a qual deverá ser encaminhada para aprovação pelo Conselho Administrativo na reunião ordinária na data de **13/12/2024**.

São João da Boa Vista – SP, 07 de novembro de 2025.

ANEXO Nº 6

Mercado Secundário de Títulos Públicos

Títulos Públicos Federais										20/Out/2025
Papel PREFIXADO		NTN-F - Taxa (% a.a.)/252								
Código SELIC	Data Base/Emissão	Data de Vencimento	Tx. Compra	Tx. Venda	Tx. Indicativas	PU	Intervalo Indicativo			
							Mínimo (D0)	Máximo (D0)	Mínimo (D+1)	Máximo (D+1)
950199	15/01/2016	01/01/2027	13,9476	13,9298	13,9388	990,067661	13,5860	14,3660	13,5405	14,3191
950199	05/01/2018	01/01/2029	13,3944	13,3785	13,3860	950,084962	13,0057	14,0010	12,9081	13,9036
950199	10/01/2020	01/01/2031	13,7264	13,7144	13,7213	903,566907	13,3696	14,3192	13,2792	14,2289
950199	07/01/2022	01/01/2033	13,8490	13,8316	13,8387	868,248644	13,4621	14,4247	13,3935	14,3562
950199	05/01/2024	01/01/2035	13,9039	13,8897	13,8962	842,235924	13,5198	14,4775	13,4538	14,4114

Resumo da Metodologia para o Cálculo das Taxas Médias

- A metodologia para a apuração das taxas médias tem por objetivo eliminar observações que, possivelmente, estejam erradas e que contaminem o cálculo da média.
- Três taxas são requisitadas às instituições pertencentes à amostra:
 - * A taxa máxima que corresponde à maior taxa de compra observada para o vencimento;
 - * A taxa mínima que corresponde à menor taxa de venda observada para o vencimento;
 - * Taxas Indicativas, que correspondem às taxas avaliadas pela instituição, como referência de preço justo de negócio para cada vencimento, de acordo com suas curvas individuais, no dia de referência.
- Os dados fornecidos pelas instituições geram dois filtros, que estabelecem intervalos dentro dos quais as informações fornecidas devem estar contidas. Aquelas que estiverem fora dos intervalos são eliminadas e não entram no cômputo das médias.
- Caso o número de informações restantes, após a aplicação dos critérios acima descritos, não permitir a divulgação de taxas para alguns vencimentos, decidiu-se interpolar a série, utilizando-se para isso o método Cubic Spline, com exceção da LFT que adota o método exponencial.
- A íntegra da metodologia pode ser obtida junto à Superintendência Técnica ou nos sites da ANBIMA na RTM ou na Internet.

ANBIMA: Sede: Praia de Botafogo, 501, bloco II, conj. 704 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22250-042 - Tel.(21) 3814-3800; e Av. Nações Unidas, 8501 - 11º e 21º andares - Conj.A - Pinheiros - SP - CEP: 05425-070 - Tel.(11) 3471-5200.
ENDEREÇO NA INTERNET: www.anbima.com.br

LTN | NTN-C | LFT | NTN-B |

ANEXO Nº 7

CNPJ		INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	TIPO	PROCESSO Nº		TERMO Nº	CREDENCIADO	VÁLIDO ATÉ	OBSERVAÇÃO/PENDÊNCIAS
03.795.072/0001-60	1	CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO SICREDI	Gestor	722/2025	EDNEIA	008/2025	20/11/2025		FALENCIA
01.181.521/0001-55	2	BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.	Administrador, Custodiante e Distribuidor	723/2025	EDNEIA	009/2025	20/11/2025		FALENCIA
42.040.639/0001-40	3	CAIXA DISTR DE TÍT E VAL MOB S.A - CAIXA DTVM	Gestor	724/2025	EDNEIA	010/2025	20/11/2025		FALENCIA
30.822.936/0001-69	4	BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	Gestor e Administrador	725/2025	SERGIO	011/2025	20/11/2025		FALENCIA
68.622.174/0001-20	5	ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA	Gestor	726/2025	SERGIO	012/2025	20/11/2025		
00.066.670/0001-00	6	BEM DISTR DE TÍT E VAL MOB S.A - BEM DTVM	Administrador	727/2025	SERGIO	013/2025	20/11/2025		
17.203.539/0001-40	7	GRID AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS LTDA	Distribuidor - AAI	728/2025	VALDEMIR	014/2025	20/11/2025		
07.078.144/0001-00	8	GUEPARDO INVESTIMENTOS LTDA	Gestor	729/2025	VALDEMIR	015/2025	20/11/2025		FALTA DOCUMENTOS
62.232.889/0001-90	9	BANCO DAYCOVAL S/A	Administrador, Custodiante e Distribuidor	730/2025	VALDEMIR	016/2025	20/11/2025		
60.701.190/0001-04	10	ITAÚ UNIBANCO S/A	Administrador, Custodiante e Distribuidor	731/2025	JOÃO CONSENTINO	017/2025	20/11/2025		FALENCIA
00.360.305/0001-04	11	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Administrador, Custodiante e Distribuidor	732/2025	JOÃO CONSENTINO	018/2025	20/11/2025		FALENCIA
35.098.801/0001-16	12	TPE GESTORA DE RECURSOS LTDA	Gestor	733/2025	JOÃO CONSENTINO	019/2025	20/11/2025		FALTA DOCUMENTOS
72.027.832/0001-02	13	DAYCOVAL ASSET MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA	Gestor	734/2025	JOÃO DE SOUZA	020/2025	20/11/2025		
10.231.177/0001-52	14	SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	Gestor	735/2025	JOÃO DE SOUZA	021/2025	20/11/2025		FALENCIA-CND MUNICIPAL
90.400.888/0001-42	15	BANCO SANTANDER S/A	Distribuidor	736/2025	JOÃO DE SOUZA	028/2025	20/11/2025		FALENCIA-CND ESTADUAL
62.318.407/0001-53	16	S3 CACEIS BRASIL DTVM LTDA	Custodiante	737/2025	CIRONEI	029/2025	20/11/2025		FALTA DOCUMENTOS
03.502.968/0001-04	17	SANTANDER DTVM S/A	Administrador	738/2025	CIRONEI	030/2025	20/11/2025		FALENCIA-CND ESTADUAL

RESUMO ANALÍTICO - GESTOR

- ✓ **Envio da documentação, conforme o Artigo 3º, item I;**
 - a) Ato de registro ou autorização expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente.
 - b) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
 - c) Contrato Social ou Estatuto *Social*;
 - d) Certificado de Regularidade do FGTS — CRF;
 - e) Certidão da Fazenda Municipal, Estadual e Federal e Dívida Ativa da União;
 - f) Certidão Estadual de Distribuições Cíveis (Falência e Concordata).
- ✓ **Envio dos Questionários, conforme o Artigo 3º, item II — quando cabível.**
 - a) Questionário Padrão “Due Diligence” para fundos de investimento da ANBIMA — Seção 1 — Informações da Empresa, e seus anexos, ou, Termo de Credenciamento da SRPPS;
 - b) Questionário Padrão “Due Diligence” para fundos de investimento da ANBIMA — Seção 2 — Informações sobre fundos de investimento, e seus anexos
 - c) Questionário Padrão “Due Diligence” para fundos de investimento da ANBIMA — Seção 3 — Resumo Profissional.
- ✓ **Rating de Gestão Vigente, parágrafo 2º do Artigo 21 da Resolução 4.963/21;**

RESUNIO ANALÍTICO - ADMINISTRADOR

- ✓ **Envio da documentação, conforme o Artigo 3º, item I;**
 - a) Ato de registro ou autorização expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente.
 - b) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
 - c) Contrato Social ou Estatuto *Social*;
 - d) Certificado de Regularidade do FGTS — CRF;
 - e) Certidão da Fazenda Municipal, Estadual e Federal e Dívida Ativa da União;
 - f) Certidão Estadual de Distribuições Cíveis (Falência e Concordata).
- ✓ **Envio do Questionário, conforme o Artigo 3º, item II, letra A — quando cabível.**
 - a) Questionário Padrão “Due Diligence” para fundos de investimento da ANBIMA — Seção 1 — Informações da Empresa, e seus anexos, ou, Termo de Credenciamento da SRPPS;

RESUNIO ANALÍTICO - CUSTODIANTE

- ✓ **Envio da documentação, conforme o Artigo 3º, item I;**
- g) Ato de registro ou autorização expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente.
- h) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- i) Contrato Social ou Estatuto *Social*;
- j) Certificado de Regularidade do FGTS — CRF;
- k) Certidão da Fazenda Municipal, Estadual e Federal e Dívida Ativa da União;
- l) Certidão Estadual de Distribuições Cíveis (Falência e Concordata).
- ✓ **Envio do Questionário, conforme o Artigo 3º, item II, letra A — quando cabível.**
- b) Questionário Padrão “Due Diligence” para fundos de investimento da ANBIMA — Seção 1 — Informações da Empresa, e seus anexos, ou, Termo de Credenciamento da SRPPS;

RESUMO ANALÍTICO - DISTRIBUIDOR

- ✓ **Envio da documentação, conforme o Artigo 3º, item I;**
- a) Ato de registro ou autorização expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente.
- b) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- c) Contrato Social ou Estatuto *Social*;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS — CRF;
- e) Certidão da Fazenda Municipal, Estadual e Federal e Dívida Ativa da União;
- f) Certidão Estadual de Distribuições Cíveis (Falência e Concordata).
- ✓ **Envio do Questionário, conforme o Artigo 3º, item II, letra A — quando cabível.**
- a) Questionário Padrão “Due Diligence” para fundos de investimento da ANBIMA — Seção 1 — Informações da Empresa, e seus anexos, ou, Termo de Credenciamento da SRPPS;
- ✓ **O contrato de distribuição firmado com o Administrador/Gestor do respectivo fundo que está distribuindo.**

ANEXO Nº 8

adm_financeiro@saojoaoprev.sp.gov.br

De: Anete Chaves <achaves@itajubainvestimentos.com.br>
Enviado em: sexta-feira, 10 de outubro de 2025 14:59
Para: adm_financeiro@saojoaoprev.sp.gov.br
Assunto: Itajubá Investimentos - Fundo SulAmerica ESG | SÃO JOÃO PREV
Anexos: Informativo Credito ESG Institucional.pdf

Ednéia, boa tarde!
Tudo bem?

Segue anexo para conhecimento a lâmina do fundo da SulAmerica com a rentabilidade de Set/25 e abaixo o **comparativo atualizado até o dia 08/10**.

Dado que na última troca de e-mails você falou que os fundos apresentados no evento de Campinas seriam debatidos, tomei a liberdade de fazer comparativo dos fundos que o São João Prev possui em carteira (Art. 7º V “b”) x o fundo SulAmérica.

Obs: Vale ressaltar que, em Setembro alguns eventos no mercado de crédito, levaram a abertura dos spreads e muitos fundos tiveram impacto na rentabilidade. Gostaria de destacar que o fundo SulAmerica ESG não possuía o determinado ativo, por este não estar cumprindo os princípios de ESG no caso o “E” e o “S”. Isso só reforça que a métrica ESG do fundo se aplica a avaliação do risco.

:: LÂMINA COMPARAÇÃO ATIVOS

08/10/2025

Resumo										Ótimo
Nome	Retorno (%)					Sharpe	Volatilidade	CNPJ	PL Atual (milhão)	
	Mês	Ano	12 meses	24 meses	36 meses					
SULAMÉRICA CRÉDITO INSTITUCIONAL ESG IS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	0,33	11,57	14,04	29,91	48,89	4,52	0,35%	34.525.051/0001-59	R\$ 960,96	
% do CDI	100,70	107,95	104,45	115,02	113,52	-	-	-	-	
DAYCOVAL CLASSIC FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	0,33	11,19	13,75	28,36	44,64	2,36	0,39%	10.783.480/0001-68	R\$ 2.583,05	
% do CDI	100,81	104,39	102,24	109,08	103,65	-	-	-	-	
SAFRA EXTRA BANCOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	0,33	10,72	13,47	26,50	44,55	1,60	0,34%	20.441.483/0001-77	R\$ 4.447,25	
% do CDI	98,41	100,06	100,16	101,92	103,46	-	-	-	-	

Entendo que este fundo agregaria bastante na carteira de vocês.
Qualquer dúvida, fico à disposição.

Um abraço e bom final de semana.



Anete B R Chaves

 achaves@itajubainvestimentos.com.br

 +55 11 2504 2300

 +55 11 94161 6636

 Av. Horácio Lafer, 160 - conj. 11 Itaim Bibi / São Paulo - SP



SulAmérica Crédito Institucional ESG

SULAMÉRICA CRÉDITO INSTITUCIONAL ESG CLASSE DE INVESTIMENTO RF
CP LP IS - RESP. LTDA

CNPJ: 34.525.051/0001-59



Investimentos

Adequado:
Res. CMN 4.994
Res. CMN 4.963

[Metodologia ESG](#)

Política de Investimento

O fundo observa as vedações estabelecidas na resolução do CMN nº 4.994, buscando explorar as oportunidades no mercado de renda fixa por meio da alocação de seus recursos em títulos de dívida privada de companhias abertas, títulos de instituições financeiras e FIDCs. O fundo passa por uma avaliação que prioriza ativos que possuam uma utilização de recursos alinhada com as melhores práticas ESG e que promovam contribuições positivas para agenda do desenvolvimento sustentável.

Objetivo / Público Alvo

O fundo tem por objetivo proporcionar rentabilidade destacada no médio/longo prazo acima do CDI e é destinado a investidores em geral.



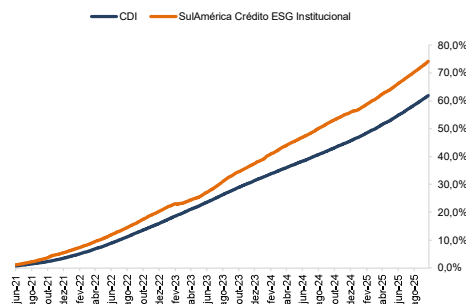
Rentabilidade

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Acum Ano
2023	Fundo	1,06%	0,31%	0,81%	0,80%	1,31%	1,29%	1,55%	1,69%	1,24%	1,08%	1,08%	1,02%	14,07%
	%CDI	94,09%	33,31%	69,37%	87,05%	116,22%	120,43%	144,38%	148,72%	127,58%	108,34%	118,12%	113,36%	107,80%
2024	Fundo	1,42%	1,07%	1,08%	1,10%	1,01%	0,88%	1,23%	1,03%	1,05%	0,92%	0,83%	0,65%	12,97%
	%CDI	146,51%	133,51%	129,01%	124,34%	121,11%	111,09%	135,44%	119,26%	126,22%	99,42%	104,27%	69,63%	119,29%
2025	Fundo	1,15%	1,08%	1,13%	1,08%	1,24%	1,19%	1,30%	1,19%	1,31%	-	-	-	11,20%
	%CDI	113,63%	109,96%	117,41%	102,28%	109,28%	108,45%	101,89%	102,61%	107,67%	-	-	-	108,18%

Rentabilidade Histórica

	Fundo	CDI	%CDI
6 meses	7,55%	7,15%	105,49%
12 meses	13,88%	13,30%	104,38%
24 meses	29,66%	25,82%	114,86%
Desde o início	74,11%	61,82%	119,85%

Retorno Acumulado



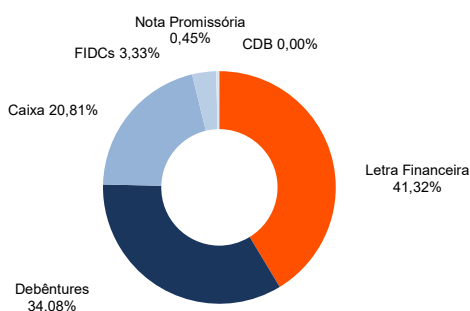
Dados Estatísticos

Volatilidade de 12 meses:	0,21%
Volatilidade desde início:	0,35%
% meses acima do benchmark desde o início:	78,68%
Maior retorno mensal:	1,69%
Menor retorno mensal:	0,31%
Patrimônio médio últimos 12 meses:	R\$ 789.713.328,97
Patrimônio no dia:	R\$ 957.266.588,10

Características

Data de Início:	26/02/2021
Movimentação Inicial:	R\$ 1.000,00
Mínimo para Movimentação:	R\$ 1.000,00
Aplicações:	Conversão da cota em D+45 dias corridos e crédito D+1 útil após cotização
Resgates:	Conversão da cota em D+45 dias corridos e crédito D+1 útil após cotização
Regime de Cotas:	Fechamento
Horário de Movimentação:	Consulte as regras específicas da plataforma de cada distribuidor.
Taxa de Administração:	0,60% a.a. (0,15% a.a. p/ Título Público e Op. Compromissadas)
Taxa de Performance:	20% sobre o que exceder 100% do CDI
Administradora:	BEM DTVM
Gestora:	SulAmérica Investimentos Gestora de Recursos S.A.
Custódia e Controladoria:	Banco Bradesco S.A.
Auditoria:	Deloitte Auditores Independentes
Código ANBIMA:	578.411
Classificação ANBIMA:	Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre
CNPJ:	34.525.051/0001-59
Conta para aplicação:	Banco Bradesco AG. 2856-8 C/C. 32.285-7
Tributos:	Imposto de Renda (IR): de 15% a 22,5% sobre o rendimento apurado, dependendo do prazo médio da carteira superior a 365 dias

Composição da Carteira



TAXA DE ADMINISTRAÇÃO É APROPRIADA DIARIAMENTE SENDO PAGA MENSALMENTE ATÉ O 10º DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE AO VENCIDO. TAXA DE PERFORMANCE: O VALOR DEVIDO SERÁ PAGO SEMESTRALMENTE, POR PERÍODOS VENCIDOS, OU NO RESGATE DE COTAS, O QUE OCORRER PRIMEIRO. ESTE DOCUMENTO FOI PRODUZIDO PELA SULAMÉRICA INVESTIMENTOS DTVM, COM FINS MERAMENTE INFORMATIVOS. NÃO SE CARACTERIZANDO COMO OFERTA OU SOLICITAÇÃO DE INVESTIMENTO OU DESINVESTIMENTO DE ATIVOS. APESAR DO CUIDADO UTILIZADO TANTO NA OBTENÇÃO QUANTO NO MANUSEIO DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS, A SULAMÉRICA INVESTIMENTOS NÃO SE RESPONSABILIZA PELA PUBLICAÇÃO ACIDENTAL DE INFORMAÇÕES INCORRETAS, NEM TAMPOUCO POR DECISÕES DE INVESTIMENTO TOMADAS COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO. AS QUAIS PODEM INCLUSIVE SER MODIFICADA SEM COMUNICAÇÃO. A RENTABILIDADE DIVULGADA, JÁ É LÍQUIDA DAS TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO, DE PERFORMANCE E DOS OUTROS CUSTOS PERTINENTES AO FUNDO, MAS NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS. RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO- FGC. PARA AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO, É RECOMENDÁVEL A ANÁLISE DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES. DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA PODE SER ENCONTRADA NO INFORMATIVO DO FUNDO. HÁ FUNDOS QUE PODEM UTILIZAR ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS QUE PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS, PODENDO INCLUSIVE ACARREJAR PERDAS SUPERIORES AO CAPITAL APLICADO E A CONSEQUENTE OBRIGAÇÃO DO COTISTA DE APORTAR RECURSOS ADICIONAIS PARA COBRIR O PREJUÍZO DO FUNDO. LEIA A LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS (SE HOUVER) E O REGULAMENTO DO FUNDO ANTES DE INVESTIR. Para investir acesse: www.sulamericainvestimentos.com.br, Ouvidoria 0800 725 3374. MANTENHA SEMPRE SEUS DADOS CADASTRAIS ATUALIZADOS, A ATUALIZAÇÃO CADASTRAL É FUNDAMENTAL PARA UMA COMUNICAÇÃO MAIS EFICIENTE, SEGURA E CONTÍNUA, EM CASO DE DÚVIDAS. LEIUE PARA NOSSA CENTRAL DE RELACIONAMENTO PELO NÚMERO 0800 018700 OU EM Nossos canais. Para investimentos@sulamerica.com.br, SAC - Respostas e Informações Institucionais 0800 7220564.



ANEXO Nº 9

adm_financeiro@saojoaoprev.sp.gov.br

De: carlos soares <carlos.soares@performe.com.br>
Enviado em: terça-feira, 14 de outubro de 2025 16:34
Para: protocolo1@saojoaoprev.sp.gov.br;
adm_financeiro@saojoaoprev.sp.gov.br;
superitendencia@saojoaoprev.sp.gov.br
Cc: Kirlisson Assis; Maria Luiza; Naara Góes
Assunto: Convite: Apresentação Performe Investimentos para o São João Prev
Anexos: Apresentação Performe Investimentos - Out-25.pdf

Prezados(as) Gestores(as) e Membros do Comitê de Investimentos, boa tarde.

Retomamos o contato iniciado na última semana. Conforme solicitação do Instituto, encaminhamos em anexo a apresentação institucional completa da Performe Investimentos, com o objetivo de dar início a um relacionamento estratégico com o **São João Prev**.

Somos um escritório de Assessoria de Investimentos (AI) devidamente registrado na CVM, com mais de **10 anos de experiência especializada no segmento RPPS**.

Nosso principal diferencial reside em prestar um **atendimento diferenciado e estratégico**, buscando o alinhamento das necessidades de gestão do seu Instituto com a **nossa grade de serviços disponíveis**. Buscamos uma visão completa da gestão, e por meio de **empresas do nosso grupo econômico**, podemos integrar, por exemplo, o apoio atuarial e a realização de **treinamentos *in loco*** para sua equipe, atuando sempre em **rigorosa conformidade com a Resolução CMN nº 4.963/2021**.

Adicionalmente, oferecemos acesso a um portfólio diversificado de produtos e estratégias por meio de parcerias com grandes nomes do mercado (como BEM DTVM S.A., Genial Investimentos, Inter DTVM, Constância Investimentos, Integral Investimentos, Safra Invest e Necton – BTG Pactual).

Gostaríamos de agendar uma **videoconferência** para detalhar a nossa proposta de valor e discutir como podemos apoiar o São João Prev.

Ficamos à disposição para receber suas sugestões de datas e horários que sejam convenientes.

Agradecemos a atenção e aguardamos seu breve retorno.

Atenciosamente,

Carlos Soares
Comercial



 [performe_investimentos](#)



Av. Governador Agamenon Magalhães, 4775
Salas 1407 e 1408, Empresarial Thomas Edison
Ilha do Leite, Recife/PE - CEP 50070-425



(11) 98105-9688



(81) 4042-3677



www.performe.com.br

ANEXO Nº 10

WORKSHOP

ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS E DILIGÊNCIA NA PRÁTICA



21/10/2025

22/10/2025



09h00 - 16h00

09h00 - 12h00

**Associação Comercial e
Industrial de Limeira**

Rua Santa Cruz, 647 – Centro, Limeira – SP,
CEP 13480-041 - 3 Andar

[CLIQUE AQUI PARA SE INSCREVER!](#)

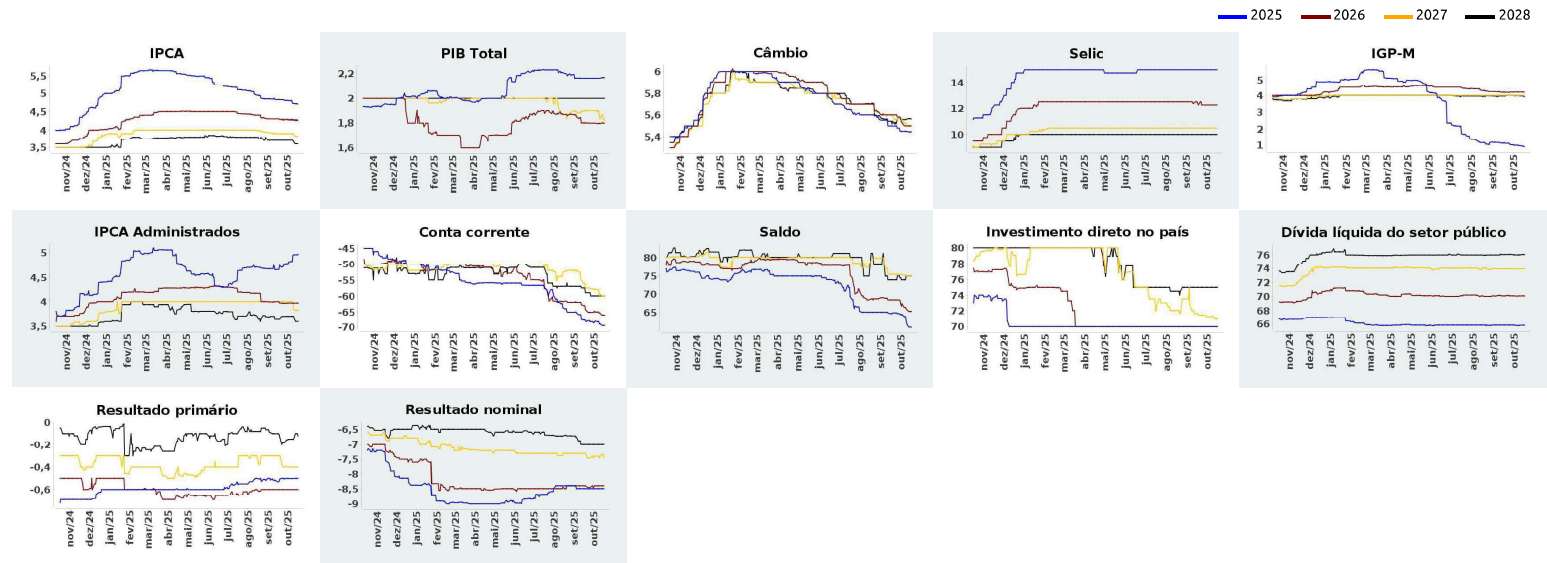
Apoio:



ANEXO Nº 11

Mediana - Agregado	2025							2026							2027							2028						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,83	4,72	4,70	▼ (4)	147	4,70	49	4,29	4,28	4,27	▼ (1)	144	4,28	48	3,90	3,90	3,83	▼ (1)	125			3,70	3,68	3,60	▼ (2)	111		
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,16	2,16	2,17	▲ (1)	107	2,21	38	1,80	1,80	1,80	= (5)	103	1,93	37	1,90	1,83	1,82	▼ (2)	75			2,00	2,00	2,00	= (84)	70		
Câmbio (R\$/US\$)	5,50	5,45	5,45	= (2)	117	5,43	39	5,60	5,50	5,50	= (1)	112	5,51	38	5,60	5,51	5,51	= (1)	88			5,54	5,56	5,56	= (3)	81		
Selic (% a.a)	15,00	15,00	15,00	= (17)	137	15,00	42	12,25	12,25	12,25	= (4)	136	12,13	42	10,50	10,50	10,50	= (36)	113			10,00	10,00	10,00	= (43)	99		
IGP-M (variação %)	1,09	0,95	0,87	▼ (6)	70	0,70	25	4,18	4,20	4,20	= (3)	68	4,18	24	4,00	4,00	4,00	= (40)	60			3,96	3,98	3,91	▼ (1)	56		
IPCA Administrados (variação %)	4,75	4,96	4,97	▲ (5)	96	4,97	34	3,97	3,97	3,96	▼ (1)	94	4,01	34	4,00	3,84	3,84	= (1)	62			3,65	3,70	3,60	▼ (1)	58		
Conta corrente (US\$ bilhões)	-68,32	-69,00	-69,50	▼ (2)	32	-68,50	10	-64,50	-65,35	-66,00	▼ (2)	31	-66,16	10	-57,50	-59,50	-60,00	▼ (6)	21			-59,00	-60,00	-60,00	= (3)	18		
Balança comercial (US\$ bilhões)	64,81	62,00	61,15	▼ (4)	34	62,11	9	68,38	65,72	65,22	▼ (3)	32	65,70	9	75,50	75,00	75,00	= (1)	23			73,94	75,00	75,00	= (1)	17		
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	70,00	70,00	70,00	= (44)	30	72,20	8	70,00	70,00	70,00	= (30)	30	70,00	8	71,40	71,30	71,00	▼ (1)	23			75,00	75,00	75,00	= (7)	19		
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	65,80	65,76	65,77	▲ (1)	49	65,70	15	70,09	70,08	70,08	= (2)	48	70,40	15	73,90	73,90	73,90	= (7)	40			76,06	76,02	76,05	▲ (1)	38		
Resultado primário (% do PIB)	-0,51	-0,50	-0,50	= (2)	58	-0,50	18	-0,60	-0,60	-0,60	= (9)	57	-0,59	18	-0,30	-0,40	-0,40	= (3)	44			-0,14	-0,15	-0,12	▲ (1)	40		
Resultado nominal (% do PIB)	-8,50	-8,50	-8,50	= (6)	45	-8,52	16	-8,40	-8,40	-8,40	= (2)	44	-8,23	16	-7,30	-7,46	-7,46	= (1)	36			-7,00	-7,00	-7,00	= (5)	34		

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis



ANEXO Nº 12

XVIII ENCONTRO JURÍDICO E FINANCEIRO DA APEPREM – ÁGUAS DE LINDÓIA **(05 A 07/08/2025)**

1. CONSELHO FISCAL

O presente relatório tem como objetivo apresentar os principais pontos abordados no curso de Conselho Fiscal de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):

O documento aborda a importância e as atribuições do Conselho Fiscal no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), destacando sua função de controle, transparência e governança na gestão dos recursos previdenciários.

O Conselho Fiscal é um componente essencial para a governança e controle no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

O Conselho deve identificar fragilidades e propor correções antes que problemas se tornem irreversíveis.

O controle interno no RPPS é vital para prevenir irregularidades e garantir a sustentabilidade do sistema.

A natureza fiscalizadora e a independência funcional são fundamentais para a atuação do Conselho Fiscal.

Os conselheiros devem ser servidores efetivos e capacitados para exercer suas funções.

O conhecimento das normas é vital para a segurança e clareza nas decisões do Conselho.

O Conselho Fiscal promove a transparência, economicidade e integridade na gestão do RPPS.

Transparência diz respeito a clareza e acessibilidade das informações;

Economicidade - zelar pelo uso racional dos recursos, quando identifica desperdícios ou gastos incompatíveis, para evitar prejuízos financeiros;

Integridade - coerência entre os atos administrativos e os valores éticos da gestão pública.

A atuação do Conselho é fundamental para a confiança dos segurados no regime.

A composição do Conselho Fiscal deve seguir critérios legais e éticos para garantir sua eficácia.

É vedada a participação de conselheiros em situações de conflito de interesse.

A legislação impõe vedações para garantir a imparcialidade e integridade dos conselheiros fiscais.

O acúmulo de funções em diferentes conselhos é proibido para garantir a separação de competências.

A ética e a responsabilidade são fundamentais para a atuação do conselheiro fiscal no RPPS.

O conselheiro deve agir com independência, imparcialidade e transparência.

As atribuições do Conselho Fiscal vão além das normas, exigindo uma atuação prática e efetiva.

O Conselho deve examinar balancetes, execução orçamentária e demonstrações financeiras.

A atuação do Conselho deve ser proativa, identificando riscos e propondo melhorias.

Os pareceres são a principal forma de comunicação do Conselho com outros órgãos, como o Conselho Administrativo e a unidade gestora.

Devem incluir referência clara ao objeto analisado, síntese da análise, fundamentação técnica, conclusão objetiva e assinatura dos conselheiros.

O Conselho Fiscal deve atuar de forma preventiva, identificando problemas antes que se concretizem.

A atuação preventiva envolve a identificação de sinais de risco, como queda na arrecadação e atrasos nos repasses.

A análise crítica dos documentos financeiros é essencial para a função fiscalizadora do Conselho Fiscal.

Documentos importantes incluem balancetes mensais, execução orçamentária e relatórios de investimentos.

A leitura crítica deve identificar inconsistências e fragilidades, garantindo uma análise qualificada.

O Conselho Fiscal deve ser capaz de identificar inconsistências e riscos potenciais nos documentos analisados.

A atuação deve ser propositiva, registrando achados e emitindo recomendações formais.

A relação do Conselho Fiscal com outros órgãos do RPPS deve ser clara e respeitosa.

O Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal têm funções complementares, mas distintas

Reuniões conjuntas podem ser realizadas, respeitando as competências de cada colegiado.

Os conselheiros fiscais têm responsabilidades individuais e coletivas que impactam a governança do RPPS.

A responsabilidade individual se manifesta em todas as fases do trabalho do conselheiro.

A responsabilidade colegiada exige um ambiente deliberativo e transparente.

O Conselho Fiscal deve realizar um diagnóstico detalhado sobre as despesas administrativas e a carteira de investimentos do RPPS.

Solicitação de esclarecimentos à unidade gestora sobre o crescimento das despesas administrativas e a falta de medidas de contenção.

Ação conjunta com o Controle Interno e o Comitê de Investimentos para análise técnica e verificação de riscos.

O Conselho Fiscal no RPPS é um Pilar de Governança, é auxiliar dos demais órgãos da gestão, funciona como uma proteção da organização. Não é uma exigência meramente formal normativa, é componente essencial no controle e governança.

É fiscalizador, tem função independente para executar suas prerrogativas. Tem natureza fiscalizadora e não deliberativa.

Atua em nome da sociedade, principalmente dos segurados.

Deve ser compreendido como agente preventivo – identificando fragilidades, apontando riscos, propondo correções antes que problemas se agravem, para não comprometer a sustentabilidade do RPPS.

A postura ética e responsável dos conselheiros implica na imparcialidade nas análises e julgamentos.

Tudo deve ser registrado, as decisões não prescrevem.

A melhor defesa do conselheiro é a postura proativa, ética e técnica, com registros documentais que demonstrem diligência e autonomia. É essencial registrar manifestações, votos divergentes e recomendações formais.

O foco deve ser preventivo e não apenas corretivo.

2. LEGISLAÇÃO E OBRIGAÇÕES

Projeto de Lei em andamento para a incidência do PASEP somente sobre a Taxa de Administração.

Senado aprova a PEC 66/2023 - Regulamentação do PASEP: incidência de 1% apenas sobre a Taxa de Administração do RPPS (não mais sobre investimentos, COMPREV, benefícios...). Agora aguarda promulgação.

3. CRP, CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL E PRÓ-GESTÃO

- Os **RPPS** devem manter atualizados sempre o Certificado de Regularidade Previdenciária-CRP, para não prejudicar os repasses de verbas públicas (diversas);

-Pró-Gestão com visão inclusiva, sempre evoluir na comunicação, mudar a linguagem estática para linguagem atualizada e contemporânea simples e amigável;

- Os conselheiros devem ter capacitação técnica adequada para exercer suas funções no Conselho Fiscal.

- A Portaria MTP nº 1.467/2022 exige comprovação de capacitação antes da posse, para os membros do Comitê de Investimentos, para os membros do Comitê de Investimentos.

- A certificação deve incluir conhecimentos em contabilidade pública, orçamento e previdência.

- Os conselheiros devem passar por certificação periódica para garantir atualização técnica.

- A falta de capacitação pode resultar em nulidade dos atos praticados

4. INVESTIMENTOS

4.1 - Meta Anual dos **RPPS** devem ser no mínimo o **IPCA** + 4,5% de ganho real, para garantir a liquidez ao Longo do tempo;

- Os **RPPS** possuem aproximadamente \$ 366 bilhões de recursos, sendo aproximadamente \$ 41 bilhões em Renda Variável, que representa aplicações de 11,30%;

- Como encontrar Fundos com estratégias diferenciadas – algumas premissas: avaliar estilo de gestão, valor do patrimônio, crescimentos, dividendos, correlação entre fundos e prazos (0+3 ou D+30), histórico de rendimentos X Selic, meta atuarial e **IBOVESPA**;

4.2- **Investimentos em Fundos no Exterior:** Oferece Oportunidades, Riscos e Estratégias para Diversificação na Carteira de investimentos: 90,00% da Carteira no Brasil e 10,00% no Exterior, atualmente os Fundos possuem aproximadamente \$ 250 trilhões Global e \$ 2,2 trilhões no Brasil, com +- 2.850 papéis diferentes em 47 Países;

4.3-**Títulos Públicos e Privados:** Critérios de Seleção, Processo de Aquisição e Gestão de Riscos:

-Aquisição direta de **NTN-B** com rendimento creditado semestral;

-Atualmente o Governo está remunerando a **NTN-B** na média de 7,00% a 7,5% a.a.+ **IPCA**, sempre que possível a Marcação na Curva, pois remunera a taxa de compra até o vencimento do título e, a Marcação no Mercado, remunera a taxa de mercado (Anbima) no resgate do título;

A Portaria MTP nº. 1467/2022 estabelece alguns quesitos para estas operações

de mercado, tais como - risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional, risco sistêmico entre outros. Os **RPPS** devem sempre utilizar as ferramentas - ALM ou Fluxo Atuário;

Riscos para os RPPS - intervenção/Liquidação do Banco emissor- como exemplo podemos citar o ocorrido com o Banco Master que tinha no se acervo 18 RPPS

(5 de São Paulo), aproximadamente \$ 2 bilhões de investimentos dos **RPPS**.

4.4 Fundos de Renda Fixa: Critérios de Seleção, Gestão de Riscos e monitoramento em Relação ao Mercado:

- inflação Brasil próxima de 5,56% a.a., com mercado de trabalho forte atualmente, juros básicos no Brasil Selic 15,00% a.a.;
- investimentos na Bolsa de Valores com rendimentos nos últimos 6 meses próximo de 13,00% e CDI próximo de 15,00%;
- PIB ano de 2025 - 2,2% - ano de 2026 - 1,8% - ano 2027 - 2,0%, previsão de redução da Selic somente a partir de junho 2026;
- Os investimentos em Títulos Públicos com vencimentos mais longos, e marcação na curva, diversidade na escala de emissão e vencimentos.

4.5 Fundos de Renda Variável: Estratégias de Seleção, Gestão de Riscos e Monitoramento em relação ao Mercado:

- Bolsa Internacional performance em Dólar, com observação do mercado da China não recomendável para investimentos;
- Bolsa com recorde de fluxo de recompra de Ações, a CVM aprova novas medidas operacionais para aumentar a diversidade;

4.6- Política de investimentos e ALM: Estratégias para Aprovação, Execução e Fiscalização Eficiente:

Relacionamento da Carteira x ALM, sempre acompanhar a Cesta de Índices e a Cesta de Enquadramento dos investimentos;

A Política de investimentos deve ser elaborada anualmente, pelo Comitê de investimentos e aprovada pelo Conselho de Administração dos **RPPS**;

Os investimentos ao Longo do Exercício, precisam ser estudados as melhores opções de rendimentos, aprovados e acompanhados pelo Comitê de investimentos;

5. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Empréstimos Consignados: Modelos, Riscos e Estratégias para uma Gestão Segura:

- a) Sociais - Taxa de Juros menores, para Servidores Aposentados e Ativos;
 - b) Rentabilidade - Ganho duplo - RPPS x Servidores, Taxa de Juros pagas pelos Servidores maiores do que o Mercado paga;
 - c) Segurança - **Baixo** Risco de perda, seguro prestamista, fundo garantidor;
- RPPS com Pro-Gestão autorização Legal de Empréstimo até 10,00% da Carteira;
 - Prazo: o Comitê pode determinar de 48- 60- 72- 84 meses, do INSS o prazo pode ser até 96 meses;
 - Taxas de juros o Comitê pode determinar 1,50% - 1,65% - 1,90% mês, pois a maioria dos Bancos é de 2,20% - 2,50% - 3,00%;
 - Está autorizado o Empréstimo Consignado para os RPPS desde novembro/2021;
 - Atualmente já existem aproximadamente 47.000 tomadores, com mais de \$ 50 milhões aplicados pelos RPPS;
 - Portabilidade permitida do sistema bancário para os RPPS, o inverso não é permitido;
 - Toda a estrutura de implantação de Empréstimo consignado nos **RPPS**, demora

em média 90 dias pela Assessoria Técnica;
-A Taxa de Administração não pode pagar despesas de implantação e acompanhamento com Empréstimo Consignado dos **RPPS**.

6. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Uso da Inteligência Artificial como apoio à atuação do Conselho.

A IA deve ser ferramenta complementar. O Conselho não pode abrir mão da qualificação técnica de seus membros em nome da comodidade algorítmica. Capacitação contínua é obrigatória, mesmo com IA disponível

A IA não substitui a decisão humana, mas oferece suporte técnico relevante. Possibilita triagem, alerta, análise comparativa e elaboração de relatórios, reforça a eficiência e tempestividade da fiscalização

Inteligência Artificial no Conselho Fiscal

A inteligência artificial (IA) é apresentada como uma ferramenta para aprimorar a atuação do Conselho Fiscal no RPPS.

- A IA pode ajudar na triagem de documentos, monitoramento de indicadores de sustentabilidade atuarial e avaliação da aderência à Política de Investimentos.
- A utilização da IA deve respeitar princípios de legalidade, responsabilidade técnica e transparência algorítmica.
- É fundamental que a IA complemente, mas não substitua, o julgamento humano dos conselheiros.

Aplicações Práticas da Inteligência Artificial

Diversas aplicações práticas da IA podem ser implementadas para apoiar o trabalho do Conselho Fiscal.

- Triagem automatizada de documentos contábeis e orçamentários para identificar variações incomuns e incongruências.
- Monitoramento contínuo de indicadores de sustentabilidade atuarial e alertas preditivos sobre tendências preocupantes.
- Avaliação automatizada da carteira de investimentos e apoio na elaboração de pareceres técnicos.

Cuidados e Limites no Uso da IA

A adoção de IA deve ser feita com cautela e limites bem definidos para evitar riscos.

- A responsabilidade pela análise e deliberação continua sendo dos conselheiros, que não devem delegar essa função à tecnologia.
- É necessário garantir a rastreabilidade e documentação de todos os processos que envolvem o uso de IA.
- A segurança da informação e a proteção de dados sensíveis devem ser priorizadas, respeitando a legislação vigente.

Futuro da Atuação Fiscal com IA

O futuro do Conselho Fiscal será marcado pela integração da IA mantendo a essência humana na função fiscalizadora.

- A atuação passará de reativa para preditiva, permitindo a antecipação de riscos e a orientação técnica da gestão.

- O conselheiro fiscal se tornará um analista estratégico, utilizando dados e diagnósticos gerados por IA para embasar suas decisões.
- A ética e a independência técnica serão fundamentais para garantir a credibilidade e a responsabilidade na gestão pública.

7. CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – PCA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO PÚBLICO PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL.

O que é o PCA – Plano de Contratação Anual

O Plano de Contratações Anual (PCA) é uma ferramenta de planejamento na administração pública que consolida todas as compras e contratações que um órgão pretende realizar no ano seguinte. Ele abrange bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação.

Objetivos e Importância do PCA

- **Promove o planejamento eficiente**
- **Aumenta a transparência**
- **Reduz desperdícios**
- **Melhora a governança**
- **Estimula a inovação.**

REFORMA TRIBUTÁRIA: REFLEXOS PARA OS MUNICÍPIOS E RPPS

As principais mudanças:

•**Unificação de Tributos:** A partir de 2026, um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) será gradualmente implementado ao longo de oito anos para substituir cinco tributos existentes: IPI, PIS, COFINS, ICMS e ISS. O novo sistema será composto pelo CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que substituirá os impostos federais, e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que substituirá os impostos estaduais e municipais.

•**Não-Cumulatividade Plena:** A tributação ocorrerá no local de consumo, e não mais no local de produção. Isso desonera a cadeia produtiva ao evitar a cobrança de "imposto sobre imposto".

•**Nota Fiscal Nacional:** Haverá um modelo único de nota fiscal. O CEP do local de expedição será a referência para a aplicação da alíquota de recolhimento do tributo.

•**Cashback de Impostos e Split Payment:** O "cashback" de impostos é um sistema que devolve parte do imposto pago a famílias de baixa renda. Já o "split payment" é um mecanismo automático de pagamento de impostos que separa o valor do tributo do valor líquido da venda.

•**Transição:** A reforma será implementada em duas transições: a "Transição de Tributos", que vai de 2026 a 2033, e a "Transição Federativa", que se estenderá de 2029 a 2078.

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AVALIAÇÃO ATUARIAL DO RPPS E NBC TSP 15 DO ENTE.

Um comparativo direto entre o **Cálculo Atuarial** e a **Norma Brasileira de Contabilidade para o Setor Público (NBC TSP) 15** revela uma diferença fundamental em seus objetivos, natureza e escopo. Embora ambos lidem com obrigações financeiras de longo prazo, eles operam em domínios distintos: o cálculo atuarial é uma ferramenta de **gestão e financiamento de longo prazo**, enquanto a NBC TSP 15 é uma norma de **apresentação contábil** de instrumentos financeiros.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO: PPA, LDO, LOA E PCA

- **PPA (Plano Plurianual):**

É o instrumento de planejamento de longo prazo, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos. Define o rumo da gestão pública;

- **LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias):**

Define as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte, orientando a elaboração da LOA e estabelecendo as diretrizes da política fiscal. Define a execução anual.

- **LOA (Lei Orçamentária Anual):**

É o instrumento que estima as receitas e fixa as despesas para o ano seguinte, detalhando as ações que serão realizadas para atingir os objetivos estabelecidos no PPA e na LDO. Detalha as ações e recursos necessários para cada ano

- **PCA (Plano de Contratação Anual):**

É o instrumento de planejamento na administração pública que consolida todas as compras e contratações que um órgão pretende realizar no ano seguinte. Consolida todas as compras e contratações que um órgão pretende realizar no ano seguinte, entre eles, bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação

COMO ELABORAR NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.

Notas Explicativas:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e fornecem informações adicionais e detalhadas que complementam os dados apresentados nas demonstrações.

Objetivos e Importância:

As notas explicativas ajudam a tornar as demonstrações contábeis mais transparentes, revelando informações que não podem ser adequadamente apresentadas nos quadros das demonstrações financeiras.

Conteúdo das Notas Explicativas no Setor Público:

As notas explicativas no setor público devem incluir:

Informações Gerais: Identificação da entidade (nome, natureza jurídica, endereço), período a que se referem as demonstrações contábeis.

Descrição das principais políticas contábeis: reconhecimento de receitas e despesas, mensuração e apresentação dos elementos das demonstrações contábeis, critérios de avaliação de estoques, depreciação de bens.

Informações dos Elementos das Demonstrações Contábeis: detalhamento de saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, estoques, imobilizado, intangível, investimentos; detalhamento de obrigações fiscais, previdenciárias, dívida pública e provisões e outras

Normas e Legislação:

A elaboração das notas explicativas no setor público deve seguir as normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público (NBCASP), em especial a NBC T 16.10, que trata especificamente das notas explicativas. Além disso, é importante observar a legislação específica de cada ente da federação (União, estados, municípios) e as orientações dos órgãos de controle.

CONTABILIZAÇÃO DOS ATIVOS GARANTIDORES NO RPPS

Palestrante: Otoni Gonçalves Guimarães

São os recursos efetivamente aplicados para garantir o pagamento futuro dos benefícios previdenciários. Devem estar vinculados às reservas do plano e seguir as diretrizes da Portaria MPS nº 402/2008 (atualmente substituída por outras portarias, como a Portaria SPREV nº 464/2022).

a) Os ativos garantidores no cálculo atuarial:

Apuração do Passivo Atuarial:

- O atuário projeta os compromissos futuros com aposentadorias, pensões etc. (Reserva Matemática).

Levantamento do Ativo Garantidor:

- São considerados apenas os ativos líquidos vinculados ao RPPS, aplicados conforme a resolução do CMN (como a 4.963/2021).

- Ex.: aplicações financeiras, títulos públicos, fundos de investimento, imóveis vinculados.

Cálculo do Resultado Atuarial:

- Resultado Atuarial = Ativo Garantidor - Passivo Atuarial

Se o ativo for inferior ao passivo, há um déficit atuarial; se for maior, há superávit.

b) Contabilização dos ativos garantidores no RPPS

Os registros contábeis devem seguir o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP-RPPS):

O Palestrante alertou que ao levantar os valores do Ativo Garantidor, o Fundo de Oscilação (se houver) deve ficar de fora, pois o Fundo de Oscilação trata-se de um aporte e deve ser considerado como reserva.

PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE PÚBLICA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS À LUZ DAS IPSAS E SEUS EFEITOS NAS NBCTSP/EFEITOS DOS PADRÕES CONTÁBEIS INTERNACIONAIS NOS RPPS

Palestrante: Diana Vaz de Lima

Convergência da Contabilidade Pública aos Padrões Internacionais (IPSAS)

Com o objetivo de aumentar a transparência, comparabilidade e qualidade da informação contábil do setor público, o Brasil iniciou a convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais com base nas IPSAS (International Public Sector Accounting Standards) emitidas pela IFAC.

As NBCTSP (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público) estão sendo gradualmente atualizadas com base nas IPSAS.

Impactos nos RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social)

Os RPPS também devem seguir as NBCTSP, o que afeta o reconhecimento e mensuração das provisões previdenciárias (atuariais); Classificação e evidenciação dos ativos garantidores; Contabilização do resultado atuarial; Demonstrações Contábeis mais completas (inclusive com notas explicativas).

A convergência às IPSAS, por meio das NBCTSP, promove uma maior padronização, clareza e controle da contabilidade dos RPPS, alinhando o Brasil às melhores práticas internacionais e fortalecendo a governança dos regimes previdenciários.

IMPLANTAÇÃO DE CUSTOS NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E OS REFLEXOS PARA A GOVERNANÇA E A SOCIEDADE.

Objetivo:

Permitir que os gestores conheçam quanto custa produzir e manter serviços públicos, promovendo mais eficiência, controle e transparência.

Aspectos Relevantes:

- Custeio por atividade/processo: Permite saber o custo real de programas, ações e serviços (ex.: custo de um aluno na escola pública).

- Base para decisões estratégicas: Ajuda na alocação de recursos, definição de prioridades e eliminação de desperdícios.

- Integração com contabilidade patrimonial: Utiliza dados da contabilidade pública para gerar informações gerenciais.

Reflexos na Governança:

- Transparência: A sociedade passa a entender melhor como o dinheiro público é usado.

- Controle interno mais robusto: Facilita auditorias e avaliações de desempenho.

- Responsabilização: Melhora a tomada de decisão com base em dados reais.

Benefícios para a Sociedade:

- Mais eficiência na entrega de serviços públicos

- Redução de desperdícios e gastos desnecessários

- Melhor prestação de contas (accountability)

8.PROCURADOR

Procurador de autarquia previdenciária: aspectos relevantes de sua manutenção ou transferência para as procuradorias municipais”.

Os palestrantes, Dra. Magadar Rosalia Brigue e Majoly Aline dos Anjos Hardy debateram com muita propriedade a questão dos procuradores autárquicos e os efeitos da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental analisada pelo STF 1037 e demais decisões que vem sendo proferidas pelo Supremo Tribunal Federal sobre este tema.

8.1. Contexto da ADPF 1037

A **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 1037** foi proposta para questionar normas estaduais e municipais que criavam cargos de procuradores autárquicos ou equivalentes, investidos de atribuições de **representação judicial e consultoria jurídica** em autarquias e fundações, de forma paralela às Procuradorias-Gerais.

8.2. Fundamentos jurídicos da decisão

O STF firmou o entendimento de que:

- ✓ A centralização da advocacia pública garante **unidade institucional, uniformidade de atuação jurídica e eficiência administrativa**.
- ✓ A criação de carreiras paralelas compromete a função constitucional da Procuradoria e viola o modelo organizacional previsto na CF.
- ✓ Aplicação da **simetria constitucional**: ainda que o art. 132 mencione Estados e DF, o mesmo raciocínio se aplica aos Municípios.

8.3. Efeitos específicos sobre procuradores autárquicos municipais

- ✓ **Vedação** de atuação autônoma em juízo ou emissão de pareceres jurídicos vinculantes em nome do Município.
- ✓ Necessidade de **redistribuição de processos** e centralização na Procuradoria-Geral.
- ✓ Possibilidade de manutenção de atividades internas e assessoramento jurídico restrito ao âmbito administrativo da autarquia, desde que subordinado à orientação da Procuradoria.

8.4. Questões de transição e segurança jurídica

- ✓ O STF reconhece que a decisão deve respeitar **direitos adquiridos e garantias funcionais** dos atuais ocupantes.
- ✓ A jurisprudência menciona que não há direito adquirido a regime jurídico inconstitucional, mas deve haver cautela para evitar descontinuidade de serviços essenciais.
- ✓ Municípios terão de revisar suas leis, mas poderão implementar ajustes graduais, desde que observem a decisão de forma imediata para novas situações.

8.5. Considerações finais

A ADPF 1037 consolida a linha jurisprudencial do STF que já vinha sendo construída, reforçando:

- ✓ A exclusividade da advocacia pública de carreira para representação e consultoria jurídicas.
- ✓ A aplicação da simetria constitucional aos municípios.
- ✓ A necessidade de reestruturação de carreiras jurídicas municipais e autárquicas para se adequarem ao modelo constitucional.

OBSERVAÇÃO: Este compilado foi elaborado pelo Superintendente com base nos relatórios individuais elaborados por cada participante, mantendo a essência dos textos originais.

AGRADECEMOS A COLABORAÇÃO DE TODOS!!!

30/08/2025

ANEXO Nº 13



Aplicação Fundos/CDB

Cliente

Agência	65-5
Conta	75190-1 INSTITUTO CAP PLANO PREV

Aplicação no fundo	BB Previd RF Perfil FIC FIF
Documento	152.831
Valor	2.128.982,20
Data da aplicação	0
Prazo	1

Taxa Global: 0,20% (a.a)
Taxa de Distribuição: 0,12%

Assinada por	JH028816 EDNEIA RIDOLFI	20/10/2025 15:27:23
	JI611082 SERGIO VENICIO DRAGAO	20/10/2025 15:28:32

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: JI611082 SERGIO VENICIO DRAGAO.

☐ Visualizar Pix agrupados



Extrato conta corrente

G3342015233834791
20/10/2025 15:30:43

Cliente - Conta atual

Agência 65-5
Conta corrente 75190-1 INSTITUTO CAP PLANO PREV
Período do extrato Mês atual

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
18/09/2025		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
20/10/2025		0065	00065	870 Transferência recebida	550.065.000.002.800	2.128.982,20 C	
				20/10 12:45 PM SJBV CTA MOVIMENTO			
20/10/2025		0065	00065	130 Aplicação Fundo BB	152.831	2.128.982,20 D	
20/10/2025		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C
Saldo							0,00 C
Juros *							0,00
Data de Debito de Juros							31/10/2025
IOF *							0,00
Data de Debito de IOF							03/11/2025

*** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA ***

Transação efetuada com sucesso por: JI611082 SERGIO VENICIO DRAGAO.

ANEXO Nº 14



Relatório Macroeconômico

Outubro 2025

Eventos Relevantes de 2025

Janeiro

20/01 Posse de Donald Trump
29/01 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 100pbs
29/01 Manutenção de juros do Fed

Fevereiro

01/02 Eleição dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado (Brasil)
23/02 Eleições na Alemanha

Março

05/03 *National People's Congress* (NPC) dará início à 3ª sessão anual na China.
07/03 PIB do 4º Trimestre de 2024 (Brasil).
19/03 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 100pbs.
20/03 1º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil);
Aprovação do Orçamento de 2025 (Brasil);
Orçamento chinês para 2025;
Negociações salariais do Shunto japonês;
Prazo final para o projeto de lei de dotações nos EUA;
Reforma Ministerial (Brasil).

Abril

02/04 Entrega de estudos sobre comércio exterior pelo governo de Donald Trump (EUA).
15/04 Envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 para o Congresso e das Metas Primárias (Brasil).
Mudança no governo francês?

Maiο

07/05 Reunião do FOMC, manutenção dos juros em 4,5%. Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 50pbs.
20/05 2º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).
30/05 PIB do 1º Trimestre de 2025 (Brasil).

Junho

01/06 Eleição extraordinária do poder judiciário do México.
05/06 ECB encerra o ciclo de cortes de juros com taxa de 2,00% a/a.
18/06 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = alta da Selic para 15,00% a.a.

Julho

15/07 – 31/07 Recesso Parlamentar no Brasil.
21/07 3º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).
30/07 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = manutenção da Selic em 15,00% a.a.
30/07 FOMC manutenção dos juros em 4,5%.

Agosto

06/08 Início das tarifas de 50% sobre produtos brasileiros.
31/08 Envio do Orçamento 2026 para o Congresso.
Prazo limite para definir a extensão do Teto da Dívida - EUA.

Setembro

02/09 PIB do 2º Trimestre de 2025 (Brasil).
17/09 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = manutenção da Selic em 15,00% a.a.
17/09 FOMC. Expectativa = -25pbs.
23/09 4º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).

Outubro

26/10 Eleição legislativa da Argentina.
29/10 Decisão de juros FOMC. Expectativa = manutenção dos juros no intervalo entre 4,00% e 4,25%.

Novembro

05/11 Decisão de juros COPOM. Expectativa = manutenção da Selic em 15%.
25/11 5º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil);
Primeiro turno das eleições chilenas.

Dezembro

04/12 PIB do 3º Trimestre de 2025 (Brasil).
10/12 Decisão de juros COPOM. Expectativa = -50pbs.
10/12 Decisão de juros FOMC. Expectativa = -25bps.
10/12 Limite para aprovação do Orçamento 2026 (Brasil);
2ª quinzena Recesso Parlamentar (Brasil).
31/12 A Lei de Cortes de Impostos e Emprego de 2017 expira (prazo para acordo orçamentário) nos EUA.

Global: fim de ciclo de expansão econômica

Fim da fase de expansão econômica, com atividade nos EUA ainda resiliente, mas com mercado de trabalho esfriando e inflação pressionada por tarifas; a Área do Euro próxima de 1% de crescimento, sendo o melhor momento; e China já em moderação e deflação. Para emergentes, isso produz vetores mistos: (i) dólar mais fraco e a perspectiva de afrouxamento do Fed em 2025 são ventos favoráveis a moedas e juros locais; (ii) por outro lado, demanda externa mais fraca (China desacelerando) e fragmentação comercial pesam sobre exportações, preços de commodities e lucros. O balanço de riscos sugere que países com ancoragem fiscal e inflação em queda tendem a colher queda nos prêmios de risco e ter espaço para cortes de juros; já economias com fragilidades fiscais continuam vulneráveis a choques de fluxo e de termos de troca.

Estados Unidos: dilema da política monetária

No cenário de curto prazo segue a dicotomia de desaceleração do mercado de trabalho com atividade e inflação ainda resilientes. O desemprego subiu para 4,3% e a revisão anual da pesquisa do mercado de trabalho retirou 911 mil empregos do balanço até março, reduzindo a criação média de vagas para 74,5 mil/mês. Ainda assim, as revisões apontaram crescimento do PIB em 3,8% no 2º trimestre (variação trimestral anualizada), apoiado por consumo mais forte, e sustentando a expectativa de crescimento no 3º trimestre também robusto. Os sinais de alta frequência seguem mistos: PMIs em expansão, pedidos de seguro-desemprego perto de mínimas do ciclo, enquanto a pesquisa ADP registrou demissões líquidas em setembro (segundo mês consecutivo) e os dados de habitação dividida entre vendas de casas existentes fracas e um salto pontual em vendas de casas novas. Já a inflação acelerou entre junho e agosto (CPI e PCE em 0,4% m/m), com repasses de tarifas e aceleração da inflação de serviços; a tarifa efetiva (total arrecadado dividido pelo total importado) já supera 16%, significativamente maior que os 2% de tarifa no início do ano. Entre os riscos de curto prazo, um shutdown prolongado pode atrasar dados-chave e pesar sobre o crescimento.

Diante desse cenário, o mercado projeta dois cortes de juros no segundo semestre de 2025: a redução de 25 pontos-base feita em setembro, seguida por pausa em outubro; e novo corte de 25 pontos-base em dezembro.

Entre os riscos de curto prazo, a paralisação prolongada do governo (shutdown) pode atrasar a divulgação de dados-chave sobre a economia, como o relatório de emprego e do índice de preços ao consumidor (CPI), entre outros indicadores econômicos, além de elevar o desemprego e pesar sobre o crescimento do PIB. Desde 1980, ocorrerão 11 paralisações, incluindo a atual. Em média as paralisações não duraram mais que 5 dias, contudo a do final de 2018 e começo de 2019 durou 35 dias e afetou vários serviços públicos. Também, o tema tarifário permanece ativo, tarifas adicionais foram anunciadas para farmacêuticos, caminhões pesados, móveis, armários. E no tema imigração, uma nova taxa de US\$ 100 mil para o visto H-1B e parâmetros mais elevados de salário foram implementadas e devem ter impactos setoriais (tecnologia).

A avaliação institucional recomenda cautela. O dólar segue em trajetória de enfraquecimento frente às principais moedas, refletindo as incertezas ligadas à atuação da administração atual em múltiplas frentes: comercial, geopolítica, imigratória, fiscal e monetária.

Para monitorar: negociações sobre o teto da dívida pública (fim do shutdown), evolução da inflação (com foco na inflação de bens) e dos indicadores do mercado de trabalho e decisão monetária de outubro.

Gráfico 1: Composição da criação de emprego (em vagas)

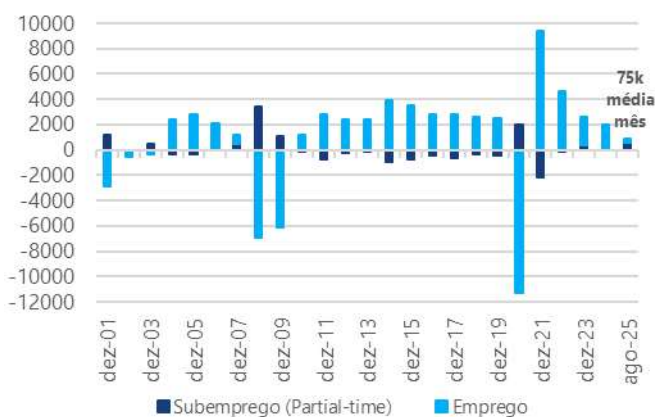


Gráfico 2: CPI Abertura (%)



Fontes: Bureau of Economic Analysis e U.S. Bureau of Labor Statistics. Elaboração: Área econômica do grupo da i9.

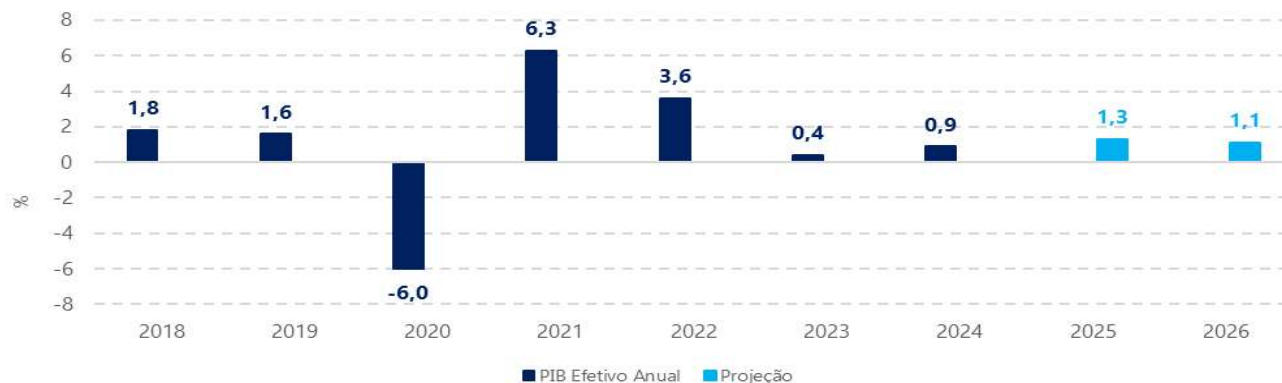
Zona do Euro: crescimento de volta a 1% no curto prazo

O Banco Central Europeu manteve a taxa de juros em 2%, reforçando na coletiva de imprensa a mensagem de que a política monetária está em “bom lugar” para equilibrar riscos de inflação e atividade. **Assim, o cenário aponta para estabilidade monetária no curto prazo, com a economia demonstrando maior resiliência frente às incertezas globais. Nesse sentido, é esperado o início do ciclo de flexibilização apenas no primeiro semestre de 2026.**

Além disso, a área do euro deve crescer em torno de 1%, aproximadamente o seu ritmo pré-pandemia, mas com uma composição distinta: Alemanha mais fraca, Espanha e outros países mais fortes. Recentemente, o crescimento da força de trabalho arrefeceu, enquanto a produtividade mostra sinais de avanço, indicando um modesto impulso cíclico à medida que a redução dos juros pelo BCE e o apoio fiscal alemão aliviam os entraves ao investimento em capital. É previsto que a maior execução dos recursos do NGEU (*NextGenerationEU*), as reformas, o aumento dos gastos com defesa, a adoção de inteligência artificial e a ainda elevada taxa de participação/fluxo migratório devam sustentar o crescimento econômico em torno de 1% até o fim de 2026.

O desafio estrutural, no entanto, é demográfico: mesmo em cenários de alta imigração, as projeções da Eurostat apontam para a redução da população em idade ativa, o que implica que a produtividade terá de assumir maior parte do ajuste para evitar uma perda de dinamismo após 2026. Em suma, o crescimento ao redor de 1% no curto prazo parece alcançável, mas a sua durabilidade dependerá da execução adequada das políticas e da elevação sustentada da produtividade.

Para monitorar: decisão do BCE em outubro e evolução da atividade.

Gráfico 3: PIB (a/a)

Fonte: Bloomberg. Elaboração: Área econômica do grupo da i9.

China: desaceleração econômica no 2º semestre

A China mantém a trajetória de moderação do crescimento econômico no segundo semestre. As exportações de agosto mantiveram o crescimento anual (destaque para as exportações para Europa, Japão e Ásia emergente). Mas, é projetado uma desaceleração do ritmo de crescimento devido à perda de tração externa e fragilidade doméstica. O gráfico de nowcast aponta para alta de 4,8% nos 3º e 4º trimestres (vs. 5,2% registrado no 2º trimestre). A deflação nos índices de preços ao consumidor (-0,4% a/a em agosto) e ao produtor (-2,9% a/a) permanece a principal preocupação de curto prazo: alivia custos de bens, mas reduz margens, comprime renda real e desincentiva investimento. **É estimado que a deflação pode reduzir o crescimento do PIB de 0,5% a 1,0% neste ano.** Do lado empresarial, os lucros industriais permanecem negativos a/a, porém melhor em relação ao início do verão (de -9% a/a em maio para -1,5% a/a em julho), sugerindo alguma recomposição de margens.

Mesmo assim, o PBoC (Banco Central Chinês) manteve as taxas de juros básicas (1 ano em 3,0% e 5 anos em 3,5%), priorizando apoio seletivo em vez de afrouxamento amplo. Exemplos: medidas de "*anti-involution*" (ordem na produção e menor competição predatória) procurando reverter a tendência de deflação e estímulos fiscais moderados, como a antecipação parcial da cota de títulos locais de 2026, para ativar o consumo. Essas medidas devem ajudar na manutenção do ritmo de crescimento ao redor de 5% em 2026.

Para monitorar: quarta plenária do Politburo de 20 a 23 de outubro, continuação da negociação comercial com os EUA, sinais de realocação de cadeias produtivas, novos anúncios de estímulos pelo governo e desempenho das exportações.

Gráfico 4: Nowcast do PIB



Fonte: CEIC. Elaboração: Área econômica do grupo da i9.

Brasil: autoridade monetária mantém tom duro

O Banco Central do Brasil (BCB) manteve a Selic em 15% a.a., consolidando o fim do ciclo de alta e adotando um tom duro: a atividade desacelera “como esperado”, os juros permanecerão elevados por um período prolongado e o Comitê está pronto para retomar o aperto, se necessário. Ao enquadrar a desaceleração como consistente com seu cenário-base, o Copom desestimula apostas em cortes iminentes. A política segue altamente contracionista: a taxa real ex-ante (Swap-DI de 1 ano menos a expectativa de inflação 12 meses à frente da pesquisa Focus) ao redor de 9,5% está muito acima do juro neutro estimado pelo BCB de 5%, favorecendo a desinflação.

Segundo a ata da decisão de juros e o Relatório de Política Monetária (RPM) publicados na última semana de setembro, os riscos de inflação permanecem elevados. As projeções ficaram praticamente inalteradas: IPCA em 4,8% (2025), 3,6% (2026), 3,4% (1º tri/2027), 3,2% (fim de 2027) e 3,1% (1º tri/2028). O BCB elevou o hiato do produto para 0,7% no 2º tri e 0,5% no 3º tri (compatível com inflação acima da meta) e projeta hiato negativo em 2027 (-0,5%), ajudando a convergência à meta de 3%. À frente, o Bacen projeta crescimento do PIB de 2,0% em 2025 (ante a estimativa anterior de 2,1%) e 1,5% em 2026; a combinação de desaceleração concentrada em setores menos cíclicos e mercado de trabalho ainda forte explica o hiato mais alto no curto prazo.

A desaceleração econômica já afeta setores mais sensíveis à política monetária (comércio varejista, indústria de transformação e materiais de construção civil) e deve se intensificar nos próximos meses, reforçando o processo desinflacionário. **Há a projeção de corte de 50 pontos-base em dezembro, levando a Selic a 14,5% e iniciando um ciclo gradual de flexibilização.**

No *front* fiscal, o governo elevou os bloqueios de despesas para R\$ 12,1 bi, realocando gastos discricionários para obrigatórios; não houve contingenciamento, com déficit primário projetado em R\$ 30,2 bilhões, piso do intervalo da meta. Contudo, aumenta a probabilidade de anúncio de contingenciamento na revisão de novembro, dada a determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) de que o governo deve perseguir o centro da meta de primário, e não o piso. Por fim, a tramitação da isenção de IR até R\$ 5 mil/mês, com compensação via alíquota de 10% sobre

rendimentos acima de R\$ 50 mil/mês, tende a ser neutra para os mercados se aprovada como proposta, por afastar o cenário de renúncia sem compensação.

Para monitorar: votação do projeto que isenta do IRPF quem recebe até R\$ 5mil/mês a partir de 2026 no Senado, pesquisa de opinião sobre a aprovação do governo e os dados de atividade econômica.

Gráfico 5: Indústria (variação 12 meses)

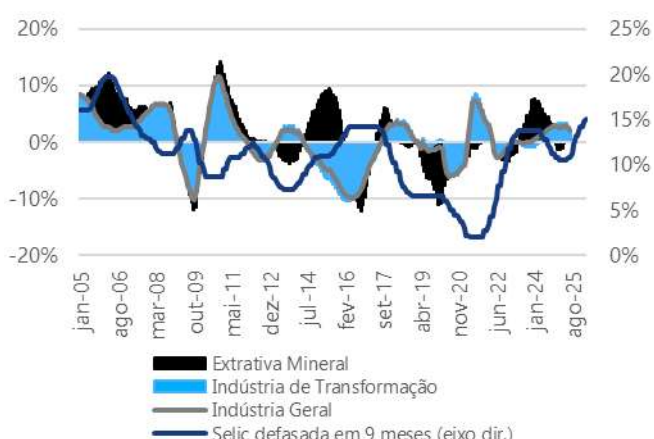


Gráfico 6: Projeção Construção Civil



Fonte: IBGE. Estimativa e Elaboração: Área econômica do grupo da i9.

América Latina

CHILE: o Banco Central do Chile (BCCH) manteve a taxa de juros em 4,75%, em decisão unânime, em linha com as expectativas. O comunicado destacou a incerteza externa, com foco nas medidas tarifárias dos EUA levando a mudanças nos fluxos comerciais. Além disso, indicou que o risco de maior persistência da inflação torna necessário reunir mais informações antes de avançar com o processo de redução da taxa de juros, já que, apesar da inflação cheia continuar diminuindo, o núcleo está acima do esperado. Por fim, a atividade doméstica segue alinhada ao IPoM (Relatório de Política Monetária), que em setembro destaca os impulsos do investimento e consumo privado. **Assim, devido a persistência da inflação acima da meta, é projetada a manutenção da taxa de juros em 4,75% na reunião de 28 de outubro.**

COLÔMBIA: o Banco Central (Banrep) manteve a taxa de juros em 9,25%, com quatro votos a favor, dois por corte de 50bps e um por 25bps. A decisão refletiu a alta da inflação em agosto, que passou de 4,9% a/a para 5,1% a/a, sendo segundo aumento seguido do indicador. Além disso, as expectativas de inflação vêm aumentando e agora estão 5% e 4% para 2025 e 2026 respectivamente, algo que deve preocupar o Banrep. Por fim, a economia cresceu 2,5% no segundo trimestre refletindo o bom dinamismo da demanda interna. **Assim, espera-se que a inflação mais intensa e a atividade resiliente farão com que o Banco Central mantenha a taxa de juros inalterada na reunião de 31 de outubro.**

MÉXICO: o Banco Central (Banxico) reduziu a taxa de juros em 25bps para 7,50%, em linha com as expectativas e com quatro votos a favor e um contra (um membro votou a favor da manutenção). O comunicado indicou que a decisão refletiu a combinação de apreciação do câmbio, a atividade econômica mais fraca no início do terceiro

trimestre e os possíveis impactos das mudanças em políticas econômicas globais. Além disso, foram apresentadas no comunicado as projeções de inflação até o terceiro trimestre de 2027, em que houve uma revisão para baixo da inflação cheia para o fim de 2025, alcançando 3,6% a/a (ante 3,8% a/a), e uma revisão para cima da inflação subjacente (4,0% a/a, ante 3,7% a/a). **Entretanto, a desaceleração da inflação cheia e da atividade econômica, abrem espaço para mais um corte de 25bps na reunião de 6 de novembro.**

Tabela 1: Indicadores Financeiros (setembro de 2025)

ÍNDICES	MÊS	ANO	12 M	24 M	36 M	48 M	60 M
CDI	1,22%	10,35%	13,30%	25,82%	42,74%	58,29%	63,02%
IMA-S	1,24%	10,54%	13,52%	26,29%	43,59%	59,93%	65,08%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	1,19%	12,21%	14,10%	30,65%	47,42%	66,52%	77,45%
IMA-B	0,54%	9,42%	5,89%	11,83%	24,18%	33,18%	39,45%
IRF-M	1,26%	14,36%	12,11%	21,58%	38,08%	49,14%	47,63%
DÓLAR	-1,99%	-14,11%	-2,38%	6,21%	-1,63%	-2,22%	-5,71%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	3,40%	21,58%	10,94%	25,46%	32,90%	31,77%	54,58%
MSCI WORLD (AÇÕES GLOBAIS)	1,04%	-0,24%	12,93%	60,32%	78,11%	40,06%	71,54%
NASDAQ (AÇÕES EUA COM FOCO EM TECNOLOGIA)	3,52%	0,79%	21,62%	82,06%	110,78%	53,35%	91,32%
S&P 500	1,48%	-2,33%	13,31%	65,67%	83,50%	51,82%	87,53%
MSCI WORLD (Moeda original)	3,09%	16,15%	15,68%	50,94%	81,06%	43,24%	81,93%
NASDAQ (Moeda original)	5,61%	17,34%	24,58%	71,42%	114,27%	56,83%	102,91%
S&P 500 (Moeda original)	3,53%	13,72%	16,07%	55,98%	86,54%	55,27%	98,88%

Fonte: Quantum. Elaboração: Backoffice i9.

DISCLAIMER

A presente Nota Macroeconômica ("Nota") foi elaborada pelo economista-chefe da i9 Advisory e não se configura como um relatório de análise para fins de Resolução CVM nº 20, de 25 de fevereiro de 2021. Neste sentido, a Nota reflete única e exclusivamente as opiniões do economista-chefe em relação ao conteúdo apresentado.

O objetivo meramente informativo da Nota não deverá ser interpretado como uma oferta ou solicitação de oferta para aquisição de valores mobiliários ou a venda de qualquer instrumento financeiro. Este material não leva em consideração os objetivos, planejamento estratégico, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor em particular.

Destacamos que as informações contidas na Nota foram obtidas por meio de fontes públicas consideradas seguras e confiáveis na data em que o material foi divulgado. Entretanto, apesar da diligência na obtenção das informações apresentadas, as projeções e estimativas contidas na Nota não devem ser interpretadas como garantia de performance futura pois estão sujeitas a riscos e incertezas que podem ou não se concretizar. Neste sentido, não apresentamos nenhuma garantia acerca da confiabilidade, exatidão, integridade ou completude (expressas ou não) dessas mesmas informações abordadas.

A i9 Advisory não se obriga em publicar qualquer revisão ou atualizar referidas projeções e estimativas frente a eventos ou circunstâncias que venham a ocorrer após a data deste documento. Ademais, ao acessar o presente material, o interessado compreende dos riscos relativos ao cenário macroeconômico abordado nesta Nota.

Por último, a i9 Advisory e/ou qualquer outra empresa de seu grupo econômico não se responsabiliza por qualquer decisão do investidor que forem tomados com base nas informações aqui divulgadas, nem por ato praticado por profissionais por ele consultados e tampouco pela publicação acidental de informações incorretas. A i9Advisory informa que potenciais investidores devem buscar aconselhamento financeiro profissional sobre a adequação do investimento em valores mobiliários ou outros investimentos e estratégias discutidas

ANEXO Nº 15

RELATÓRIO

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

DO SÃO JOÃO PREV

setembro/2025

INTRODUÇÃO

O Relatório tem por finalidade apresentar as atividades tramitadas na área administrativa e demonstrar a evolução patrimonial dos recursos financeiros do Instituto de Previdência no mês, em consonância com a legislação em vigor, a transparência da gestão, atendendo a Política de Investimentos - Manual Pró-Gestão. Também busca informar os dados sobre números de servidores ativos e inativos, quantitativos e qualitativos da Carteira de Investimentos, detalhando os ativos financeiros que a compõem.

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

O Instituto de Previdência de São João da Boa Vista concedeu 03 (três) aposentadorias e 02 (duas) pensões, no mês de setembro.

Os processos de concessão de benefícios previdenciários foram analisados pela Diretoria Benefícios e pelo Diretor Jurídico, garantindo assim que os mesmos atendam aos requisitos legais estabelecidos para sua concessão e pagamento. Todos os processos de concessão de benefícios foram analisados e aprovados pelos membros do Conselho de Administração e as respectivas Portarias publicadas em Jornal Oficial do Município.

CANAIS DE ATENDIMENTO DO SÃO JOÃO PREV

O Instituto de Previdência Municipal utiliza dos meios eletrônicos e telefônicos para o atendimento a distância, além do atendimento presencial ao público em geral, sejam beneficiários, fornecedores, instituições financeiras e demais públicos.

Uma série de procedimentos e ações foram implementadas para reduzir a necessidade de atendimentos presenciais na sede da instituição.

Para agilizar o atendimento ao servidor ativo, foi implementado o agendamento prévio. Nesse procedimento o servidor procura o IPSJBV para averbação do tempo de contribuição, assim como para contagem de tempo para a aposentadoria, além dos casos do pedido de aposentadoria. No mês de setembro a Diretoria de Benefícios realizou 25 atendimentos neste segmento.

O atendimento via telefone, WhatsApp, e-mail e ouvidoria, busca preservar os aposentados e pensionistas, para um atendimento e retorno imediato. Assim como, nas solicitações de carta margem para consignação de empréstimo junto as instituições financeiras, tendo ocorrido 65 emissões de carta no mês.

O Recadastramento é realizado presencialmente pelo servidor aposentado na sede do Instituto de Previdência, ou através de procuração, quando o aposentado é de outra localidade ou impossibilitado de se locomover.

Para garantir a participação e a qualidade dos serviços (em observância aos princípios constitucionais), o São João Prev oferece a sua Ouvidoria. Este canal permite que segurados e servidores apresentem reclamações, críticas, elogios, sugestões e pedidos de informação, contribuindo para o aperfeiçoamento institucional e a transparência. A identificação é opcional, com sigilo assegurado.

SERVIDORES

Quadro com total de servidores ativos e inativos por plano Financeiro e Previdenciário e por entes: Prefeitura Municipal, UNIFAE, Câmara Municipal e IPSJBV no mês de setembro.

QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS EM 30/09/2025

PLANO FINANCEIRO					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	453	3	26	0	482
PENSIONISTAS	100	3	5	0	108
TOTAL - INATIVOS	553	6	31	0	590
ATIVOS	927	2	104	5	1.038
PLANO PREVIDENCIÁRIO					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	470	1	37	0	508
PENSIONISTAS	104	0	6	0	110
TOTAL - INATIVOS	574	1	43	0	618
ATIVOS	1.051	7	164	4	1.226
TOTAL GERAL - PLANOS FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	923	4	63	0	990
PENSIONISTAS	204	3	11	0	218
TOTAL - INATIVOS	1.127	7	74	0	1.208
ATIVOS	1.978	9	268	9	2.264

CONFRONTO ENTRE RECEITAS E DESPESAS MENSAL

1 – Plano Financeiro

As contribuições previdenciárias (patronal e servidor) do Plano Financeiro, foram repassadas ao Instituto de Previdência de forma, sem nenhum registro de inadimplência pelas entidades: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, Centro Universitário - UNIFAE e Câmara Municipal.

A Lei Municipal 4.574, de 05 de novembro de 2019, estabelece o plano de amortização do déficit financeiro do Plano Financeiro municipal, determinando repasses mensais para essa finalidade.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 5.531, de 16 de setembro de 2025, foi estabelecida nova data corte para os Planos Financeiro e Previdenciário do Instituto de Previdência. Assim, os servidores admitidos e aposentados até 31/12/2015, serão do plano em repartição simples (Plano Financeiro), enquanto os admitidos e aposentados a partir de 01/01/2016, pertencerão ao plano capitalizado (Previdenciário).

O quadro abaixo demonstra as receitas orçamentárias arrecadas e despesas orçamentárias ocorridas com a nova segregação de massas, realizada no mês de setembro, conforme determinado em lei.

RECEITA - PLANO FINANCEIRO - 09/2025							
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	PARCELAMENTO	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
PREFEITURA	73.784,30	1.260.878,30	68.378,93	204.775,34	0,00	-2.143.629,58	1.607.816,87
UNIAE	21.406,71	275.358,44	0,00	15.575,42	0,00	-60.035,83	312.340,57
CÂMARA	4.004,24	9.174,14	0,00	2.027,36	0,00	-38.418,42	15.205,74
INSTITUTO	0,00	5.313,32	0,00	0,00	0,00	0,00	5.313,32
TOTAL	99.195,25	1.550.724,20	68.378,93	222.378,12	0,00	-2.242.083,83	1.940.676,50

DESPESA - PLANO FINANCEIRO - 09/2025						
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS	RPVs	TOTAL
PREFEITURA	3.175.122,50	411.594,03	131.652,85	33.077,07	0,00	3.751.446,45
UNIAE	292.844,15	53.838,51	25.693,74	0,00	0,00	372.376,40
CÂMARA	53.073,98	0,00	550,18	0,00	0,00	53.624,16
TOTAL	3.521.040,63	465.432,54	157.896,77	33.077,07	0,00	4.177.447,01

A Lei supramencionada permitiu também a reversão da reserva vinculada à taxa de administração para os entes municipais que contribuíram para sua formação financeira. Em decorrência disso, a insuficiência financeira apurada no

mês de setembro junto à Prefeitura, UNIFAE e Câmara foi repassada por meio da taxa de administração. Esse remanejamento de recursos será realizado até a total liquidação do montante correspondente para cada entidade, conforme detalhado no quadro a seguir.

A tabela abaixo demonstra a parte correspondente para cada ente, deduzindo os valores utilizados no mês.

RESERVA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO UTILIZADA ATÉ 30/09/2025			
ENTE	SALDO INICIAL	set/25	SALDO FINAL
PREFEITURA	9.607.231,12	-2.143.629,58	7.463.601,54
UNIFAE	2.279.829,15	-60.035,83	2.219.793,32
CÂMARA	55.017,45	-38.418,42	16.599,03
IPSJBV	57.922,28	0,00	57.922,28
TOTAL	12.000.000,00	-2.242.083,83	9.757.916,17

2 – Plano Previdenciário

As contribuições previdenciárias (patronal e servidor) do Plano Previdenciário, foram regularmente repassadas ao Instituto de Previdência, sem qualquer registro de inadimplência por parte das entidades Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, Centro Universitário - UNIFAE e Câmara Municipal.

Apresentam-se a seguir os dados referentes às receitas orçamentárias arrecadadas e às despesas orçamentárias realizadas no mês de setembro, do plano em regime de capitalização.

RECEITA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - 09/2025						
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
PREFEITURA	93.502,50	1.775.427,24	1.364,12	223.445,14	-2.182.723,95	2.093.739,00
UNIFAE	8.265,07	533.562,41	0,00	15.160,66	0,00	556.988,14
CÂMARA	2.443,57	12.455,51	0,00	4.912,93	-15.158,85	19.812,01
INSTITUTO	0,00	9.040,38	0,00	0,00	0,00	9.040,38
TOTAL	104.211,14	2.330.485,54	1.364,12	243.518,73	-2.197.882,80	2.679.579,53

DESPESA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - 09/2025						
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS	RPVs	TOTAL
PREFEITURA	3.616.480,52	485.675,64	174.306,79	0,00	0,00	4.276.462,95
UNIFAE	250.668,89	41.581,41	46.911,75	0,00	0,00	339.162,05
CÂMARA	33.768,90	0,00	1.201,96	0,00	0,00	34.970,86
TOTAL	3.900.918,31	527.257,05	222.420,50	0,00	0,00	4.650.595,86

No Plano Previdenciário, quando a insuficiência financeira é identificada, o Instituto de Previdência mantém as informações em acervo digital, para posterior envio de notificações oficiais para cobrança dos entes. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal justificam que, o não repasse segue amparado no *caput* do art. 15, da Lei Complementar nº 4.574, de 05 de novembro de 2019 (lei de custeio em vigor).

Até o momento constata-se superávit no Plano Previdenciário da UNIFAE. Tal resultado decorre do volume de arrecadação das contribuições dos servidores ativos, quando comparado ao montante destinado ao pagamento de aposentados e pensionistas.

Em relação à esta questão, por recomendação do TCE/SP na análise das contas do exercício de 2021 foi encaminhado um estudo de anteprojeto de lei ao Executivo e que tramitou no Legislativo para adequar este dispositivo (art. 15) da lei de custeio ao estabelecido tanto nas normas federais, quanto na Constituição Federal que regulamentam a matéria.

Porém, o Legislativo na ocasião, negou seguimento ao debate e tramitação do projeto por sua Comissão de Redação e Justiça sob justificativa simplista de que deveria ser devolvido ao Executivo para reestudo.

A atual gestão de 2025 está dedicada a buscar soluções para a questão atuarial. Por meio de estudos técnicos e do diálogo com o Poder Executivo, a meta é encontrar um caminho que esteja em conformidade com a legislação em vigor e, ao mesmo tempo, atenda aos entendimentos dos órgãos fiscalizadores, promovendo a melhor adequação da situação financeira do São João Prev.

3 –Taxa de Administração

A Lei Complementar nº 4.574, de 5 de novembro de 2019, com suas alterações, definiu o percentual e o método para cálculo da Taxa de Administração, determinando que mensalmente os Planos Financeiro e Previdenciário repassem o valor apurado, individualmente contabilizado, para custear as despesas correntes e de capital necessárias ao funcionamento do IPSJBV.

Conforme a Portaria nº 19.451, de 18 de agosto de 2020, os percentuais variam de acordo com o porte do RPPS, segundo o Indicador de Situação Previdenciária (ISP): 2% para estados/DF, 2,4% para municípios de grande porte, 3% para municípios de médio porte e 3,6% para municípios de pequeno porte.

A portaria autoriza um acréscimo de 20% sobre esses percentuais para cobrir despesas exclusivas com a certificação institucional no Pró-Gestão RPPS e a certificação profissional de dirigentes e conselheiros.

A Lei Complementar nº 5.008, de 4 de maio de 2022, fixou o percentual de 3%, que, somado ao acréscimo do Pró-Gestão, resulta em 3,6% repassados

pelos planos como receita para custear as despesas gerais da Taxa de Administração do São João Prev.

Os recursos da Taxa de Administração, provenientes dos planos Financeiro e Previdenciário, são destinados à manutenção do Instituto de Previdência, incluindo folha de pagamento dos servidores, manutenção predial e veicular, consumo de água, esgoto e energia elétrica, serviços contratados, mão de obra especializada, aquisição de materiais de escritório, produtos de limpeza e demais despesas correlatas.

Nos quadros abaixo, segue demonstrados os valores para os repasses durante o exercício de 2025, montante aportado no mês de setembro como Receita da Taxa de Administração, bem como, as referidas despesas ocorridas no mês.

A sobra do mês incorpora-se ao Patrimônio investido e capitalizado do Instituto de Previdência.

RECEITA - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		
PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
157.896,77	222.420,50	380.317,27

DESPESA - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - 09/2025	
DESCRIÇÃO	VALOR
FOLHA ATIVOS INSTITUTO	90.063,07
CONTRIBUIÇÕES IPSJBV / RGPS	11.788,54
MATERIAL DE CONSUMO	4.199,16
PASSAGENS, DESPESAS COM LOCOMOÇÃO E DIÁRIAS	63,15
CONSULTORIA	0,00
SERVIÇO PESSOA FÍSICA	6.132,34
SERVIÇO PESSOA JURÍDICA	23.090,18
SERVIÇO TI	1.361,21
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PASEP / TAXA ILUMINAÇÃO	19.849,75
SENTENÇAS JUDICIAIS-INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES	1.200,00
EQUIPAMENTO PERMANENTE	0,00
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS - RETENÇÕES PAGAS	32.137,69
TOTAL	189.885,09

CONFRONTO ENTRE RECEITAS E DESPESAS DE JANEIRO À SETEMBRO DE 2025.

1 – Plano Financeiro

RECEITA - PLANO FINANCEIRO - de 01 até 09/2025							
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	TX. ADM. UTILIZADA	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
PREFEITURA	884.660,00	11.277.884,99	320.208,76	7.121.842,56	2.143.629,58	30.119.607,88	51.867.833,77
UNIFAE	135.568,62	2.272.449,49	12.985,79	635.193,98	60.035,83	894.295,10	4.010.528,81
CÂMARA	26.085,65	55.212,73	0,00	50.486,56	38.418,42	330.907,39	501.110,75
INSTITUTO	0,00	58.148,76	0,00	0,00	0,00	0,00	58.148,76
TOTAL	1.046.314,27	13.663.695,97	333.194,55	7.807.523,10	2.242.083,83	31.344.810,37	56.437.622,09

DESPESA - PLANO FINANCEIRO - de 01 até 09/2025						
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS	RPVs	TOTAL
PREFEITURA	44.869.242,99	5.312.804,07	1.184.875,65	264.616,56	236.294,50	51.867.833,77
UNIFAE	2.994.719,34	686.584,15	231.243,66	0,00	0,00	3.912.547,15
CÂMARA	303.600,11	192.559,02	4.951,62	0,00	0,00	501.110,75
TOTAL	48.167.562,44	6.191.947,24	1.421.070,93	264.616,56	236.294,50	56.281.491,67

Conforme descrito no tópico anterior e evidenciado no quadro apresentado, a Prefeitura Municipal, a UNIFAE e a Câmara Municipal utilizaram recursos provenientes do excedente da taxa de administração para suprir a insuficiência financeira apurada no mês de setembro no âmbito do Plano Financeiro. Tal procedimento está em conformidade com as disposições estabelecidas pela Lei Complementar nº 5.531/2025, que regula a utilização desses recursos para garantir o equilíbrio financeiro do Plano.

2 – Plano Previdenciário

RECEITA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - de 01 até 09/2025						
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
PREFEITURA	310.890,44	15.529.842,93	56.498,42	2.036.405,23	-3.131.932,51	17.933.637,02
UNFAE	71.086,57	4.332.492,63	0,00	135.065,56	0,00	4.538.644,76
CÂMARA	15.585,98	116.252,79	0,00	43.769,03	-98.256,93	175.607,80
INSTITUTO	0,00	80.225,26	0,00	0,00	0,00	80.225,26
TOTAL	397.562,99	20.058.813,61	56.498,42	2.215.239,82	-3.230.189,44	22.728.114,84

DESPESA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - de 01 até 09/2025						
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS	RPVs	TOTAL
PREFEITURA	17.176.177,01	3.012.167,61	1.568.761,11	0,00	0,00	21.757.105,73
UNFAE	1.705.119,79	175.549,68	422.205,75	0,00	0,00	2.302.875,22
CÂMARA	287.482,81	0,00	10.817,64	0,00	0,00	298.300,45
TOTAL	19.168.779,61	3.187.717,29	2.001.784,50	0,00	0,00	24.358.281,40

Importante registrar que, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 5.531, de 16 de setembro de 2025, a Prefeitura Municipal efetuará o repasse, a título de aporte, do valor equivalente ao imposto de renda até o dia 20 do mês subsequente, pelo período de cinco anos. Para a competência de setembro de 2025, o aporte está estimado em R\$ 2.135.595,22. Essa medida visa garantir a capitalização contínua e sustentável do Plano Previdenciário, em atendimento às exigências legais estabelecidas.

3 –Taxa de Administração

RECEITA - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - de 01 até 09/2025		
PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
1.421.070,93	2.001.784,50	3.422.855,43

DESPESA - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - de 01 até 09/2025	
DESCRIÇÃO	VALOR
FOLHA ATIVOS INSTITUTO	933.586,58
CONTRIBUIÇÕES IPSJBV / RGPS	109.245,69
MATERIAL DE CONSUMO	21.807,64
PASSAGENS, DESPESAS COM LOCOMOÇÃO E DIÁRIAS	6.802,40
CONSULTORIA	51.100,00
SERVIÇO PESSOA FÍSICA	51.547,81
SERVIÇO PESSOA JURÍDICA	238.565,51
SERVIÇO TI	11.998,05
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PASEP / TAXA ILUMINAÇÃO	194.673,44
SENTENÇAS JUDICIAIS-INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES	10.176,98
EQUIPAMENTO PERMANENTE	4.446,00
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS - RETENÇÕES PAGAS	307.283,51
TOTAL	1.941.233,61

Em relação à taxa de administração, informa-se que, da reserva acumulada de aproximadamente R\$ 14 milhões, a parcela de R\$ 12 milhões foi distribuída proporcionalmente entre a Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal e a UNIFAE para utilização, em conformidade com a nova lei de segregação de massas.

No mês em questão, foi utilizado o montante de R\$ 2.242.083,83, distribuído da seguinte forma:

ENTE	SETEMBRO/2025
PREFEITURA	-2.143.629,58
UNIFAE	-60.035,83
CÂMARA	-38.418,42
TOTAL	-2.242.083,83

SUPERINTENDÊNCIA

1 - Investimentos

Com o objetivo de promover a transparência, apresentamos as atividades e decisões do Comitê de Investimento.

Segue um breve relato da 16ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, ocorrida no dia 09/09/2025:

- Acompanhamento dos Investimentos - Em agosto a carteira do Instituto obteve um rendimento positivo de R\$ 1.984.975,70; com patrimônio de R\$ 238.900.782,55. Houve uma redução do patrimônio devido ao resgate de R\$ 4.265.161,53 do Fundo de Oscilação de Risco para pagamento de benefícios da parte correspondente à Prefeitura Municipal, com o compromisso da reposição em até 30 dias, conforme disposto em lei.

Os ativos de setembro, demonstraram uma rentabilidade positiva de R\$ 314.190,50, com um Patrimônio de R\$ 244.306.973,82, até a data da reunião.

- Movimentação dos Investimentos - Decisão de resgate total do fundo BRADESCO FIA IBOVESPA PLUS (37 cotistas e patrimônio reduzido de R\$ 106.612.676,07) devido à volatilidade do mercado. Realocando os recursos no fundo BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI, com melhor desempenho, liquidez D+0 e 739 cotistas.

- Sugestão de compra futura de aproximadamente R\$ 10 milhões em NTN-F para 2027, a ser discutida nas próximas reuniões.

- Análise da Carteira – O Conselho Fiscal abordou na ata do dia 31/07/2025 o fundo ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS, com deságio acumulado próximo a R\$ 4,2 milhões. O Comitê tomou ciência e decidiu aguardar a análise das

contas de 2024 pelo Tribunal de Contas, para tomada de decisão sobre o fundo em questão.

- Materiais para Análise do Comitê:
- Convite do distribuidor O PATRIARCA para visita às gestoras MOS CAPITAL, DAYCOVAL ASSET e PRÓPRIO CAPITAL, os membros deliberaram para retomar as visitas no próximo exercício.
- Avaliação das taxas das Letras Financeiras e CDBs ofertadas pelo Banco Mercantil, o Comitê decidiu pelo não aporte recursos.
- Material sobre fundo ITAÚ KINEA CRÉDITO PRIVADO, o fundo possui pouco tempo de existência e há cobrança de taxa performance. Comitê decidiu não seguir com o credenciamento.
- Carta macroeconômica da Genial Investimentos compartilhada, subsidiando as decisões com cenários domésticos e externos atualizados.
- Credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos - Os processos de credenciamento dos gestores, custodiante, administradores e distribuidores: ITAÚ UNIBANCO ASSET MANAGEMENT, Banco J Safra, Banco Safra, Safra Serviços de Administração Fiduciária, Okus Capital, Empire Capital, e fundo ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA, foram devidamente analisados e homologados pelo Comitê de Investimentos, além de terem passado pela análise e aprovação do Conselho Administrativo. Estando vigentes pelo período de dois anos.

A seguir um breve relato da 17ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, ocorrida no dia 29/09/2025:

- Apresentou-se o relatório de performance da carteira em setembro e em consulta a plataforma Atlas, confirmou-se um retorno consolidado de R\$ 1.393.771,01 e patrimônio de R\$ 245.386.554,33.
- Houve a recomendação para compra de títulos públicos NTN-F com vencimentos em 2031 (R\$ 6 milhões) e 2033 (R\$ 5 milhões), fundos estes para resgate dos fundos BB PREV PERFIL e BRADESCO DI PREMIUM. O Comitê adiou a decisão para futuras reuniões, aguardando atualização dos valores da folha (com a nova segregação), o aporte da Prefeitura, o atestado de compatibilidade atuarial e parecer da consultoria.
- Foram encaminhados para o Comitê o relatório macroeconômico de setembro (LDB) e a análise econômica da BTG Pactual para avaliação.
- O Comitê analisou e aprovou por unanimidade o Relatório Administrativo/Financeiro de agosto. O parecer seguiu anexado à ata.
- A Diretora recebeu e compartilhou um e-book da LEMA Consultoria sobre o uso do ChatGPT no Comitê, que sugere a aplicação da inteligência artificial para melhorar a elaboração de pareceres, atas e análises, aumentando a produtividade e a qualidade dos documentos.

2– Demais assuntos administrativos

Arrecadação proveniente da Compensação Previdenciária entre Regimes (COMPREV) - O Superintendente comunicou aos Conselhos Administrativo, Fiscal e ao Comitê de Investimentos que o São João Prev recebeu o montante de R\$ 465.896,85 referente ao repasse da COMPREV. Desse total, R\$ 222.378,12 correspondem ao Plano Financeiro, enquanto R\$ 243.518,73 referem-se ao Plano Previdenciário.

Certificação dos Membros do Conselho Fiscal – O Superintendente informou ao colegiado que os membros Fabrício Everton Mariano da Silva Aldighieri, Rosinea de Fátima F. Valentim Gomes e Sônia Kátia da Silva Ozório Sabia realizaram e foram aprovados na prova de certificação pela plataforma TOTUM.

Essa certificação representa um importante marco para o São João Prev, pois assegura que os conselheiros possuem o conhecimento técnico e a qualificação necessária para desempenhar suas funções com excelência e rigor. O cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo MPS fortalece a governança institucional, aumenta a transparência e contribui para a correta fiscalização das atividades do Instituto, elevando a confiança dos participantes e demais interessados.

Ressalta-se que ainda há membros do Conselho Fiscal e do Conselho Administrativo que precisam se certificar, sendo o prazo final para a conclusão em 31/10/2025. Cumprir esse prazo é fundamental para garantir a plena conformidade do Conselho com as exigências legais e manter a qualidade técnica e a governança do Instituto.

Desta forma, o grupo de colegiados estarão plenamente habilitados para atuar com maior segurança, responsabilidade e profissionalismo, garantindo o alinhamento às melhores práticas de gestão pública e previdenciária.

Sistema para Consignados e Convênios – Nas reuniões com os membros dos colegiados, o Superintendente informou que a implantação do software CONSIGNET está em andamento no IPSJBV. Citando que a empresa estabeleceu contato com os bancos credenciados com o São João Prev e está realizando a parametrização do layout com a FourInfo, empresa contratada na concessão do software da folha de pagamento. Esta etapa é fundamental para garantir a integração eficiente entre os sistemas, assegurando o correto gerenciamento da margem consignável e dos descontos facultativos em folha. O

projeto avança conforme o planejado, visando a modernização e maior segurança nos processos internos.

Piso do Magistério aos Professores Paritários – Durante as reuniões ordinárias, o Superintendente apresentou aos Conselhos e ao Comitê a demanda encaminhada pelo Sindicato Municipal, que solicitou a aplicação da decisão judicial movido pelo Sindicato a favor dos professores da ativa, visando estender aos aposentados paritários. Garantindo ao professor aposentado o pagamento dos reflexos do Piso Nacional do Magistério referente ao período de janeiro a setembro de 2023, ou seja, nove meses.

A Diretoria jurídica do Instituto analisou o caso e emitiu parecer favorável ao pagamento desses reflexos aos professores aposentados paritários, reconhecendo o direito garantido pela sentença judicial e a necessidade de cumprir a decisão para assegurar justiça e equidade aos beneficiários.

Considerando o impacto financeiro dessa obrigação, foi realizado o levantamento dos segurados abrangidos pela decisão, bem como para apurar os valores individuais e o montante total distribuído pelos planos (Financeiro e previdenciário). Essa medida é essencial para garantir o correto dimensionamento dos recursos necessários e organizar a execução financeira.

Importante destacar que, para os servidores vinculados ao Plano Financeiro, o repasse dos valores dependerá da transferência de recursos da Prefeitura, o que reforça a necessidade dessa apuração prévia para viabilizar os desembolsos de forma adequada e transparente.

Utilização do Fundo de Oscilação de Risco - Em 29 de agosto de 2025, o Superintendente recebeu o ofício nº 48/2025, encaminhado pelo Prefeito Municipal. O documento solicitava a utilização do Fundo de Oscilação de Risco para custear a insuficiência financeira apurada para repasse do Executivo, a qual seria destinada ao pagamento dos aposentados e pensionistas da competência

de agosto do Plano Financeiro. Justificando que devido à indisponibilidade financeira, a Prefeitura não dispunha de recursos para realizar o repasse no valor de R\$ 4.265.161,53.

Vale ressaltar que a criação do Fundo de Oscilação de Risco tem exatamente esse propósito: garantir o pagamento ininterrupto dos benefícios em situações emergenciais. No entanto, o ente municipal que fizer uso do recurso, deve impreterivelmente devolvê-lo no prazo máximo de trinta dias corridos, conforme a legislação vigente.

Cumprindo essa determinação, a Prefeitura realizou a devolução da quantia utilizada para os cofres do Instituto em 29 de setembro de 2025, recompondo assim o saldo do Fundo de Oscilação de Risco.

Projetos de Lei para Reajuste de Gratificação – O Superintendente informou aos membros do Comitê sobre o envio do Projeto de Lei Complementar nº 104/2025 ao Legislativo, que propunha o reajuste dos valores referentes ao jeton do Agente de Contratações Públicas e sua Equipe de Apoio. Além disso, o projeto contemplou a revisão das gratificações atribuídas ao Gestor e ao Fiscal de Contratos. Essa iniciativa visa adequar as remunerações às demandas atuais do Instituto, valorizando os profissionais envolvidos e reforçando a eficiência na gestão e fiscalização dos contratos públicos.

Projeto de Lei para a Prova de Vida – Outra iniciativa da diretoria no mês, foi o encaminhamento do Projeto de Lei Complementar nº 106/2025 relacionado à prova de vida para os beneficiários da previdência pública. Que visa introduzir a prova de vida on-line por meio do reconhecimento facial, o projeto busca garantir mais agilidade, segurança e comodidade aos segurados, especialmente àqueles que têm familiaridade com tecnologias digitais. Essa inovação permitirá a realização do procedimento sem necessidade de deslocamento, simplificando o acesso aos benefícios e reduzindo a burocracia.

Ao mesmo tempo, o projeto apresenta uma abordagem inclusiva e responsável ao prever a manutenção da prova de vida por visita domiciliar para os segurados que enfrentam dificuldades de locomoção ou condições de saúde que impeçam o comparecimento presencial. Essa alternativa assegura que os beneficiários em situação de vulnerabilidade não sejam prejudicados, preservando o direito ao benefício sem comprometimento de seu bem-estar.

Em suma, o Projeto de Lei Complementar nº 106/2025 demonstra um compromisso com a modernização do sistema previdenciário, integrando tecnologia e atendimento humanizado, alinhado às melhores práticas de governança pública e aos princípios da justiça social. Sua aprovação será um marco importante para a melhoria da relação entre a autarquia previdenciária e seus segurados, refletindo uma gestão pública mais eficiente, acessível e justa.

Nova Segregação de Massas - O Superintendente comunicou aos membros do Comitê que o projeto de lei sobre a nova segregação de massas, após passar por revisão do Sindicato Municipal e receber parecer solicitado pela comissão da Câmara Municipal, foi aprovado pelo Legislativo, transformando-se na Lei Complementar nº 5.531, de 16/09/2025. O projeto propõe a seguinte divisão: o Plano Financeiro incluirá aposentados, dependentes e pensionistas até 31/12/2015, além dos servidores ativos; enquanto o Plano Previdenciário englobará aposentados, dependentes e pensionistas a partir de 01/01/2016, também contemplando os servidores ativos.

Além da segregação, o projeto prevê o repasse mensal de aportes pelo período de cinco anos, destinados exclusivamente à capitalização do Plano Previdenciário, em valor equivalente ao imposto de renda. Estabeleceu-se ainda que, o excedente de R\$ 2 milhões, apurado da taxa de administração ao final de cada exercício, seja transferido para um dos planos — Financeiro ou Previdenciário — conforme decisão do Conselho Administrativo, preferencialmente em reunião a ser realizada em janeiro do ano seguinte.

Embora o Conselho Administrativo tenha aprovado na reunião extraordinária realizada em 19/08/2025 a transferência de R\$ 12 milhões provenientes da reserva da taxa de administração para o pagamento dos benefícios dos segurados vinculados ao Plano Financeiro, houve necessidade de esclarecimentos adicionais junto ao Prefeito Municipal. Onde em reunião posterior, ocorrida entre a Diretoria Executiva do São João Prev e o Chefe do Executivo, foi explicado que essa reserva é fruto dos repasses mensais realizados não apenas pela Prefeitura, mas também pela UNIFAE e pela Câmara Municipal, o que reforça a legitimidade e a pluralidade das fontes que compõem esse montante. Dessa forma, compreendeu-se que, para manter a equidade e a transparência na gestão dos recursos, seria adequado que todos os entes envolvidos façam uso proporcional da reserva da taxa de administração. Essa importante adaptação no uso dos recursos foi preparada e ratificada pelo Conselho Administrativo, garantindo maior equilíbrio e sustentabilidade financeira ao Instituto.

Importante registrar que o Superintendente convocou os chefes e diretores dos setores de Contabilidade, Finanças e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal e da UNIFAE para uma reunião realizada em 18/09/2025. O objetivo do encontro foi discutir a implantação da data de corte referente à nova segregação de massas, em estrita consonância com o que dispõe a Lei Complementar nº 5.531/2025, a qual determina a execução da referida segregação a partir de 1º de setembro de 2025, conforme expresso no Artigo 5º dessa lei. Essa reunião reforçou o compromisso das entidades envolvidas em garantir a correta adequação dos procedimentos administrativos e financeiros às novas disposições legais.

ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

1 – Cenário Econômico

O cenário macroeconômico em setembro de 2025 é marcado por uma desaceleração gradual da atividade econômica brasileira, resultado da

persistência da política monetária contracionista, mas com alguns vetores de sustentação. A nível global, a cautela prevalece, influenciada pela política monetária e pelas tensões comerciais.

Cenário Macroeconômico Brasileiro

O Brasil em setembro de 2025 apresenta um quadro de moderação em seu crescimento.

➤ Atividade Econômica e PIB

As projeções de crescimento do PIB para 2025 se situam em torno de 2,1% a 2,3% (variando entre as estimativas da Fazenda, Ipea, XP e Daycoval). Essa previsão reflete a resposta da economia à política monetária mais contracionista adotada no ano anterior e que ainda surte efeito, levando a um desaquecimento nos mercados de crédito e trabalho.

- **Desaceleração da Demanda Doméstica:** O crescimento perde fôlego, com a política de juros altos impactando principalmente setores mais cíclicos como indústria e serviços.

- **Fatores de Sustentação:** Apesar da moderação, vetores como o agronegócio (com potencial para crescer acima de 5%) e impulsos de renda (como pagamentos de precatórios e aumento na concessão de crédito consignado) tendem a evitar uma desaceleração mais acentuada.

➤ Inflação e Juros (Selic)

O combate à inflação continua no centro das decisões.

- **Inflação:** Observa-se uma queda recente na inflação (o IPCA tem sido revisto para patamares em torno de 4,6% a 4,9% para o final de 2025). Essa melhora está concentrada, em parte, em itens voláteis, mas o movimento de desinflação tem permitido que as projeções para 2025 se situem mais próximas da meta. Espera-se uma desaceleração mais pronunciada nos preços de alimentos, o que impacta o INPC.

- **Taxa Selic:** A Taxa Selic se mantém em patamar elevado, embora o Banco Central já tenha sinalizado o fim do ciclo de alta. O mercado, no entanto, projeta que o início da flexibilização monetária (cortes de juros) deve ocorrer de forma cautelosa, e as projeções para o final de 2025 variam, com alguns analistas estimando que a taxa pode chegar a 15% a.a. e outros projetando um ciclo de cortes graduais a partir de janeiro, com a taxa atingindo 12,00% no final do ciclo. A permanência do juro em nível alto visa garantir a convergência da inflação para a meta em um horizonte mais longo.

➤ **Câmbio e Risco Fiscal**

- **Câmbio:** Após uma valorização observada no primeiro semestre, a taxa de câmbio tende a se manter volátil, com algumas projeções indicando estabilidade em torno de R\$ 5,40 a R\$ 5,50 por dólar no final do ano, a menos que haja uma desvalorização global do dólar.

- **Risco Fiscal:** O debate sobre a sustentabilidade fiscal e o arcabouço fiscal permanece central. A percepção de risco fiscal continua a ser um fator de atenção, sendo considerada crucial para uma melhora sustentada nas condições financeiras e para o desempenho da economia.

➤ **Cenário Internacional**

O contexto global em setembro de 2025 é caracterizado pela desaceleração do crescimento e pelo início de ciclos de corte de juros em algumas economias avançadas.

- **Crescimento Global:** A previsão é de que o crescimento global caia para cerca de 2,3% em 2025, uma redução em relação às projeções anteriores, refletindo o impacto das taxas de juros elevadas adotadas pelos bancos centrais. A economia mundial, embora ainda resiliente em alguns países como EUA e China, segue em ritmo lento.

- **Política Monetária (EUA/Fed):** Nos Estados Unidos, o foco está no início do ciclo de corte de juros pelo *Federal Reserve (Fed)*, que pode estar agindo preventivamente à perda de ímpeto do mercado de trabalho. No entanto, o risco de um repique inflacionário pode levar o Fed a retomar o foco na estabilidade de preços posteriormente.
- **Tensões Comerciais:** As tensões geopolíticas e comerciais, como o aumento de tarifas pelos EUA, continuam a ser um risco, podendo impactar o comércio global e a economia de parceiros importantes, como a China.
- **Dólar:** A expectativa de queda de juros nos EUA e o avanço das tarifas levam a projeções de uma trajetória de queda do dólar no mundo, o que pode favorecer ativos em países emergentes.

2 – Carteira de Investimentos

O Instituto de Previdência registrou no fechamento de setembro uma rentabilidade positiva R\$ 2.265.180,46, fechando o mês com um Patrimônio na totalidade de **R\$ 241.921.358,57**

Investimentos x Meta Atuarial (Mês a Mês)

Mês	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)
janeiro	226.216.989,50	2.310.034,18	2.310.034,18	1,02%	1,02%	0,58%	0,58%
fevereiro	229.129.695,26	2.321.094,19	4.631.128,37	1,01%	2,03%	1,74%	2,33%
março	231.835.126,36	2.223.478,85	6.854.607,23	0,96%	3,02%	0,98%	3,33%
abril	233.227.058,55	2.478.979,37	9.333.586,60	1,05%	4,10%	0,85%	4,21%
maio	236.245.800,17	2.357.903,90	11.691.490,50	0,99%	5,13%	0,68%	4,92%
junho	238.148.685,54	1.986.518,88	13.678.009,38	0,83%	6,00%	0,66%	5,62%
julho	241.416.696,81	2.286.151,37	15.964.160,75	0,94%	7,00%	0,68%	6,34%
agosto	238.900.782,55	1.984.975,70	17.949.136,45	0,81%	7,86%	0,31%	6,66%
setembro	241.921.358,57	2.265.180,46	20.214.316,91	0,93%	8,87%	0,90%	7,63%

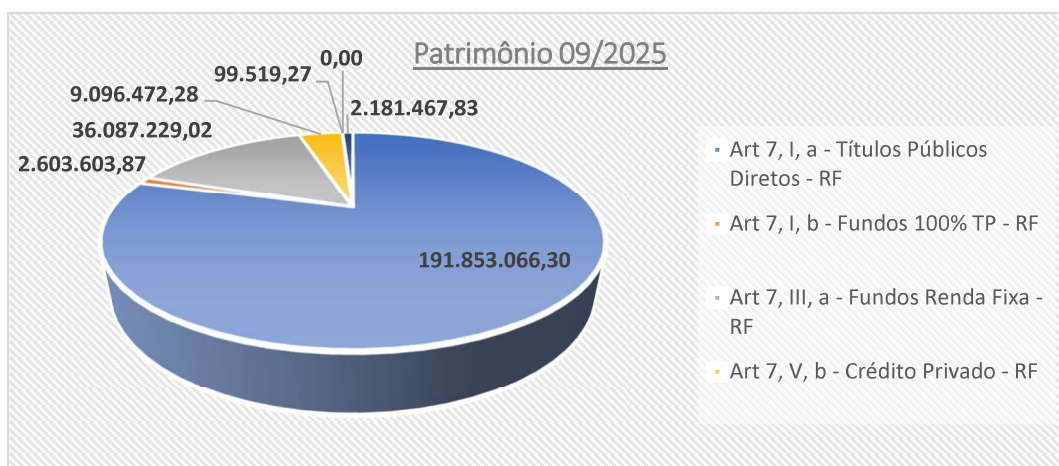
A Meta Atuarial proposta na Política de Investimentos para 2025 do Instituto de Previdência foi mantida em IPCA+5,16%. Assim, segue demonstrado na tabela acima, o rendimento/retorno positivo acumulado de 8,87% atingido pelo Instituto até o mês de setembro, com a meta acumulada de 7,63% para toda a carteira.

Importante ressaltar que o IPCA de setembro de 2025, fechou com inflação de 0,48%, enquanto em agosto houve uma deflação de (-0,11%).

Observamos no quadro abaixo, a composição da carteira do Instituto por enquadramento/artigo em valores e porcentagens, confrontado com a Política de Investimentos para 2025.

PATRIMÔNIO POR ENQUADRAMENTO x POLÍTICA DE INVESTIMENTOS						
Artigo	Patrimônio (R\$)	Rentabilidade (R\$)	Aplicado (%)	Política de Investimentos	Máximo permitido Pró Gestão	Meta Atuarial
Art 7, I, a - Títulos Públicos Diretos - RF	191.853.066,30	1.582.153,29	79,30%	66,00%	100,00%	IPCA + 5,16
Art 7, I, b - Fundos 100% TP - RF	2.603.603,87	16.059,50	1,08%	2,00%	100,00%	Meta do Mês
Art 7, III, a - Fundos Renda Fixa - RF	36.087.229,02	457.277,73	14,92%	15,00%	70,00%	0,90%
Art 7, V, b - Crédito Privado - RF	9.096.472,28	111.961,16	3,76%	2,00%	10,00%	Rentabilidade
Art 8, I, a - Fundos de Ações - RV	99.519,27	7.564,62	0,04%	5,00%	40,00%	0,93%
Art 9, II - Investimentos no Exterior - RV	0,00	0,00	0,00%	5,00%	10,00%	Acima da meta
Art 10, I - Invest. Estruturados - RV	2.181.467,83	90.164,16	0,90%	5,00%	10,00%	0,03%
TOTAL	241.921.358,57	2.265.180,46	100,00%	100,00%		

Nota-se que a alocação da carteira do IPSJBV está abaixo do limite máximo permitido pela Resolução. Considerando ainda que, o Instituto de Previdência de São João da Boa Vista, atualmente está certificado no Pró Gestão RPPS – nível II, o que permite alocação acima da Resolução.



Os membros do Comitê de Investimentos nas suas análises e estratégias dos investimentos, buscam adequar a carteira ao que foi estipulado para o exercício, somado ao cenário econômico para o cumprimento de Meta.

A alocação por enquadramento/artigo segue a determinação do Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.963 publicada em 25/11/2021, Subseção I, que estabelece um limite máximo de alocação para os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

A Resolução CMN nº 4.963 que entrou em vigor em 03 de janeiro de 2022, estabeleceu que os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) que comprovarem a adoção de melhores práticas de gestão, conforme o Manual do Pró-Gestão RPPS, estarão sujeitos a diferentes limites de alocação.

A nova norma visa vincular os níveis de governança dos RPPS aos limites de alocação, flexibilizando-os para aqueles que aderem a padrões mais rigorosos, aumentando a segurança das aplicações e criando novas oportunidades para os gestores.

Assim, os limites de alocação poderão variar entre os RPPS, dependendo do nível de adesão ao Manual e entre os segmentos de aplicação definidos na Resolução CMN 4.963, que introduziu mudanças significativas em relação à Resolução CMN 3.922.

Na sequência segue demonstrado os Ativos que compõe a carteira do São João Prev no fechamento de setembro.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
 CNPJ 05.774.894/0001-90



TÍTULOS PÚBLICOS SETEMBRO/2025 - PLANO PREVIDENCIÁRIO												
CNPJ	TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 1504837	4.334.839,12	0,00	0,00	4.366.591,47	31.752,35	0,73%	--	--	--	ago/26	811.195,64
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 813216	6.248.205,57	0,00	0,00	6.295.810,48	47.604,91	0,76%	--	--	--	ago/26	756.273,94
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 954557	5.108.560,36	0,00	0,00	5.158.880,73	50.320,37	0,99%	--	--	--	ago/26	287.688,83
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 1504838	2.165.439,72	0,00	0,00	2.181.103,24	15.663,52	0,72%	--	--	--	mai/27	394.656,12
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 782333	5.280.709,19	0,00	0,00	5.320.349,05	39.639,86	0,75%	--	--	--	mai/27	705.482,38
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 813219	3.216.411,16	0,00	0,00	3.240.900,85	24.489,69	0,76%	--	--	--	mai/27	381.859,98
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 954559	5.087.567,50	0,00	0,00	5.134.179,42	46.611,92	0,92%	--	--	--	mai/27	258.320,40
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 782332	5.276.682,92	0,00	0,00	5.316.342,02	39.659,10	0,75%	--	--	--	ago/28	719.646,19
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 813217	5.205.543,37	0,00	0,00	5.245.353,65	39.810,28	0,76%	--	--	--	ago/28	632.025,61
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 954558	5.080.156,49	0,00	0,00	5.125.665,08	45.508,59	0,90%	--	--	--	ago/28	262.787,63
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 782334	5.277.621,57	0,00	0,00	5.317.209,26	39.587,69	0,75%	--	--	--	mai/29	704.707,94
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 813220	3.213.347,58	0,00	0,00	3.237.869,76	24.522,18	0,76%	--	--	--	mai/29	382.191,12
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 839876	2.108.357,26	0,00	0,00	2.124.171,81	15.814,55	0,75%	--	--	--	mai/29	210.748,62
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 782331	5.268.430,14	0,00	0,00	5.307.850,92	39.420,78	0,75%	--	--	--	ago/30	716.207,30
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 839879	5.264.564,74	0,00	0,00	5.303.302,21	38.737,47	0,74%	--	--	--	ago/30	575.576,18
N/A	NTN-B 760199 20320815 / 883914	5.359.747,36	0,00	0,00	5.402.418,55	42.671,19	0,80%	--	--	--	ago/32	494.503,27



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
 CNPJ 05.774.894/0001-90



N/A	NTN-B 760199 20320815 / 920218	5.061.418,13	0,00	0,00	5.106.761,40	45.343,27	0,90%	--	--	ago/32	382.907,38
N/A	NTN-B 760199 20330515 / 920219	10.449.358,82	0,00	0,00	10.542.069,26	92.710,44	0,89%	--	--	mai/33	804.165,66
N/A	NTN-B 760199 20350515 / 1295840	2.262.174,86	0,00	0,00	2.279.366,59	17.191,73	0,76%	--	--	mai/35	573.651,60
N/A	NTN-B 760199 20350515 / 839878	8.410.762,37	0,00	0,00	8.472.652,52	61.890,15	0,74%	--	--	mai/35	865.651,97
N/A	NTN-B 760199 20400815 / 1187461	11.417.601,72	0,00	0,00	11.499.146,01	81.544,29	0,71%	--	--	ago/40	2.941.087,12
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1387780	4.469.080,00	0,00	0,00	4.500.747,19	31.667,19	0,71%	--	--	mai/45	920.552,80
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1475617	2.191.940,61	0,00	0,00	2.207.325,21	15.384,60	0,70%	--	--	mai/45	409.667,45
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 839881	4.207.821,83	0,00	0,00	4.238.892,28	31.070,45	0,74%	--	--	mai/45	434.295,49
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1387783	5.440.790,17	0,00	0,00	5.479.336,29	38.546,12	0,71%	--	--	ago/50	1.141.348,10
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1475618	2.191.226,27	0,00	0,00	2.206.648,05	15.421,78	0,70%	--	--	ago/50	418.007,46
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 839885	3.153.133,77	0,00	0,00	3.176.471,85	23.338,08	0,74%	--	--	ago/50	346.131,59
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 994217	2.483.380,78	0,00	0,00	2.503.692,85	20.312,07	0,82%	--	--	ago/50	67.913,65
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1387784	5.595.588,30	0,00	0,00	5.635.194,88	39.606,58	0,71%	--	--	mai/55	1.153.031,43
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1475619	2.192.395,43	0,00	0,00	2.207.820,16	15.424,73	0,70%	--	--	mai/55	411.120,11
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 839882	4.531.752,19	0,00	0,00	4.565.186,16	33.433,97	0,74%	--	--	mai/55	467.369,25
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 994218	2.570.157,68	0,00	0,00	2.591.154,60	20.996,92	0,82%	--	--	mai/55	78.208,75
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1387785	5.442.012,52	0,00	0,00	5.480.550,23	38.537,71	0,71%	--	--	ago/60	1.142.160,97
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1475620	2.195.206,40	0,00	0,00	2.210.634,26	15.427,86	0,70%	--	--	ago/60	418.778,47
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 839883	3.154.058,72	0,00	0,00	3.177.379,80	23.321,08	0,74%	--	--	ago/60	346.175,39



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
 CNPJ 05.774.894/0001-90



N/A	NTN-B 760199 20600815 / 994219	2.482.618,80	0,00	0,00	2.502.959,00	20.340,20	0,82%	--	--	--	ago/60	77.468,08
N/A	NTN-F 950199 20270101 / 940553	10.186.680,70	0,00	0,00	10.309.383,00	122.702,30	1,20%	--	--	--	jan/27	798.619,96
N/A	NTN-F 950199 20290101 / 940554	10.161.977,09	0,00	0,00	10.285.046,96	123.069,87	1,21%	--	--	--	jan/29	802.393,44
N/A	NTN-F 950199 20310101 / 1017894	4.084.166,71	0,00	0,00	4.129.314,43	45.147,72	1,11%	--	--	--	jan/31	129.972,64
N/A	NTN-F 950199 20350101 / 994220	2.439.425,09	0,00	0,00	2.467.334,82	27.909,73	1,14%	--	--	--	mai/35	106.334,79
ART 7º, I, a - Títulos Públicos		190.270.913,01	0,00	0,00	191.853.066,30	1.582.153,29						23.530.884,70

INVESTIMENTOS SETEMBRO/2025 - PLANO PREVIDENCIÁRIO

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
10.756.541/0001-06	ICATU VANG INFLAÇÃO LONGA FI RF LP	1.152.748,11	0,00	0,00	1.157.508,30	4.760,19	0,41%	0,41%	0,4	17-17	D+0	-14.917,27
21.838.150/0001-49	ITAÚ INST ALOC DINÂMICA RF FIC FI	1.434.796,26	0,00	0,00	1.446.095,57	11.299,31	0,79%	0,79%	0,13	140-138	D+0/D+1du	446.095,57
ART 7º, I, b - Fundos de Títulos Públicos		2.587.544,37	0,00	0,00	2.603.603,87	16.059,50						431.178,30

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
07.861.554/0001-22	BB PREV RF IMA-B FI	1.109.602,96	0,00	0,00	1.115.347,81	5.744,85	0,52%	0,52%	0,26	157-155	D+1du/D+1du	-28.021,51
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	6.861.056,84	2.585.535,29	4.540.922,14	5.015.329,18	109.659,19	1,22%	1,24%	0,05	1356-1358	D+0/D+0	702.317,81
03.737.206/0001-97	FI CAIXA BRASIL RF REF DI LP	2.357.514,45	0,00	0,00	2.386.634,94	29.120,49	1,24%	1,24%	0,05	1297-1310	D+0/D+0	1.389.865,83
03.399.411/0001-90	BRABESCO FI RF REF DI PREMIUM	5.441.006,15	3.088.110,67	0,00	8.617.990,90	88.874,08	1,21%	1,22%	0,05	739-746	D+0/D+0	2.132.101,28
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa		15.769.180,40	5.673.645,96	4.540.922,14	17.135.302,83	233.398,61						4.196.263,41



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
 CNPJ 05.774.894/0001-90



CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
10.783.480/0001-68	DAYCOVAL CLASSIC FIC FIF RF CRED PRIV	4.495.938,74	0,00	0,00	4.553.342,68	57.403,94	1,28%	1,28%	0,05	89997-87635	D+4du/D+5du	525.290,50
20.441.483/0001-77	SAFRA EXTRA BANCOS FIC FI RF CRED PRIV	4.488.572,38	0,00	0,00	4.543.129,60	54.557,22	1,22%	1,22%	0,05	1621-1716	D+0/D+0	515.077,41
ART 7º, V, b - Fundos de renda Fixa		8.984.511,12	0,00	0,00	9.096.472,28	111.961,16						1.040.367,91

CNPJ	Ativos Renda Variável	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
08.279.304/0001-41	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	95.661,54	0,00	0,00	99.519,27	3.857,73	4,03%	4,03%	0,79	952-920	D+1du/D+3du	-4.219.166,75
03.394.711/0001-86	BRDESCO FIA IBOVESPA PLUS	3.084.403,78	0,00	3.088.110,67	0,00	3.706,89	0,12%	3,39%	0,82	37-33	D+0/D+2du	0,00
ART 8º, I - Renda Variável		3.180.065,32	0,00	3.088.110,67	99.519,27	7.564,62						-4.219.166,75

CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
24.633.818/0001-00	SICREDI - FIM BOLSA AMERICANA LP	2.091.303,67	0,00	0,00	2.181.467,83	90.164,16	4,31%	4,31%	--	14968-15769	D+0/D+1	181.467,83
ART 10º, I - Fundos Estruturados		2.091.303,67	0,00	0,00	2.181.467,83	90.164,16						181.467,83

TOTAL PLANO PREVIDENCIÁRIO		222.883.517,89	5.673.645,96	7.629.032,81	222.969.432,38	2.041.301,34						25.160.995,40
-----------------------------------	--	-----------------------	---------------------	---------------------	-----------------------	---------------------	--	--	--	--	--	----------------------



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
 CNPJ 05.774.894/0001-90



INVESTIMENTOS SETEMBRO/2025 - PLANO FINANCEIRO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,00	2.246.465,48	1.773.760,77	494.345,52	21.640,81	1,18%	1,24%	0,05	1356-1358	D+0/D+0	21.640,81
TOTAL PLANO FINANCEIRO		0,00	2.246.465,48	1.773.760,77	494.345,52	21.640,81						21.640,81

INVESTIMENTOS SETEMBRO/2025 - FUNDO DE OSCILAÇÃO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	1.882.709,99	4.265.161,53		6.173.523,78	25.652,26	1,23%	1,24%	0,05	1356-1358	D+0/D+0	1.764.197,88
TOTAL FUNDO DE OSCILAÇÃO		1.882.709,99	4.265.161,53	0,00	6.173.523,78	25.652,26						1.764.197,88

PLANO FINANCEIRO (+) FUNDO DE OSCILAÇÃO		1.882.709,99	6.511.627,01	1.773.760,77	6.667.869,30	47.293,07						1.785.838,69
---	--	--------------	--------------	--------------	--------------	-----------	--	--	--	--	--	--------------

INVESTIMENTOS SETEMBRO/2025 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	14.134.554,67	260.000,00	2.287.083,83	12.284.056,89	176.586,05	1,24%	1,24%	0,05	1356-1358	D+0/D+0	2.958.768,48
TOTAL TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		14.134.554,67	260.000,00	2.287.083,83	12.284.056,89	176.586,05						2.958.768,48

TOTAL CONSOLIDADO	Saldo Inicial no mês (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo Final no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Ágio/Deságio Acumulado
	238.900.782,55	12.445.272,97	11.689.877,41	241.921.358,57	2.265.180,46	29.905.602,57





São João Prev

Juntos garantindo o futuro!

Autarquia Municipal criada
pela Lei 1133 - 27/06/2003

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
CNPJ 05.774.894/0001-90

DESCRIPTIVO DA SITUAÇÃO DO CONTENCIOSO

A Procuradoria Jurídica do IPSJBV atua conforme as competências estabelecidas no anexo III da Lei Complementar Municipal nº 4.207/2017, destacando-se na representação do instituto perante órgãos judiciais e administrativos, em todas as instâncias e fases dos processos, com o objetivo de resguardar os direitos e interesses institucionais, dada a importância dos litígios para a saúde financeira do instituto.

Embora a Diretoria Jurídica tenha atribuições diversas, como a elaboração de pareceres relativos a contratos, licitações, projetos de lei, atos normativos e editais, tem oferecido suporte às atividades da procuradoria, especialmente diante do aumento da demanda processual, incluindo situações de incorporação de parcelas destacadas.

A seguir, apresenta-se um resumo dos processos conduzidos pela Procuradoria no mês.

MÊS/ANO	PROTOCOLOS	ATS/PARCELA DESTACADA	REVISÃO BENEFÍCIO - INTEGRALIDADE/ PARIDADE	OUTROS	CONHECIMENTO	EXECUÇÃO	PROCESSOS NOVOS
ago/25	89	68	18	3	36	53	3
set/25	75	57	16	2	26	49	17
TOTAIS	164	125	34	5	62	102	20

No mês de setembro de 2025, o São João Prev efetuou o pagamento de precatórios no Plano Financeiro no montante total de R\$ 33.077,07, enquanto no Previdenciário o montante de R\$ 8.298,74. Além do pagamento de RPV no Plano Financeiro de R\$ 38.730,92.

A seguir, apresenta-se a relação detalhada dos processos judiciais conduzidos pela Procuradoria do São João Prev no mês de agosto, demonstrados de forma individualizada, com o objetivo de proporcionar transparência e clareza sobre a atuação jurídica do Instituto no referido período.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
 CNPJ 05.774.894/0001-90



PROCESSO	INT/CIT	TIPO DE PETIÇÃO - DEMANDA	PRAZO	PROTOCOLO	FASE
1000092-03.2023.8.26.0568	23/07/2025	CONTRARRAZÕES AO RE	03/09/2025	03/09/2025	EXECUÇÃO
1000092-03.2023.8.26.0568	23/07/2025	CONTRARRAZÕES AO RESP	03/09/2025	03/09/2025	CONHECIMENTO
1007843-41.2023.8.26.0568	29/08/2025	MANIFESTAÇÃO	04/09/2025	04/09/2025	CONHECIMENTO
1006554-73.2023.8.26.0568	29/08/2025	MANIFESTAÇÃO	10/09/2025	04/09/2025	CONHECIMENTO
1000928-73.2023.8.26.0568	22/08/2025	PETIÇÃO FALANDO DA CORREÇÃO - OUTRA AÇÃO -DIL PRAZO?	05/09/2025	05/09/2025	EXECUÇÃO
1006553-88.2023.8.26.0568	26/06/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	05/09/2025	06/09/2025	EXECUÇÃO
1005110-68.2024.8.26.0568	04/07/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	05/09/2025	06/09/2025	EXECUÇÃO
1001287-86.2024.8.26.0568	11/07/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	05/09/2025	06/09/2025	CONHECIMENTO
1001127-61.2024.8.26.0568	04/07/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	05/09/2025	06/09/2025	CONHECIMENTO
1001125-91.2024.8.26.0568	04/07/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	05/09/2025	06/09/2025	CONHECIMENTO
1004664-02.2023.8.26.0568	04/07/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	05/09/2025	06/09/2025	CONHECIMENTO
1005241-77.2023.8.26.0568	04/05/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	05/09/2025	06/09/2025	CONHECIMENTO
1005242-62.2023.8.26.0568	04/05/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	05/09/2025	06/09/2025	CONHECIMENTO
1001087-79.2024.8.26.0568	19/08/2025	RE - JEF - LOUP - TESE 10 ANOS	05/09/2025	08/09/2025	CONHECIMENTO
1001215-02.2024.8.26.0568	19/08/2025	RE - JEF - LOUP - TESE 10 ANOS	05/09/2025	08/09/2025	CONHECIMENTO
1001248-89.2024.8.26.0568	28/08/2025	RE - JEF - LOUP - TESE 10 ANOS - instituto recorrente	15/09/2025	08/09/2025	CONHECIMENTO
1001750-28.2024.8.26.0568	19/08/2025	RE - JEF - LOUP - TESE 10 ANOS	05/09/2025	08/09/2025	EXECUÇÃO
1007106-38.2023.8.26.0568	14/08/2025	PET COMPROV OB FAZER	18/09/2025	09/09/2025	EXECUÇÃO
1004085-54.2023.8.26.0568	14/08/2025	PET COMPROV OB FAZER	18/09/2025	09/09/2025	EXECUÇÃO
1005782-13.2023.8.26.0568	29/08/2025	PET COMPROV OB FAZER	10/09/2025	09/09/2025	CONHECIMENTO
1005061-27.2024.8.26.0568	02/09/2025	ED - SUCUMBÊNCIA	09/09/2025	09/09/2025	CONHECIMENTO
1003398-09.2025.8.26.0568	29/07/2025	CONTESTAÇÃO - APOLS ESPECIAL - CLT ESTAT - ENFERMEIRA	09/09/2025	09/09/2025	EXECUÇÃO
1000276-95.2019.8.26.0568	31/07/2025	MANIFESTAÇÃO/IMPUGNAÇÃO CÁLCULOS/OB FAZER INCOMPLETA	09/09/2025	09/09/2025	CONHECIMENTO
1003548-58.2023.8.26.0568	22/08/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	12/09/2025	13/09/2025	CONHECIMENTO
1001080-87.2024.8.26.0568	22/08/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	12/09/2025	13/09/2025	EXECUÇÃO
1003684-55.2023.8.26.0568	07/08/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	12/09/2025	13/09/2025	EXECUÇÃO



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
 CNPJ 05.774.894/0001-90



1001090-34.2024.8.26.0568	04/07/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	12/09/2025	13/09/2025	EXECUÇÃO
1005390-73.2023.8.26.0568	14/08/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	04/09/2025	13/09/2025	EXECUÇÃO
1005930-24.2023.8.26.0568		PETIÇÃO MLE + APLIC MULTA RESTANTE	18/09/2025	13/09/2025	EXECUÇÃO
0002012-92.2024.8.26.0568		1 doc Priscila - alteração de benefício	18/09/2025	15/09/2025	EXECUÇÃO
1004762-50.2024.8.26.0568		PETIÇÃO REQ CERTIF TRÂNSITO EM JULGADO DECISÃO	18/09/2025	16/09/2025	CONHECIMENTO
1001455-69.2016.8.26.0568		EXECUÇÃO HONORÁRIOS	18/09/2025	17/09/2025	CONHECIMENTO
0002133-23.2024.8.26.0568	07/08/2025	MANIFESTAÇÃO/IMPUGNAÇÃO CÁLCULOS	18/09/2025	17/09/2025	CONHECIMENTO
1003504-39.2023.8.26.0568	07/08/2025	MANIFESTAÇÃO/IMPUGNAÇÃO CÁLCULOS	18/09/2025	17/09/2025	CONHECIMENTO
1003840-43.2023.8.26.0568	07/08/2025	MANIFESTAÇÃO/IMPUGNAÇÃO CÁLCULOS	18/09/2025	17/09/2025	EXECUÇÃO
1000624-06.2025.8.26.0568	14/08/2025	ALEGAÇÕES FINAIS	18/09/2025	18/09/2025	EXECUÇÃO
1006156-29.2023.8.26.0568	14/08/2025	ALEGAÇÕES FINAIS	18/09/2025	18/09/2025	EXECUÇÃO
1003558-34.2025.8.26.0568	07/08/2025	CONTESTAÇÃO	18/09/2025	18/09/2025	EXECUÇÃO
1003629-36.2025.8.26.0568	07/08/2025	CONTESTAÇÃO	18/09/2025	18/09/2025	CONHECIMENTO
1000758-67.2024.8.26.0568	05/09/2025	MANIFESTAÇÃO - NOVOS CÁLC COM REFLEX 6ª PARTE	19/09/2025	18/09/2025	CONHECIMENTO
1005812-48.2023.8.26.0568	05/09/2025	MANIFESTAÇÃO - NOVOS CÁLC COM REFLEX 6ª PARTE	19/09/2025	18/09/2025	EXECUÇÃO
1001574-15.2025.8.26.0568	05/09/2025	RECURSO INOMINADO	19/09/2025	19/09/2025	EXECUÇÃO
1001613-12.2025.8.26.0568	05/09/2025	RECURSO INOMINADO	19/09/2025	19/09/2025	EXECUÇÃO
1001934-18.2023.8.26.0568		PETICIONAR URGENTE - EXPEDIENTE PROCURADORIA		19/09/2025	EXECUÇÃO
1006602-32.2023.8.26.0568		PETICIONAR URGENTE - EXPEDIENTE PROCURADORIA		19/09/2025	EXECUÇÃO
1000409-98.2023.8.26.0568		PETICIONAR URGENTE - EXPEDIENTE PROCURADORIA		19/09/2025	EXECUÇÃO
1003566-79.2023.8.26.0568	14/08/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	18/09/2025	20/09/2025	EXECUÇÃO
1001111-10.2024.8.26.0568	12/09/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	24/09/2025	20/09/2025	EXECUÇÃO
1001079-05.2024.8.26.0568	12/09/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	24/09/2025	20/09/2025	EXECUÇÃO
1003879-40.2023.8.26.0568	26/06/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	19/09/2025	20/09/2025	CONHECIMENTO
1004233-65.2023.8.26.0568	14/08/2025	MANIFESTAÇÃO/IMPUGNAÇÃO CÁLCULOS	25/09/2025	22/09/2025	EXECUÇÃO
1000522-86.2022.8.26.0568		CORREÇÃO PARA INTEGRALIDADE E PARIDADE - PRISCILA*	25/09/2025	22/09/2025	EXECUÇÃO
1001399-55.2024.8.26.0568	05/09/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	18/11/2025	22/09/2025	EXECUÇÃO



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
 CNPJ 05.774.894/0001-90



1006691-55.2023.8.26.0568		CORREÇÃO PARA INTEGRALIDADE E PARIDADE - PRISCILA*	25/09/2025	22/09/2025	EXECUÇÃO
1002979-23.2024.8.26.0568	02/09/2025	RE - JEF - LOUP - TESE 10 ANOS	23/09/2025	23/09/2025	EXECUÇÃO
0001818-58.2025.8.26.0568		EXECUÇÃO HONORÁRIOS - depósito voluntário - 1doc RH e Cont.	25/09/2025	25/09/2025	EXECUÇÃO
1001087-79.2024.8.26.0568	05/09/2025	CONTRARRAZÕES AO RE - ATS	26/09/2025	25/09/2025	EXECUÇÃO
1001215-02.2024.8.26.0568	05/09/2025	CONTRARRAZÕES AO RE - ATS	26/09/2025	25/09/2025	EXECUÇÃO
1000522-86.2022.8.26.0568	19/09/2025	PET COMPROVANDO OBRIGAÇÃO DE FAZER	26/09/2025	25/09/2025	EXECUÇÃO
0001818-58.2025.8.26.0568	26/09/2025	PET INFORMANDO DEPÓSITO E REQ EXTINÇÃO DO FEITO	14/10/2025	26/09/2025	EXECUÇÃO
1005206-83.2024.8.26.0568	10/09/2025	RE - JEF - LOUP - TESE 10 ANOS	26/09/2025	27/09/2025	EXECUÇÃO
0002012-92.2024.8.26.0568	14/08/2025	PET COMPROV OB FAZER - 1 doc Priscila ok - anexar andamento	25/09/2025	27/09/2025	EXECUÇÃO
1001206-40.2024.8.26.0568	04/07/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	25/09/2025	27/09/2025	EXECUÇÃO
1005775-21.2023.8.26.0568	04/07/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	25/09/2025	27/09/2025	EXECUÇÃO
1003426-45.2023.8.26.0568	04/07/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	25/09/2025	27/09/2025	CONHECIMENTO
1001545-96.2024.8.26.0568	04/07/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	25/09/2025	27/09/2025	EXECUÇÃO
1000517-93.2024.8.26.0568	12/09/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	25/09/2025	29/09/2025	EXECUÇÃO
1002089-50.2025.8.26.0568	19/09/2025	RECURSO INOMINADO - TESE DECADÊNCIA	01/10/2025	30/09/2025	EXECUÇÃO
1001622-71.2025.8.26.0568	19/09/2025	RECURSO INOMINADO - TESE DECADÊNCIA	01/10/2025	30/09/2025	EXECUÇÃO
1001579-37.2025.8.26.0568	19/09/2025	RECURSO INOMINADO - TESE DECADÊNCIA	01/10/2025	30/09/2025	CONHECIMENTO
1001814-04.2025.8.26.0568	19/09/2025	RECURSO INOMINADO - TESE DECADÊNCIA	01/10/2025	30/09/2025	CONHECIMENTO
1001576-82.2025.8.26.0568	19/09/2025	RECURSO INOMINADO - TESE DECADÊNCIA	01/10/2025	30/09/2025	CONHECIMENTO
1005083-85.2024.8.26.0568	17/09/2025	RE - JEF - LOUP - TESE 10 ANOS	03/10/2025	30/09/2025	CONHECIMENTO
1001242-82.2024.8.26.0568	19/09/2025	RE - JEF - LOUP - TESE 10 ANOS (???)	07/10/2025	30/09/2025	CONHECIMENTO
1001549-36.2024.8.26.0568	24/09/2025	RE - JEF - LOUP - TESE 10 ANOS (???)	10/10/2025	30/09/2025	CONHECIMENTO

São João da Boa Vista, 14 de outubro de 2025

Ednéia Ridolfi
 Diretora Adm/Financeira

Sérgio Venício Dragão
 Superintendente





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C778-9C54-B5A0-C583

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDNÉIA RIDOLFI (CPF 300.XXX.XXX-70) em 14/10/2025 17:14:41 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SERGIO VENICIO DRAGAO (CPF 965.XXX.XXX-72) em 15/10/2025 08:27:58 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/C778-9C54-B5A0-C583>